



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 11

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	0339
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	0339

TAQUIGRAFIA

ATA DA 58ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS.

Em 20 de novembro de 2015

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 09 horas e 41 minutos é aberta a audiência)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia! A Assembleia Legislativa do Estado Rondônia, atendendo a Requerimento dos Excelentíssimos Senhor Deputados Estadual Jesuíno Boabaid, realiza a Audiência Pública tendo como objetivo discutir e analisar sobre a violência de maus tratos contra animais. Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública. Convidamos a Sra. Aídee Toquarto, Promotora do Meio Ambiente, representante do Ministério Público do Estado. A Sra. Gisele Horn, representante da Polícia Rodoviária Federal. O Dr. Alexandre Ribeiro, Médico veterinário, representando a SEMUSA/ o Sr. Rudolf Cristian, representando o Departamento de Controle de Zoonoses; a Sra. Clotilde Brito, Presidente da Associação Amigos da Pata; Shelly Nóbrega, Presidente da Associação Protetora de Animais; e a Sra. Indira Jara, Coordenadora do Grupo Protetores Voluntários Porto Velho.

Queremos aqui com a permissão de Sua Excelência do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid registrar a presença da senhora Anita Ho-Tong Thomaz, da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e de uma forma geral membros do grupo dos protetores voluntários de Porto Velho. Com a palavra para dá início a Audiência Pública, Sua Excelência o deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública tendo como objetivo discutir, analisar violência e maus tratos os animais.

Hoje eu vou quebrar o protocolo, que sempre tem a questão do Hino, até pela questão do horário nove e quarenta e cinco, eu tive um compromisso hoje para discutir uma lei que está sendo encaminhada para a Assembleia Legislativa e por isso que eu passar logo. Primeiro lugar eu quero agradecer a todas as pessoas presentes, em especial a Dra. Aídee, Promotora de Justiça do Meio Ambiente; a Dra Gisele Horn representante da Polícia Federal; Dr. Alexandre, médico veterinário, representante da SEMUSA; Sr. Rudolf Cristian, representando o Departamento de Controle de Zoonoses; a Sra. Clotilde Brito, Presidente da Associação Amigos de Pata; a Sra. Shelly Nóbrega, Presidente da Associação Protetora dos Animais, e a Indira Jara, Coordenadora do Grupo de Protetores Voluntários de Porto Velho; ao Ezequiel, Presidente da UPAS, também que se encontra presente e as demais pessoas que se encontram no plenário dessa Casa. Eu vou passar a palavra, que tem um vídeo, a senhora Indira Jara, Coordenadora do Grupo de Protetores Voluntários de Porto Velho. A senhora pode fazer uso da palavra e passar seu vídeo.

A SRA. INDIRA JARA – Bom dia a todos, obrigada pela presença. Então, nós somos do Grupo Protetores voluntários Porto Velho e a gente trouxe um vídeo para estar mostrando o nosso trabalho que vem desde a enchente quando nós resgatamos muitos animais junto com a Clotilde, da Associação, uma grande parceira também, e aí os slides para gente ir explicando no decorrer.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

O nosso Grupo Protetores Voluntários nós idealizadores do projeto “Quem ama castra”, que castra cadelas de rua. Quem somos nós? Desde a enchente um grupo se reuniu para resgatar animais de rua e desde então a gente trabalha num único propósito. Com o tempo foram chegando vários voluntários, a gente começou a fazer os resgates e percebeu que só resgatar a gente estava enxugando gelo, não é verdade? E de acordo com várias ONG's a eficácia do trabalho vem com a castração.

O projeto foi criado pela minha mãe, a professora pós-graduada Tadema Maria, e, ela começou a ver que realmente estava atrapalhando só resgatar os animais, então ela veio com esse projeto inovador que a gente não conseguiu pensar em três anos e, aí já castrou 40 cadelas de rua, um casal de gatos e dois machos.

Aqui a gente trouxe mais ou menos uma, vamos dizer um índice que a cada dez filhotes nove nunca terão um lar, uma fêmea ela pode gerar em seis anos quarenta e seis mil filhotes e os benefícios da castração.

Como que a gente banca? Até porque aqui em Porto Velho ninguém faz nada de graça, então a gente paga sim um valor simbólico nos veterinários, nós fazemos eventos sexta, sábado e domingo. Na sexta a gente faz um pit stop que é no sinal pedindo dinheiro, sábado e domingo nós fazemos brechós. Esses são os animais castrados pelo Projeto já. E aí são todos de rua, tem cadela do presídio, tem cadela de posto de gasolina, lava jato, de tudo.

Essa daqui é a locomotiva, um patrimônio histórico de Porto Velho. Têm 10 anos na Estrada de Ferro, aquela lá é a Maria, também é um patrimônio da pista do Aeroporto, bem antiga também, Matusalém.

E aí algumas fotos do nosso brechó, todo final de semana, do pit stop. Não é fácil, viu galera, ficar no sinal lá, pedindo dinheiro, mas estamos aí. E as nossas rifas, a gente vende camisa, vende adesivo, propõe sempre uma rifa.

E aí são algumas fotos da nossa equipe maravilhosa. Alguns animais resgatados, essa daqui é a Vick. Essa daqui, gente, a segunda, da direita para a esquerda, ela tem 50 nódulos de tumor, ela tem um TVT alastrado. Está internada há três meses.

Enfim, aquela ali a gente resgatou no Lava Jato, com os filhotes. Esses aqui abandonaram na caixa. Ali é na minha casa, quando levei 08 filhotes, morreram 07 de cinomose.

O Dr. Magno, nosso grande parceiro, que castra. Tem o Dr. Kiyoshi também, nosso grande parceiro. O Dr. Francisco que é o mais novo parceiro começou ontem com a gente. E a gente tem a página, Protetores Voluntários PVH, quem quiser curtir.

Então, nós viemos aqui hoje para tentar ter algumas respostas que, assim, várias cidades a gente vê vários projetos de castração. Em São Luiz mesmo, eu passei seis meses, tem Felinos Urbanos. Eles castram gatos e devolvem às ruas sem nenhum problema. E aqui a gente está tendo muita dor de cabeça, muita crítica porque as pessoas acham errado abandonar o animal, mas nós já tiramos da rua. Ele já estava abandonado. A gente não tem abrigo. Então, assim, a gente queria ver se conseguia uma parceria com o Centro de Zoonoses, o Dr. Alexandre também ajuda muito, mas infelizmente a gente precisa de um lugar para internação,

porque o animal volta para a rua. Então, hoje, a gente veio aqui para tentar fechar algumas parcerias, saber alguns porquês também, porque isso não é obrigação de voluntário, a castração é uma obrigação da Prefeitura. Porque é saúde pública, na realidade, não é? Então, assim, a gente está mais para ouvir mesmo, do que para falar. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu vou esperar a fala de todos, mas eu espero que vocês façam uma forma bem, exponha os motivos da castração. Até porque eu sei que você está nervosa, acho que você deve estar nervosa. Porque para quem ouve, isso é um pouco impactante, castrar o animal. Mas tem que ter uma justificativa plausível, de uma forma bem detalhada, até para que fique esclarecido ao público, todos que estão nos assistindo a necessidade que deve. Então eu vou esperar a fala das defensoras, das Associações para poder explanar bem, por qual motivo isso deve ocorrer, até para ficar bem detalhado.

A fala da senhora Clotilde Brito, Presidente da Associação de Amigos de Pata.

A SRA. CLOTILDE BRITO – Bom dia a todos. Eu cumprimento a Mesa em nome do Deputado Jesuíno; a Dra. Aídee, nossa parceira, é defensora, é protetora dos animais. E eu acho que o nosso objetivo aqui hoje, como diz o Deputado, é expor e colocar os motivos. Por que castrar esses animais? Primeiramente para diminuir essa população, para não haver sacrifício lá na frente. Porque essa população animal está só aumentando, só aumentando e rápido, principalmente gato, aumenta muito rápido. E os cachorros são de sete, oito cada cria. Então nós não vamos vencer. Não adianta protetores, não adianta Associações ficarem recolhendo, a nossa Associação Amigos de Patas, castra todos os animais que entram lá, mas estão lá. E tem mais na rua e já não tem aonde colocar. A Associação Amigos de Patas, a Dra. Aídee sempre diz, 'Clotilde, a Associação não tem nada, a Associação não tem terra, não tem terreno'. Não tem, nunca foi doado. O que tem de terreno lá é emprestado, é meu, é da minha filha, mas que eu não posso doar para a Associação porque não é meu, eu tenho uma filha e está no nome dela. Então eu uso para os animais. Eu deixo de ganhar aluguel para colocar os animais. Então é importante que a gente faça um trabalho conjunto, junto com o Poder Público, porque já que nós temos a sorte e Deus é bom e abençoa seus voluntários e essas pessoas que estão na rua sem ganhar nada pedindo dinheiro para castrar animais.

Nós atemos 180 animais hoje na Associação Amigos de Patas, mas as pessoas não entendem que não tem mais condições a gente recolher animal, a gente recolhe aqueles animais que estão na rua, quebrado, doente, machucado, isso atrapalha a vida da população, atrapalha o trânsito, atrapalha o pedestre, as pessoas ficam comovidas, as pessoas sofrem, mas não sabem o que fazer. Sabe o que é que eles fazem? Levam lá para a porta da Associação Amigos de Patas, a Associação não tem dinheiro, mas eu tenho que me virar nos 30 como diz o Faustão para tratar daqueles animais doentes, a única ajuda que a gente está tendo. Eu estava conversando com a Dra. Aídee é as multas que a Dra. Aídee passa do meio ambiente e ela pede para passar uma parte para a Associação e que ajuda para dar de comer para os animais senão eu teria

que soltar esses animais todinhos para rua de novo para não passar fome.

Tem gente que passa lá e fala assim: “é, é melhor soltar esses animais porque está cheio de bosta aí”. Ora, oito horas da manhã está cheio, mas daí a pouco a Dona Clotilde vai lá e limpa, lava. Eu tinha uma funcionária, infelizmente, ela sofreu um acidente e ficou parálitica e as pessoas não entendem, pegam os gatos largam lá, vão ao Centro de Zoonose os funcionários mandam para lá e não é o Dr. Alexandre, nem o Rodrigo nem ninguém que manda, são funcionários, porque sabem que tem o Amigo de Patas, eles no fundo no fundo querem ajudar, mas acabam prejudicando. Então a gente não está dando conta, nós temos que tomar uma medida urgente para castrar esses animais.

Eu não trouxe fotos para mostrar para vocês, mas quem conhece Amigo de Patas sabe e conhece como que são tratados os animais lá, é mais bem tratado do que gente. Por isso que às vezes eu me recuso pegar animais de pessoas que tem animal e quer deixar lá, eu dou preferência para os animais que estão na rua, jogado, quebrado, entende. Nós temos uma cachorra eu estava falando agorinha para Dr. Aídee tem que pagar dois mil reais para colocar pino, a gente tem que se virar para fazer isso porque a gente quer vê essa cadela andando, castrada. Então gente nós não temos dinheiro, as pessoas estão no ar condicionado, enquanto a gente está lavando canil, chiqueiro de cachorro e tem que lavar porque eles não vão ficar no sujo, eles não vão ficar no sujo.

Eu tenho um Secretário de Saúde que mora na rua da minha casa, é um inferno minha vida, é um inferno minha vida, mas estão lá os animais. Já foram no Ministério Público para tirar os animais de lá, eu tirei levei para um sítio bem longe, mas o pessoal já descobriu, já estão deixando lá animal também. Então, olha, dá vontade de desistir, mas desistir eu não vou porque isso é covardia.

Então gente, vamos achar uma medida, um compromisso do Poder Público ajudar também. O Poder Público é o grande responsável pelos seus municípios, pelos seus Estados. Ora, as voluntárias não ganham nada para isso não e estão na rua noite e dia, noite e dia resgatando animal.

Então, nós precisamos achar uma solução, uma parceria sem briga, sem isso ou aquilo. O que nós queremos é parceria e solução é isso que eu peço e que a gente consiga sair daqui com compromisso. Eu não trouxe nada, porque hoje eu sou convidada aqui, eu sou convidada, eu não convoquei Audiência Pública foi o Deputado e a Associação das meninas, então eu não trouxe nada, mas se eu for mostrar a história do Amigo de Patas pelo amor de Deus, as meninas estão começando agora, elas começaram na enchente, a gente ficava arriscando a vida aí e aí a Prefeitura ajudou, até ajudou, me dava voadeira para ir catar gato, cachorro porque os bombeiros já não podiam subir no telhado estava podre, vieram 500 cachorros de São Carlos, Nazaré e aí eles ajudaram, mas ficaram um pouco lá no Centro de Zoonose, lá eles comeram ração vermelha e morreram, porque ração vermelha mata, street dog mata o animal. Então gente, não é metidez, não é isso ou aquilo não, a gente quer tratar bem o animal para ter dono, esses animais que arrumam dono têm critérios, a gente visita de três em três meses dá uma olhada vê como é que está. Mas existem pessoas que você chega lá o bicho está amarrado lá na chuva e no sol.

Então é triste tem que ter uma Lei de encontro aos maus tratos aos animais, tem que ter. Ah! O cachorro você doou! O que você tem com isso agora, eu trato como eu quiser. Não é como eu quiser não. Esses animais estavam bem tratados, você foi lá e adotou. E a gente quer um lar para eles, a gente não quer uma cadeia com corrente sem comida e sem água. Eu cheguei esses dias eu estou até com a foto até aí no meu celular, eu cheguei o cachorro toma chuva e sol uma cadela e o velho de toalha lá tratando do animal como bem entende e não queria que eu chegasse perto, eu falei: eu vou chegar sim senhor eu estou te respeitando, não vou entrar do teu portão para dentro, mas você vai tirar esse animal daí agora, eu vou te dar uma casinha, você vai cobrir com telha, para ele não ficar na chuva. ‘Ah, mas é bom para tirar o cheiro dele, na chuva’. Falei: por que é que o senhor não fica na chuva para tirar o seu cheiro também? Entendeu? Então, gente, é uma falta de respeito com os animais, muito grande. A gente precisa achar um caminho, um meio porque tem gente que quer animal, mas não gosta do animal.

Então, Deputado, que a gente saia daqui, Dra. Aídee, com alguma resposta para tudo isso. Olha, o bom mesmo, o que seria bom mesmo, era fechar os olhos, porque é triste a vida dos animais. E eles querem comer, eles querem água, eles querem tudo, gente. O que a gente quer, eles também querem. Então, gente, vamos ter respeito com os animais. E pode estar certo de uma coisa, Deputado, as pessoas que cuidam dos animais são abençoadas por Deus. Tem hora que eu falo, eu sou evangélica, ‘Senhor, não me manda mais pepino, Senhor. Eu não aguento mais’. Pois quando eu falo isso, Ele coloca outro na minha frente. Eu falo, ‘mas eu não tenho comida para dar’, mas Ele providencia. Tem dia que não tem um grão de ração para comer, mas Deus é bom, Ele ajuda as pessoas que ajudam os animais. Por isso eu digo para as meninas aqui, para as protetoras que não é do Amigo de Patas, vamos nos juntar, vamos nos unir que para mim não é importante a gente não, para mim é importante a vida dos animais, entendeu? Então é isso que eu gostaria de pedir. Tem muita gente ouvindo, assistindo, a população, vamos ajudar os animais, Tem gente que precisa de ajuda para cuidar dos seus animais. A gente ajuda à medida do possível, só que as Associações, as voluntárias precisam de ajuda, precisamos de leis, precisamos do poder público. Gente, a Prefeitura tem dinheiro, o governo tem dinheiro, todo mundo tem dinheiro. Dá um pouquinho para ajudar os animais, que a gente quer trabalhar. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou passar a palavra agora para a Inspectora Gisele Horn, para poder explicar.

A SRA. GISELE HORN - Bom dia senhor Deputado, bom dia Dra. Aídee e demais integrantes da Mesa. Pelo pedido do senhor Deputado estou aqui para explicar aos presentes e aos ouvintes o que significa a castração. Primeiramente, a castração consiste na retirada do útero e dos ovários em fêmeas e dos testículos nos machos. Ela não tem contra indicações, vai evitar o cio do animal que nas cachorras ocorrem a cada seis meses e nas gatas a cada três meses. Com isso evita a procriação descontrolada que é o nosso maior problema hoje,

a população de animais nas ruas é proveniente disso. Diminui o abandono porque muitas pessoas têm uma fêmea em casa e não controla a procriação dela e vai abandonando os filhotes ou, às vezes, abandona a própria mãe, fica com o filhote porque é mais bonitinho, e assim vai. Também reduz o risco de câncer nos animais, não há contra indicações. Eu vou explicar aqui para vocês o seguinte, hoje uma cachorra, daqui seis meses, quando ela entrar no cio, hoje ela é filhotinho, daqui seis meses ela entra no cio, ela vai ter em média, fazendo uma média baixa, cinco filhotes. Passados mais seis meses, ela e esses cinco filhotes vão ter mais cinco filhotes cada um. Aí nós teremos, em seis meses, 37 cães. Passados mais seis meses, 222 cães. Passados mais seis meses, 1.332 cães. Em três anos, nós teremos quase 50 mil cães, partindo de uma, em três anos são 50 mil. Aí está a importância da castração. Então, eu estou aqui representando a Polícia Rodoviária Federal, me coloco à disposição juntamente da Instituição para ajudar a colocarmos em prática o que for decidido aqui hoje. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A senhora Shelly Nóbrega, Presidente da Associação dos Socorristas dos Animais - ASA. Sua vez agora, a fala.

A SRA. SHELLY NÓBREGA – Bom dia a todos. Nós vamos assistir agora a um videozinho, Deputado Jesuíno. Esse vídeo, 90% dos animais foram animais resgatados pelo grupo de voluntários e pelos Socorristas de Animais.

(APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)

Então, como eu havia falado a maioria dos animais foram resgatados pelos Protetores Voluntários e pela ASA, que é a Associação dos Socorristas de Animais.

A importância desta Audiência, como já foi falado anteriormente por todos que já passaram pela tribuna, é em relação à castração e o que já foi dito, não sei se o senhor já conseguiu entender, Deputado, qual que é a importância da castração. Além de evitar todas as doenças que trazem junto com o animal, evita o grande número de animais que são abandonados na rua. Na minha casa hoje, eu tenho doze filhotes. Eu perdi a conta de quantos animais eu já abriguei na minha casa, cadelas paridas, fora os animais que eu tenho na minha, eu tenho uma cadela com sete filhotes, eles devem ter por volta de sete dias de nascido, foi resgatada das ruas. Você lembra o local? Ela foi resgatada em uma obra, essa cadela, ela está na minha casa. Eu tenho mais cinco filhotes que foram resgatados de uma mãe com TVT. Essa mãe está na Associação da dona Clotilde. TVT é uma doença que é transmissível, é uma doença venérea entre os animais. Ela ataca os órgãos sexuais, é um câncer, falando popularmente, ela vai comendo todo o órgão reprodutor do animal, tanto o macho quanto a fêmea. A gente encontra isso diariamente. Eu não tenho exatamente noção de quantos animais estão acometidos por essa doença. Infelizmente, e isso é uma crítica gritante que eu quero fazer aqui em relação ao que a Prefeitura não em feito, eu não sei exatamente, por favor, a gente tem a representação aqui do Centro de Zoonoses, que me esclareça qual que é a função do Centro de Zoonose dentro do município. Porque se nós estamos fazendo castração, se nós estamos abrindo

animais abandonados, se nós estamos custeando o tratamento de animais que sejam cinomose, TVT, outros tipos de câncer, a própria sarna. Se nós estamos fazendo isso, qual que é a função do poder público nesse sentido? Por que é que existe o Centro de Zoonose? O que a Secretaria Municipal de Saúde tem feito para isso?

E todas as vezes que nós procuramos os referidos órgãos, a gente não encontrou nenhum tipo de resposta e nenhum tipo de respaldo. Está aqui a Presidente da Associação Amigos da Pata, que não nos deixa mentir, que ela já está na estrada há muito mais tempo, ela está sem razão. Então, a gente tem que se submeter ao constrangimento de ser achincalhada em pit stop para pedir dinheiro, a gente tem que vender rifas pela internet, mendigando dois reais de cada um, para a gente tentar suprir a necessidade do animal. A Declaração Universal dos Direitos Humanos equipara o animal ao ser humano por ele simplesmente viver. Então como ele tem direito a vida, ele traz as prerrogativas dos direitos que ele também tem como o senhor tem, como ela tem, como eu tenho, ele tem direito no mínimo a alimentação e a água e isso é o que a gente não encontra, principalmente em Porto Velho. Se você for verificar nos bairros aqui, nas periferias é o que mais a gente acha, é animal doente, é animal com TVT e eles ficam com os órgãos sexuais para fora, é uma, além de ser uma coisa que é horrível você ver, você olhar, eu não sei como um ser humano passa por um animal e ver ele no estado em que ele está e simplesmente finge que não está vendo, eu não consigo atinar como é que pode existir tipo de pessoas assim, entendeu. Então, assim, existem várias problemáticas entorno dos animais em que simplesmente eu não consigo entender porque o poder público não trabalha com campanha, não apóia a gente então, já que não tem outra forma de fazer, que dê apoio, que dê formas, que dê na verdade subsídios financeiros para que a gente possa fazer o que a gente já está fazendo. É só o que a gente pede. Em relação ao Centro de Zoonose, é uma pergunta que eu fiz ao vice-secretário, Dr. Coutinho, na época em que nos reunimos juntamente com o Presidente. Com o Prefeito da cidade, o Dr. Mauro Nazif, eu fiz a pergunta para ele, eu gostaria de perguntar para o Dr. Rodrigo, para o Dr. Alexandre, para o Deputado, que eu gostaria de saber a resposta. Quando se faz a campanha, que é a única que eu vejo aqui no município de Porto Velho para vacinar os animais contra raiva, que a gente ver na televisão: nossa, 90% dos animais foram vacinados, isso é muito feliz. Eu fico muito feliz com isso. Quantos animais de ruas são vacinados? Não entendi, ok. Eu gostaria, porque assim, para mim isso é tapar o sol com a peneira, porque um animal doméstico que está ali, que tem um dono, está bonitinho tal, ele é imunizado e o restante? Porque o animal que está na rua, ele é muito mais suscetível a transmitir a raiva, a cinomose que é uma doença devastadora e que não existe nenhum tipo de campanha, não existe nem um tipo de esclarecimento a população de nada, do poder público nem municipal, muito menos estadual. Qual que é a diferença? Um animal de rua, ele vai transmitir muito mais porque ele se junta com outro, que se junta com outro, ele vai ao portão da sua casa, vai lá se junta com o seu cachorro lá no portão e ele vai transmitir também. O que eu sugiro aqui, depois de ter tentado explanar muito pouco da minha indignação em relação ao abandono e maus tratos que vem por parte do poder

público, eu sugiro que seja criada juntamente com a Promotoria que também vai apresentar aqui, um Projeto de Lei que trata justamente e somente sobre a problemática dos animais, sobre a situação de maus tratos e abandonos, porque existe uma Lei Federal, a Lei 9.605 de 98, que é vulgarmente conhecida como Lei, popularmente, desculpa, conhecida como Lei de maus tratos, que é sobre a Lei Ambiental que fala o quê que significa os maus tratos. Então, eu vejo assim, que o maior, o maior pecador, a pessoa que mais infringe a Lei na pessoa que se pode dizer, é a pessoa do Estado, principalmente quando nós que temos pouco conhecimento sobre a Lei de maus tratos, quais seja, é que você tem que dar água, comida, o animal não pode ficar preso o dia inteiro, você tem que dar, ele tem que ser vacinado, ele tem que ter no mínimo um abrigo. Isso a gente não tem, nem no Estado, nem no município e é muito fácil o Estado falar que a responsabilidade é do município e o município dizer que o Estado não dar subsídio. A gente com o nada que nós somos, com nada que nós temos já foram castradas em torno de 44 animais, 44 animais em questão de 04 meses e a gente se rebola para conseguir vacinação, vermifugação porque todos os animais, todos os animais que são resgatados por nós, eles são vermifugados, eles são vacinados e castrados. E existe esta política em outros Estados e que existe o apoio total, principalmente financeiro, que eu não preciso está falando isso o tempo todo do Estado e do Município, aqui não tem nem abrigo. O Centro de Zoonose existem baias, existem vários lugares lá, mas, me desculpa, todos os animais que foram para lá, ao meu conhecimento se eu estiver errada me corrija, eles morreram, cinomose e uma séries de outras coisas, mais principalmente a cinomose. E sugerindo a criação de um Projeto de Lei para que se crie uma Coordenadoria que trate dos direitos dos animais. Eu vou protocolar aqui o Projeto de Lei de Criação da Coordenadoria, eu gostaria que fosse apreciado, eu tenho, se alguém se interessar por cópias também, eu vou disponibilizar e gostaria que todas as minhas perguntas fossem respondidas. Bom, em tese se de repente há alguém que queira saber mais alguma coisa sobre o nosso trabalho, é isso, o trabalho do socorrista de animais é fazer resgate na rua de animais que são atropelados, que são doentes; só que todos eles voltam para a rua. O trabalho dos protetores voluntários é a castração, mas todos retornam para as ruas, e a gente recebe crítica, porque os animais voltam para as ruas, mas ele volta vacinado, vermifugado e castrado, porque nós não temos abrigo, e não é a intenção de nenhum de nós aqui, que se construam abrigos e se acumule animais, nós não somos acumuladores de animais. A gente promove feiras de adoções, justamente para isso, e todos os animais que são adotados, o adotante, a pessoa responsável, ela sai de lá assinado um termo de compromisso e o animal sai castrado, na grande maioria. Por quê? Porque existe Deputado, comprovadamente, mais de seiscentos patógenos que se transmitem do animal, o animal doméstico, quais sejam, o gato e o cão, para o homem. O mais simples deles é a pira, que é aquela coceirinha, é a sarna não é, a cinomose não é transmissível, mas é insuportável você ver uma vida, sofrendo da forma que sofre causada pela cinomose. A cinomose ataca o sistema nervoso do animal e ela não tem cura, ela é igual o que a gente pode falar que é, pode ser comparada ao HIV, você consegue controlar a doença no animal, mas ela volta e meia tem crises de convulsões, então é muito

complicado, então qual é a saída mais rápida para que ninguém tenha trabalho? Você vai lá e faz a eutanásia, que eu acho ridículo isso, todo mundo tem direito a vida, são as prerrogativas dos direitos universais, os animais eles são equiparados aos seres humanos, eles têm todos os direitos. Então, toda a minha indignação é estar aqui, além de apresentar a coordenadoria, que eu espero mesmo que seja recebida com braços abertos por esta Casa, Deputado, e que o senhor receba com carinho, que o senhor analise muito bem porque a problemática dos animais está aí para qualquer um, não é uma coisa de pessoas que não tem o que fazer; muito pelo contrário. Existem leis e a gente só está aqui para que essas leis sejam cumpridas. Em relação à outra coisa, o senhor como presidente da comissão de justiça...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Segurança Pública.

A SRA. SHELLY NÓBREGA – Isso mesmo desculpa. Quando nós fazemos uma ligação de que existe uma situação de maus tratos, ou alguém está batendo em um cachorro; até um resgate, os donos viajaram, deixaram os animais na casa deles, abandonados, não tem água não tem nada, a gente faz a ligação para o 190. Nunca, nós nunca fomos atendidos. Eu faço menção à lei, eu exijo falar com o coordenador, e a resposta sempre é negativa. Nós já fomos achincalhadas, dizendo que nós não temos o que fazer, será que a gente não tem roupa em casa para lavar. Eu tenho muita roupa em casa para lavar. Eu tenho. O meu trabalho é muito maior, porque além de fazer o meu trabalho doméstico, o meu profissional eu tenho que cumprir o trabalho do Estado. Então, eu gostaria que fossem tomadas as providências em relação a isso também, porque existe uma lei, e a gente exige que ela seja cumprida, ninguém está indo lá bater boca com ninguém, a gente está tentando salvar uma vida e simplesmente, a gente é recebida com negativa e chacota. Bom, eu gostaria de encerrar agradecendo a todas as pessoas que se fizeram presente aqui, eu gostaria de fazer um agradecimento em especial, as meninas do grupo protetoras voluntárias, por todo o apoio e toda a parceria em que a gente se encontrou, nós éramos pessoas, eu era uma pessoa sozinha com o meu grupo, que agora é uma associação; a Jara também, então de repente a gente se encontrou e a gente conseguiu juntar todas as nossas ideias, tudo isso em prol dos animais. E agradecer a presença de todos vocês, a doutora Aídee, a Gisele, a Clotilde, e dizer que todos nós aqui somos parceiros em uma única causa. Ninguém aqui está por individualismo não, e que sim, a gente é, se for que ser taxada como loucos, nós somos, porque nós defendemos acima de tudo, tem o amor que nós temos, mas a gente segue uma lei e eu quero deixar bem claro isso aqui, que tudo o que a gente faz é baseado na legislação, e que parece que só a gente tem entendimento e só nós é que cumprimos e as outras pessoas elas simplesmente fingem que não existem. São alienadas, não é? Muito obrigada a todos e tenham um bom dia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, sua excelência o senhor Deputado Jesuino Boabaid, sempre nas Audiências Públicas, quer a participação maciça daqueles que vem até aqui participar das Audiências. Alguém aqui

gostaria de fazer uso da palavra? Alguém gostaria de fazer uso da palavra? Ok, então, por gentileza, digo o nome e de onde.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só para, vou registrar aqui uma situação que ela fala, da Shelly, ela colocou aqui, eu esperava viu, eu tive uma pré-reunião com vocês, eu esperava muito mais, esperava muito mais de vocês, como estou falando com a doutora Aídee aqui, eu pedi vocês buscarem em outros Estados, normas, legislações, uma aplicabilidade de algo que fosse discutido, que esta Casa, que é a Casa do Povo, aonde nasce às normas, poderia começar a discutir de uma forma ampla. Por que é que eu digo isso? Nós temos campanha de vacinação na questão da aftosa, na questão dos animais, dos bois. Existe uma lei também, aí eu quero ser bem preciso uma lei que é para matança dos búfalos, e lá vai ter um valor até, vai ter uma arrecadação quanto à matança desses animais. Eu estou com o Projeto de Lei parado até agora, porque ainda não me satisfaz as respostas, o anteprojeto que foi encaminhado para mim, não tem direcionamento, vai ficar com o Estado. E aí nós poderíamos discutir o valor dessa matança desses animais, que é para controle, até porque lá está realmente causando descontrole, esses animais. Não sei o quantitativo, mas eles são totalmente selvagens, ele vira trator, conforme me informaram, de tão brutos que eles são. Animais mesmo... E os valores que fossem percebidos, poderiam ser remanejados para vocês. É louvável realmente a questão da ação. E aí é por isso que eu quero o município, faça uma fala, os demais representantes. Eu esperava aqui, acho que até do Idaron, da SEDAM, tem a veterinária da SEDAM, nós temos o Idaron que têm veterinários, nós temos a SEDAM, a própria Polícia Militar têm veterinários. Tem um veterinário oficial, tem. Não sei se ele se aposentou já, pediu reserva. Já pediu reserva, não é? Então já não tenho mais. Eu poderia esse projeto de lei, mas na verdade no projeto de lei a gente podia colocar um código, alguma coisa assim que tem que também ter anuência do Estado de Rondônia, porque aqui nasce a todas as senhoras que se encontram e senhoritas e senhores que se encontram aqui presentes. Aqui nasce à primeira discussão em nível de Estado para que haja uma solução para a problemática de vocês, que é problemática do Estado. Foi bem colocado aqui, é questão de saúde pública, esses animais na rua, ficam, tem o problema de saúde, tem o problema da procriação de forma desordenada e tem uma série de outras questões que devem se analisar também. Eles são animais. Eu vou contar de forma bem rápida. Eu tive um animal que teve 15 anos e até hoje eu ainda sinto falta dele. É um cachorro que eu tive, inteligentíssimo. Todo mundo conhece aqui no bairro. Eu vivia aqui na Arigolandia, onde nós estávamos ele estava presente de tão inteligente que era. Tudo, tudo ele estava lá do nosso lado, acompanhando. É um cachorro, não é? Aí o cara fala 'ah, tem que estar preocupado com o ser humano'. Não, a gente tem que estar preocupado com tudo, com o meio ambiente, tem que estar preocupado com tudo, porque o futuro dos nossos filhos vai depender das nossas ações hoje, isso é fato. Tem um projeto de lei aqui, que também eu gosto de falar, bem rápido também, que querem aumentar de 10 para 30, uma situação do percentual para não ter EIA-RIMA. O que é que é EIA-RIMA? É uma fiscalização, ou seja, é

um laudo que o IBAMA vem, os órgãos de controle expedem para dizer, 'olha, esse aqui vai ter o impacto ambiental nisso, isso e isso', e querem aumentar isso para 30. Com 10 já está tendo impacto, imagina com 30. E qual o benefício que o Estado de Rondônia vai ter? Por isso que eu vou chamar uma Audiência para discutir essa lei. Essa lei já está nesta Casa e após essa discussão, aqui se encontra a Dra. Aídee, que é uma Promotora aguerrida no que tange à questão do meio ambiente, ela vai estar presente, demais pessoas que eu quero que eles me expliquem de forma bem, assim convincente, porque aumentar para 30, qual é o benefício que o Estado de Rondônia vai ter. Vai ter até uma Audiência também quanto à questão de hidrelétrica, vai ter uma Audiência aí que, há rumores que essas duas hidrelétricas podem se romper. Há rumores. Foram feitas de forma também, ninguém entende. O rio Madeira é um rio que está sendo ainda, ele é novo, está em fase ainda de formação. Eles estudaram que a cada, um ano, dois anos, iriam fazer manutenção. Estão fazendo seis meses, manutenção nas turbinas. Se isso aí romper, gente acabou. Metade de Porto Velho aqui vai ser atingida. Então, são essas coisas. Então, para os senhores, as senhoras ficarem tranquilas que hoje iremos traçar encaminhamentos. Se é um projeto de lei, projeto de lei tem muitos, temos que construir algo que realmente possa ser encaminhado junto com parcerias, emendas parlamentares, o próprio Estado de Rondônia tirar de uma fonte, de um imposto, direcionar para esse Fundo, uma Fundação ou algo assim, mas temos que criar algo em defesa dos animais, em especial os cães e os gatos que se encontram aí nas ruas.

Eu vou passar a palavra agora, o Ezequiel. Eu queria ouvir primeiro a SEMUSA, depois o senhor fala, aqui o Presidente das UPAs, o representante da SEMUSA, Dr. Alexandre Ribeiro. Na verdade eu vou passar para o Rudolf Cristian, representante do Departamento de Controle de Zoonose, depois para o Médico Veterinário, representante da SEMUSA.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Está ok. Então, Vossa Excelência, como determinou, nós temos dois inscritos, o senhor Ezequiel e a Dra. Ana Valeska, depois.

O SR. RUDOLF CRISTIAN – Bom dia, senhoras e senhores; bancada; e demais ouvintes. Aqui não represento o senhor prefeito, nem o Secretário de Saúde. Estou representando, dentro do Departamento de Controle de Zoonoses, a divisão de Controle de Zoonose em animais domésticos e sinantrópicos e me represento como pessoa também, como munícipe.

Muito bem. Dentro da Divisão que represento Controle Doméstico em Animais Domésticos, nós somos a favor de todas as medidas, de todas as ONGs que queiram dentro de suas ações praticarem esse ato de bondade, de caridade que eles vêm praticando. Muita gente tem a ideia um pouco equivocada do que vem a ser o Departamento de Controle de Zoonose, principalmente, a Divisão de Controle Zoonose em Animais Domésticos. Muito bem. O termo Zoonose já explica muita coisa, Zoonose, doenças transmissíveis de animais para seres humanos, demais doenças mesmo sendo passíveis de transmissão para seres humanos, mas que principalmente não sejam, não estejam, como foco principal da saúde pública e que são também doenças, agravos, evitáveis, isso é de responsabilidade de cada um.

Nós falamos em animais soltos nas vias públicas, no entanto, e abandonados, no entanto, esses animais eles tiveram um princípio, começou por um animal de responsabilidade de alguém. Enquanto nós mandarmos água nas labaredas nós não vamos conseguir apagar o fogo. Se temos animais soltos nas vias públicas é porque nós pessoas, munícipes, cidadãos não estamos assumindo a nossa responsabilidade, não estamos cuidando desses animais. Nós temos registros de pesquisas de capitais muito mais desenvolvidas onde mostram que, não indo de encontro com as ONGS, com Associações Protetoras dos Animais, mas que, quando se tem um local onde se abriga, onde se recebe animais mais as pessoas abandonam os seus animais. Nós temos registros, inclusive, que da realidade do nosso próprio departamento e dessa pesquisa também, que somente 10% dos animais capturados pelos órgãos que vem a capturar ainda nas capitais espalhadas pelo Brasil, somente 10% desses animais capturados algumas até 5% são resgatados pelos seus donos e 20% e menos são adotados e quanto mais temos locais para abrigar esses animais mais as pessoas estão soltando os seus animais. As pessoas têm duas ideias básicas em relação ao Departamento de Controle de Zoonose, vivemos isso diariamente. As pessoas chegam lá achando que lá é um "samucão", é um local para tratamento dos seus animais, é um hospital público para animais, que não é.

Outra metade delas querem o local para descartar os seus animais, animal com uma simples sarna que ela muitas vezes, tudo bem, não tem condições de tratar, mas tem condições de manter um animal, de querer um animal e não só um, vários, então as pessoas levam para lá os seus animais e querem que recebamos esses animais e querem que demos um fim para esse animal. As pessoas querem o local para descartar os seus animais. Então a questão é educação, a questão é moral, é postura. Temos que trabalhar, principalmente, nessa questão da educação das pessoas. Construir algo num terreno já construído é muito mais difícil, por isso vamos tentar trabalhando com as crianças.

O Departamento de Controle Zoonose, para o ano que vem, tem um Projeto, tem uma aquisição de dois trailers aonde nós vamos levar esses trailers para todas as escolas da capital e do interior aqui de Porto Velho na parte ribeirinha, na parte distrital para trabalharmos as nossas crianças nas escolas, trabalhando essa questão da educação, para tentarmos minimizar e ajudar as ONGS nesse sentido.

Muito bem, foi feito aqui uma pergunta qual seria o real escopo, o real papel do Departamento de Controle de Zoonose. Bom, foi dito que os socorristas tratam a cinomose, tratam outras enfermidades relacionadas à pele, castram, TVTs, tumores. Isso não faz parte do escopo do Departamento de Controle de Zoonose. O Departamento de Controle de Zoonose trabalha com a zoonose de relevância à saúde pública, dentre elas, as principais, a primeira é a raiva, depois vem leishmaniose, esquistossomose, leptospirose e outras atividades também relacionadas a animais com peçonha. Os recursos que nós recebemos são exclusivos para essas atividades, a principal delas que nós fazemos na parte de evitar a raiva, no caso, é a vacinação. Do mais, observamos animais dentro do Departamento de Controle de Zoonose onde apresenta uma sintomatologia passiva que indique a raiva, principalmente. Desses animais que nós recebemos para observação os donos,

caso é descartado, a possibilidade de ser raiva, que é a principal, o dono tem que resgatar seu animal, tem que levar de volta para sua residência. Enfrentamos diariamente lá no Departamento, assim como a Clotilde, da Amigos de Pata, disse, há o abandono de animais lá nas nossas dependências. As pessoas abandonam simplesmente, ninhadas de filhotes e animais com outros agravos, lá na frente. Simplesmente abandonam. Chegam lá, às vezes nós temos que ameaçar de chamar a Polícia porque quer que recebamos o seu animal e que demos um fim para ele. E diz até que vai chamar a Polícia. Chegou um senhor lá, o qual nós doamos um animal que foi resgatado nessas enchentes, levou para a sua residência, não levou para médico veterinário algum, não cumpriu com as suas obrigações, o animal ficou doente, ele levou de volta. E disse assim para mim, especificamente, "eu vim dar baixa nesse animal", como se fosse uma mercadoria, como se fosse um objeto. Eu falei: como assim, dar baixa? "Não, porque eu o peguei aqui, ele já foi doente". Eu falei: como assim, já foi doente? Levou para um médico veterinário? "Não, não. Mas ele já foi doente daqui, eu vim devolver". Eu falei: senhor é sua responsabilidade. Se o senhor deixar seu animal aqui eu vou lhe denunciar. Infelizmente a gente não tem nem para quem denunciar, porque nós ligamos para a Polícia, nunca sabe. E aí, o proprietário desse animal disse que ia chamar a Polícia. Eu falei: por favor, chame. Aí ele saiu, foi embora e não voltou mais.

Então, senhores, a responsabilidade do animal é de cada um de nós. Os animais que estão soltos nas ruas, tudo bem, já temos um problema. Já temos um problema instalado na cidade. Precisamos verificar como podemos solucionar esse problema, mas simplesmente recolher esses animais e eutanasiá-los, seria a resolução? Seria humano resolver dessa forma? Talvez não, mas já é um problema. Mas lembrando, causou-se, a partir de nós que abandonamos os animais. Então, não vai adiantar, na visão minha, não vai adiantar nós ficarmos recolhendo os animais das ruas simplesmente, sem trabalhar e sem punir, sem responsabilizar quem está soltando, quem está proporcionando a multiplicação desses animais nas vias públicas que coloca em risco outros fatores. A castração, assim como o Dr. Alexandre vai explicar, assim como também já foi explicado, é uma medida a qual nós também concordamos. Porque é uma medida de controle, realmente, que pode controlar a proliferação dos animais. Do mais, estamos aqui para contribuir e espero que consigamos sair daqui com algumas respostas, com algumas resoluções. Obrigada.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO - Também gostaria de cumprimentar todos os presentes, ao Excelentíssimo Deputado Jesuíno Boabaid; a Dra. Aídee Torquato; a Inspetora Gisele Horn; a senhora Clotilde, Presidente da Associação Amigo de Patas; a senhora Shelly Nóbrega, Presidente da Associação dos Socorristas dos Animais, a qual eu já tive contato com a Associação, já um tanto de vezes; a senhora Indira, Coordenadora do Grupo de Protetores Voluntários de Porto Velho.

Em primeiro lugar eu gostaria de fazer um pequeno histórico sobre nossa passagem no Centro de Controle de Zoonose, Departamento de Controle de Zoonose da Secretaria Municipal de Saúde. Eu sou funcionário público desde o ano

de 1996, ano que vem, no mês de março, ano que vem inteira 20 anos que eu trabalho para a Prefeitura. Nesse período, comecei a trabalhar no Centro de Controle de Zoonoses no ano de 2000. Então são 16 anos à frente dos trabalhos de controle de transmissão de doenças de zoonoses, doenças transmissíveis dos animais para os seres humanos. Nesse período nós tivemos uma situação muito difícil de controlar no município de Porto Velho, que foi a raiva animal. Embora as autoridades sanitárias, da época, não houvessem divulgado, Porto Velho se tornou, na época, a capital mundial da raiva animal. Nós chegamos a ter em Porto Velho, 380 casos de raiva canina registrados em apenas 01 ano, onde apenas 01 caso seria alarmante. Em um total de casos que se aproximou entre 800 a 900 casos no período que nós fizemos o controle da enfermidade. E eu pergunto: qual foi o motivo de existir tal enfermidade na nossa capital, que também se alastrou por outras e outras cidades do Estado de Rondônia? Quando falamos em raiva animal, desses 380 casos no ano, que eu vou me referir especificamente, eu fiz investigação domiciliar de cada caso de raiva. E em 100% dos casos de raiva, eu detectei um fator: nenhum dos animais havia sido vacinado. Devo lembrar que se eu fiz a investigação domiciliar desse animal, significa que ele tinha claramente um domicílio, ele tinha um proprietário, não era um animal de rua. A maioria dos casos de raiva quando nós detectamos, é raiva indicada por um proprietário, porque o animal, quando está com raiva e morre na rua, ninguém olhou para ele. Então, foram 384 casos de raiva diagnosticados de proprietários. O que podemos medir? O que podemos levantar com essa situação? Infelizmente a irresponsabilidade do nosso povo frente aos cuidados com os animais. Não querendo desmerecer o trabalho das ONGs, absolutamente, as ONGs fazem um trabalho de extrema relevância para a sociedade. Mas como o senhor Christian falou, em todos os locais, não só do Brasil como do mundo, onde existem ONGs que ainda não fizeram um trabalho de se estruturar, um trabalho de estudar a situação social de cada local frente ao abandono de animais, está sujeito a fazer um levante do abandono se multiplicar. Porque aumenta a responsabilidade das pessoas mais ainda, porque eles pensam da seguinte forma: não vou me preocupar em soltar o meu animal na rua, uma vez que eu não queira mais ele, porque tem gente que acolhe, recolhe esse animal e trata, então, não tenho peso nenhum na consciência. Então, jogar água na labareda, não apaga o fogo. Durante um período de três anos, o Departamento de Controle de Zoonose foi fomentado, financiado por Furnas como uma forma de compensação pela construção das Usinas Hidrelétricas em nosso município. Uma estrutura foi feita, na própria estrutura do Departamento de Controle de Zoonose e equipagem e compra de medicamentos para que se fosse feito castração de animais. Apenas dois veterinários, na época, estavam presente para fazer essas atividades de castração plenamente, foi eu e o Doutor Bruno Sadeck, na época presente dentro do nosso Departamento também. Nesse período, nós fomos responsáveis, de três anos, por realizar mais de mil e quinhentas cirurgias, não foram quarenta cirurgias, foram mil e quinhentas cirurgias entre cães machos e fêmeas. Isso nunca foi divulgado pela Prefeitura. Temos que nos alertar e exigir mais dos nossos governantes. Furnas se propôs ainda fazer mais por nós, mas eu ainda não vi interesse das instituições públicas em dar

prosseguimento a esse trabalho. Apenas dois médicos veterinários citados, dentro do Controle de Zoonose, para fazer tipo atividade, são extremamente poucos, ainda mais que existe as outras atividades dentro do Departamento de Controle Zoonose.

O controle de população animal frente à castração é o meio mais inteligente, mais humano e mais eficaz de controle de população animal que existe. As pessoas procuram o Departamento Controle de Zoonose, assim como falou o senhor Rudolf, para abandonar os seus animais. E acreditam que a Prefeitura tem dever de paternalizar a irresponsabilidade das pessoas que querem criar animais, mas que não querem tratar. Durante esses vinte anos, eu vi muitos, muitos animais serem eutanasiados. Eu acredito que eu vi serem eutanasiados nesses vinte anos em torno de oitenta a noventa mil animais. Para uma pessoa que não gosta de animais é uma coisa muito dura; para quem gosta é difícil; para quem ama, tem o coração em pedaços. Então, imaginem a situação de um médico veterinário que escolheu ser veterinário com três anos de idade, com três anos de idade escolheu a profissão. E que a Medicina Veterinária, não é apenas uma profissão, é um religião, é um estilo de vida, está dentro de uma instituição assim, e receber atenção que hoje a Prefeitura dá para seus profissionais, como a Promotora Aídee Torquato viu na nossa instituição. Mas não abandonamos, não abandonamos porque nosso compromisso não é com o político, nosso compromisso é com a Instituição, é com o povo, é com toda estrutura social que nós vivemos. Até hoje, nós Departamento de Controle Zoonose e ONGs, não sentamos para definir um plano de ação frente a essas necessidades, para que possamos entender a necessidade e conhecer o trabalho de cada um. Hoje está sendo um encontro que eu diria não só memorável como histórico. Histórico porque estamos reunidos em prol de um assunto que para muitos que não tem realmente a sensibilidade veem como irrelevante. Hoje, eu vejo da seguinte forma, o trabalho de recolhimento de animais de rua. O recolhimento de animais de rua, ele é relevante do ponto de vista social, emocional, afetivo. Agora, da maneira como tem sido feito com as clínicas particulares, eu venho falar isso porque eu também estou dentro de uma clínica particular, quem conhece o meu trabalho brinca até comigo, o Alexandre quer ser pobre da maneira como ele trabalha. Eu respondo: o que se leva dessa vida, é a vida que se leva. O custo de tratamento de um animal retirado da rua feito numa clínica particular hoje; com esse mesmo valor seriam castradas mais de 20 cadelas. Eu pergunto: se o objetivo é impedir o sofrimento animal, o quê que é mais provável que seja coerente, tratar uma cadela ou castrar 20? Nós vimos o histórico aqui no slide de o que uma cadela proporcionar dentro da população animal, de uma sociedade, imagine 20 cadelas. Chega um ponto que nós nos vemos dentro de uma guerra e começamos a pensar em números, mais do que no valor individual de cada ser, porque aquelas outras 20 cadelas serão responsáveis por quantos e quantos animais de rua? E o nosso trabalho, será que realmente está dando certo para impedir o sofrimento animal? Eu trabalhei na sociedade União Internacional Protetora dos Animais do Rio de Janeiro, conhecida como SUIPA no Jacarezinho, eu sou um filho da SUIPA, lá pude aprender muita coisa, muita coisa, inclusive na parte técnica cirúrgica, onde nas clínicas particulares não deixavam seus

estagiários fazendo cirurgias, lá nós fazíamos bastantes e com colegas e profissionais especializados. Então, hoje a SUIPA, parece que também passa por determinadas dificuldades, porque foi albergando, albergando animais e o número de animais doados acaba sendo extremamente pequeno e daqui a pouco não se tem lugar mais para se colocar animal. Então, é um momento de reflexão. A vida, toda a existência da vida na terra ela é composta por ciclos, nós estamos diante do início de um novo ciclo, um ciclo que as pessoas estão se denotando para realidade da sensibilidade da vida animal, porque não representa apenas a vida dos seres humanos, a vida dos animais representa também a vida dos seres humanos na terra. A senhora Clotilde citou, a senhora é evangélica, eu aprecio isso da senhora. Então, vou lembrar uma passagem que diz no Livro de Eclesiástica, um livro escrito por um homem, considerado o homem mais sábio do mundo que foi o Rei Salomão que fala sobre os animais: Não há nenhuma diferença entre homens e os animais, assim como morre um, morre o outro, todos são dotados do mesmo fôlego de vida e tudo o mais é vaidade. Se existe um Deus, nós acreditamos que exista, um Deus que criou tanto o homem como os animais nós devemos pensar que esses animais tem uma responsabilidade conosco também, de nos ensinar a ser mais humanos. Então, meus Senhores o que eu também espero desse movimento, é que não fique apenas em palavras, que nós possamos dar segmento a uma construção de uma sociedade melhor, mais equilibrada e eu não acredito que uma sociedade equilibrada, uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa possa ter o tanto de números de animais abandonados em nossa sociedade, em nossas ruas. Mas, para que isso aconteça o cidadão deverá ser chamado mais a responsabilidade e mecanismos de controle deverão ser oferecidos para população. Muitas pessoas não tem o dinheiro de adentrar uma clínica veterinária e, por favor, não culpe os profissionais porque eles precisam trabalhar para sobreviver, eles têm as suas contas a pagar, embora tenham amor pelos animais, eles têm esposas, tem filhos, tem casa e precisam pagar as suas contas, se forem trabalhar apenas por caridade, eles vão ter que fechar os seus estabelecimentos, mas que a sociedade pode exigir dos meios públicos que eles tomem participação que ofereçam serviços que a população possa fazer controle da população animal, isso sim, nós podemos exigir.

Eu espero que nós façamos e que nós possamos minimizar esse problema que existe na cidade. Muito grato.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Passar a palavra a Dra. Aídee, Promotora de Justiça do Meio Ambiente.

A SRA. AÍDEE TORQUATO – Bom dia a todos! Exmº. Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, eu parabeno a sua iniciativa, aliás, esses últimos tempos nós podemos dizer que esta Casa Legislativa tem dado demonstração em várias oportunidades do quanto ela está preocupada com a questão ambiental no nosso Estado de Rondônia.

Realmente, posso dizer, que em muitos anos que eu milito nessa causa, nesses últimos tempos eu posso dizer que foram inéditas as preocupações e as iniciativas desta Casa com relação ao meio ambiente.

Mas eu gostaria de inicialmente, também parabeno as Associações, eu acho que ela tem um trabalho nobre em que

pese sempre gerar polêmica com relação a qual é a melhor forma de nós resolvermos essa situação que realmente é de saúde pública, mas eu acho assim louvável o trabalho delas porque sinceramente não é um trabalho prazeroso é um trabalho sofrido, estressante, o resultado desse trabalho realmente ele gera muito mais tristeza do que uma satisfação, porque lidar com esse tipo de situação realmente nós não podemos dizer que traga alegria, pode trazer uma satisfação, mas traz muita tristeza junto no momento em que se faz o recolhimento de um animal vítima de maus tratos. Eu também gostaria de registrar que eu vejo no Estado de Rondônia e Porto Velho, especialmente, onde eu milito há 20 anos nessa área é que cada um preocupa com aquilo que lhe interessa. Então, nesse momento o nosso interesse ele está voltado para a questão da proteção dos animais e é esse o nosso foco.

Mas eu faço uma pergunta aos senhores e que não precisa de uma resposta, só para reflexão, mas nós temos que olhar no nosso município de uma forma global, eu faço a seguinte pergunta: quem faz separação de lixo na sua residência? Quem olha para o catador? Então nós temos uma grande dificuldade de implantar no nosso município políticas públicas, ninguém faz, ninguém enxerga esse catador, ninguém preocupa que ele está lá remexendo nos nossos rejeitos, ninguém enxerga ele como ele que dá solução do que nós produzimos de rejeitos. Então assim, não há na população de Porto Velho uma visão geral de cidadania sobre todos os aspectos. Nós não podemos só olhar aquilo que nos interessa, nós temos que olhar o município que como capital, ele realmente, ele é uma tragédia. Não há poder público que dê conta das mazelas geradas pela sua população e eu digo isso sem medo de errar e sem medo de ser linchada ali fora, eu nunca vi uma falta de cultura para coisas que se discute, que se vê todos os dias na televisão e não é assimilada pela nossa população. Eu já cheguei a ter reclamação na Promotoria de gente que diz que tem que catar o lixo que é a granel que se encontra na rua. Quem é que joga o lixo? Então assim, nós temos que nos sentir pertencidos a esse município não somente naquelas causas que nos interessa, mas de uma forma geral porque não tem mais condições de nós tratarmos cada um que se interessa por alguma coisa e traz a demanda. Nós temos que enxergar o nosso município com todas as suas deficiências e todas as deficiências de todos os interesses nós esbarramos numa situação, infelizmente, é cultural e infelizmente é falta de educação. Então, nós temos que começar a termos uma atitude realmente de trabalhar educação, não tem jeito.

Com relação a tudo o que nós estamos discutindo, realmente a gente faz uma cobrança muito grande ao Centro de Zoonose, vou abrir um parêntese por causa disso, mas nós temos instaurado inquérito civil na Promotoria de Meio Ambiente, e na Legislação atual realmente o Centro de Zoonose não tem essa obrigação de que nós cobramos deles. É uma situação de saúde pública e nós voltamos a dizer, geradas, eu acho que foi muito bem colocado pelos representantes do Centro de Zoonose, é uma situação gerada pela própria população e que nós, de qualquer modo queremos que alguém dê conta disso. Não tenha dúvida que se tratando de saúde pública, tanto o governo do Estado, quanto o municipal, tem a sua parcela de atribuição. Não temos legislação que defina a

atribuição do Estado e menos do município. Nós temos a Lei Federal de crimes, que no artigo 29 trata dos maus tratos. Temos uma deficiência de fiscalização sobre a autoria, nós encontramos os animais maltratados, temos dificuldade de identificar a autoria. Não temos uma estrutura de Polícia Militar Ambiental voltada para essa questão, porque nós temos 170 policiais no Batalhão Ambiental para todo o Estado, onde nós temos questões gravíssimas de fora, de violência na floresta. Ontem tivemos uma Audiência com os seringueiros, é chocante. Então, assim, ele também tem que ver o que é que ele vai priorizar no momento da demanda que ele recebe. Nós temos um Instituto Médico legal que realmente resiste em fazer os laudos quando nós encontramos os animais lesionados. Temos denunciado os autores, quando encontramos, sem laudo, que é uma falha, mas temos feito isso. Então assim, a parte criminal está resolvida pela lei e não pela estrutura de Estado, de efetivamente haver uma repressão mesmo aos crimes de meio ambiente. E por mais absurdo que pareça, os crimes de abandono, que nós verificamos são, as autórias são de difícil apuração, mas os maus tratos na zona rural, nós temos tido um êxito bastante considerável. Nós não paramos e não temos a ideia de como a zoofilia acontece na zona rural. Temos caso quase que semanalmente de denúncia de zoofilia na zona rural. Isso também é uma questão de cultura e de educação.

Então, assim, a minha proposta é que nós temos uma legislação, Deputado, nós não temos no Estado uma legislação que defina atribuição e competência, o que é do Estado, o que é do município. E nessa lei incluem-se também as pessoas, porque não há, pelo artigo 225, nós todos somos responsáveis pelo meio ambiente, desde uma pessoa física, jurídica e os entes públicos.

Eu proponho a criação de um código estadual de animais, tanto silvestres quanto domésticos e que ele abranja todas as demandas que envolvem tanto doméstico quanto silvestre. Nós temos situações que outros Estados já estão bem mais avançados com relação à exposição de animais silvestres em pets, quer dizer o mínimo de legislação que trata de qualquer coisa referente a isso. Nesse código, estando definidas as atribuições tanto do Estado quanto do município, aí sim nós podemos cobrar dos entes qual é a obrigação de cada um.

Hoje as ações ajuizadas, nós ficamos discutindo quem seria o responsável. É caso de saúde pública, mas há uma omissão, o Estado diz que é do município, o município diz que é do Estado e ninguém resolve. E a gente sabe que enquanto nós não identificamos quem é o pai da criança, muito difícil é obrigá-lo a sua responsabilidade.

Então entre algumas proposições, que eu acho que nós temos modelos em todos os Estados, e legislação, que a gente pode aproveitar o que é bom de cada uma. Eu fiz um apanhado mais ou menos que eu acho que têm coisas que de repente não se adéquam não se aproveitam ou que se vê que o resultado não é prático, então nós temos um momento muito importante agora de discutirmos e trazermos o que há de melhor em termo de legislação para o nosso Estado.

Deixo claro que sempre há uma confusão, o Estado não vai legislar penas, crimes. Ele vai legislar infrações administrativas. Nessa lei ele pode legislar multas administrativas, mas não discussão com relação a crime. Isso é competência exclusiva da União e a gente vê uma confusão

mito grande, achando que as Assembleias podem, de repente, ficar discutindo essa questão. No Estado hoje, nós não temos uma legislação que trata de autuações administrativas, penas administrativas. Nós temos o Decreto da Lei 9.605, mas o estado impede que o município e o Estado também tenha uma legislação clara com relação ao seu poder de polícia e fiscalização e autuação. Então isso eu acho que nós temos que buscar.

Nós temos que também, na legislação, aí eu reputo como obrigação do município porque eu acho que ele tem o conhecimento do seu território, dos seus cidadãos e que ficaria um pouco distante do Estado, mas o município ele teria que ter instituído os órgãos próprios para tratar desses animais abandonados e de repente a forma que sempre vai haver de possibilidade de recolhimento sim, campanhas de adoção porque nunca nós vamos ter uma situação de erradicação desse tipo de situação, mas nós teremos que ter um órgão no município reconhecidamente com atribuições para isso e que o foco maior não seria realmente a simples busca desses animais na rua, ao contrário, um órgão institucionalizado se vê campanha de AIDS, se vê campanha da raiva, elas funcionam e assim a campanha de conscientização também dessa população que realmente aqui em Porto Velho é cultural, as pessoas mudam, elas abandonam os seus animais, os animais envelhecem eles põem na rua e isso é muito cultural. Então nós tínhamos que ter um órgão próprio definindo, inclusive, com responsabilidade do bem estar desses animais e também aí vai o controle de reprodução desses animais porque, realmente, na legislação do Centro de Zoonose ele faz isso, mas expressamente ele cuida das doenças provocadas por esses animais, mas não esse controle de castração que a gente muitas vezes cobra e realmente ele não tem essa obrigação e ele não tem nem estrutura para isso, porque na sua verba orçamentária ele não pode gastar com coisas que não são as rubricas. Então assim, muitas vezes a gente quer até que ele cometa um crime de responsabilidade fiscal quando diz: "não, você tem que castrar, você tem..." e não é essa função do Centro de Zoonose.

É lógico que toda nossa legislação criada ela tem que evitar a eutanásia mesmo, agora, o controle é pela castração sendo essa a medida menos dolorosa e mais eficaz eu acho que ela tem que ser considerada.

Outra situação que pode ser incluída na lei e como fonte de receita, inclusive, são as multas por maus tratos ou descumprimento de qualquer medida protetiva que esse código estadual irá dispor. É uma fonte de receita que de repente tendo um órgão definido para esse objetivo ele se autossustenta com as receitas produzidas pelas multas. A multa ela sempre tem que ter um caráter, ela tem um caráter educativo, mas ela tem que ser chegada, que hoje é muito eficiente até o fato do protesto da pessoa que não paga. Ninguém quer ter o nome protestado porque isso causa um transtorno, depois que a SEDAM começou a protestar às multas dos seus inadimplentes a receita lá aumentou consideravelmente, nós temos que trabalhar como se nós tivéssemos numa empresa, o Poder Público não pode trabalhar como se não fosse uma empresa, ele tem que gerar receita.

Outro fato que eu gostaria de colocar que não é muito interesse desse público, mas nós não temos no Estado o

controle sobre a forma de abate dos bovinos nos frigoríficos. Ali se a gente for fazer um flagrante lá todo dia dá maus tratos pela forma violenta com que se abatem os animais.

Outra comunidade que não se envolve são as Instituições Acadêmicas que por mais absurdo que pareça elas tem cursos de veterinária e se negam a prestar esse atendimento, que eu acredito que uma Instituição de Ensino ela tem a sua função social sim, e não só arrecadar mensalidades e formar profissionais e por mais absurdo que pareça nós não conseguimos nunca trazer a comunidade acadêmica, eu até me pergunto, como é que ela faz os seus estudos de caso lá nos seus, nós não temos um hospital Veterinário que seria fundamental para a formação desse Veterinário e ainda assim, quando ele faz, que é para o seu estudo e formação desse profissional ele cobra absurdamente uma castração. Eu acho que nesse Código nós temos que envolver as Instituições de Ensino.

Também nós temos que definir as atuações dos pets que nós temos muitas denúncias que esses animais ficam cozinhando no sol nas suas vitrines e pior que quando a gente chega lá, realmente, aparentemente você não pode dizer que eles estão sendo vítimas de maus tratos, mas é expor o animal a um sofrimento silencioso. O animal doméstico ele é equiparado ao homem não é porque ele sente dor, ele tem emoções. Eu sempre digo o seguinte: eu acho que a gente chegando em casa o único ser vivo que vem abanando o rabo para você e não pede nada, é a maior alegria chegar em casa. Filhos sempre reclamam, marido cobra, e o bichinho que está lá esperando por você, ele não exige quase nada de você. Então nós temos que realmente passar isso para a nossa população. Outra coisa que nós temos que definir e isso também pode ser no nosso código, e que é um empecilho é a denúncia de abandono de animais em residências fechadas e que realmente não dá poder de Polícia para ir lá e arrombar e retirar aquele animal. Somente pode fazer isso a Polícia. E como eu já falei para vocês, hoje, a nossa situação com a Polícia Militar, inclusive mês passado nós ajuizamos uma ação contra o Estado, por falta de estrutura da Polícia Militar, não é só na questão do Batalhão Ambiental não. É no trânsito, são nos crimes todos que a gente só sabe o quanto que ela é insuficiente, quando somos vítimas. Não há condição de o Estado continuar com esse número de efetivo na Polícia Militar. Então, nós precisamos, nesse código, também dispor que o agente municipal ou o agente estadual possa também exercer, no momento da atuação, esse poder de Polícia.

Outro fato que em no município de Porto Velho tem, mas que por lei é pouco conhecida, é obrigação do uso de focinheiras de animais violentos na via pública. Nós temos uma lei municipal que eu nem sei a quantas andam, mas ela existe, mas nós temos que resolver isso aqui também. Temos muitos casos de animais agressivos, soltos pelos seus donos, e nós temos que trabalhar isso aqui também.

E também nesse código, como nós falamos muito em educação, nesse código ele tem que ter um capítulo, um artigo que trate na da introdução nos currículos das escolas estaduais e municipais noções de respeito e de proteção aos animais, divulgando as normas instituídas por esse código e por outros federais, para que essa população de estudantes comece a fazer diferente. E nós temos experiências que quando os

estudantes começam a ter noção de cidadania, incluindo tudo que é necessário para nós termos qualidade de vida, eles levam para as suas casas e a maioria dos pais até se sentem constrangidos de ver assim, 'poxa, o meu filho me trouxe uma informação que eu não sabia e agora eu vou fazer'. Nós trabalhamos sempre com 20 escolas estaduais e 20 municipais, noções gerais de meio ambiente e apesar de estar no currículo a obrigação, na lei, que nos currículos têm que ter noções gerais de meio ambiente, a gente vê que as escolas pouco tratam desse tema. Ma nós tivemos um caso muito significativo de uma campanha, na época, de conscientização sobre as consequências da pilha e de bateria de celular, e uma criança disse que chegou a casa e disse para o pai, "olha, pai, você jogou a pilha e ela vai causar dano ao meio ambiente, à saúde". E essa criança foi vítima de espancamento por esse pai. E a professora teve conhecimento, trouxe esse caso. Então assim, não é fácil. Nós vamos ter situações que a gente vai amargar essa experiência, mas nós temos que incluir nos currículos das escolas noções de cidadania, então eu acho que com a criação desse código, que esse código vai englobar tudo, inclusive a situação tratada pelo Deputado, que são os búfalos. Que quem conhece aquela situação dos búfalos realmente ela é desastrosa ao meio ambiente, e é um problema que tem que ser resolvido. Então assim, nesse código nós trataríamos todas as situações envolvendo animais.

Então essa é a minha proposta. Eu me coloco à disposição para ajudar a elaborar esse código, para a gente discutir. Eu acho que ele tem que ser proposto e discutido pela sociedade. No momento que se discute esse código, as pessoas já começam a internalizar as noções que elas devem levar para as suas vidas, com relação à proteção aos animais. E digo a vocês que esta discussão que nós estamos tendo aqui, eu acho que ela veio em boa hora. Não podemos deixar passar este momento. Então, mais uma vez eu parabeno ao Deputado Jesuíno, a sua iniciativa. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado, Doutora. A Dra. Aídee tem uma audiência na Fazenda Pública e ela tem que se retirar. Mas os encaminhamentos dela já foram, será realmente acatados, a questão do código, um código que vai ser apresentado, de antemão já peço às pessoas que se encontram presente tanto do municipal, do Estado, para a gente formar essa Comissão. Vou encaminhar também ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Deputado Jean Oliveira, que participe, que ele também tem essa legitimidade perante esta Casa de estar presente para a gente discutir de forma profunda esse código.

Eu também tenho algumas ideias, a questão da Fundação é importante, mas o código, como a Doutora suscitou na sua fala, é importante a atuação, a legitimidade, tem a questão da arrecadação. Então, tudo isso é importante, é o ponto inicial, eu posso falar para vocês, é o marco inicial que vai ter encaminhamento sim. Eu não posso afirmar que no ano de 2015, até porque faltam menos de sessenta dias, mas no ano de 2016, nós já possamos já implementar e aprovar esse código nesta Casa, junto, para efetivação dessas ações. Eu quero dizer que vocês serão as percussoras, as idealizadoras que deram causa nessa discussão.

Então, eu vou passar a palavra agora para, já falou o município. Então, eu vou falar agora para o Ezequiel, Presidente da UPA para fazer uso da palavra.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de poder estar aqui. E nesta oportunidade cumprimentar Vossa Excelência, proponente, Presidente nesta Audiência Pública, Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid. Agradecer e, em nome do Deputado, cumprimentar todos os componentes da Mesa e todos que estão presente aqui. Nesta oportunidade eu gostaria de enaltecer o trabalho e também o pedido para esta Audiência Pública, em nome de todos os representantes aqui da Associação, a minha irmã em Cristo, Clotilde; a Shelly, a nossa amiga aqui protetora dos animais e todos vocês.

Eu quero dizer para vocês aqui, em nome da União Portovelhense das Associações, que diante das palavras técnicas, os números levantados aqui pelos nossos amigos, eu fiquei muito feliz com a fala, com a sua fala em trazer a realidade a respeito da zoonose que é o que vocês têm ali. E a gente muitas vezes, como sociedade, nós esperávamos que teria, pensávamos por falta de divulgação, até mesmo nas vias de publicidade, nos meios de comunicação, a gente não tem aquele entendimento do que é realmente a capacitação de vocês lá, o dever de vocês. Mas eu compreendo com certeza e parabenizo o trabalho de vocês, o esforço que vocês têm feito. Eu queria enaltecer, aqui nesta manhã, o poder desta discussão em nível estadual, que cabe aqui como capital do Estado de Rondônia, parabenizar por essa ação, porque aqui é onde está dando o ponto inicial até mesmo para vocês da Zoonose lá, do grupo de vocês, da entidade pública, ter mais uma estrutura futuramente para atender a necessidade. Porque aqui, nós vemos através das Associações, das ONGs, a realidade vivida no meio da comunidade. Nós podemos, aqui está representando vários presidentes de bairros aqui de Porto Velho, onde através da Associação de Animais, nós podemos fazer uma parceria nos bairros, de uma divulgação, e aí, o que mais? Para não ficarmos somente no evento, nós estamos aqui, Deputado e queridos amigos, sabendo que é uma causa de saúde pública. Eu ouvi uma palavra muito forte, que é o social, porque envolve a população, nós ouvimos aqui através das escrituras sagradas, proposta aqui no versículo do nosso amigo, que homens e animais têm o mesmo fôlego. Então, quando nós tratamos de animais, nós estamos tratando de pessoas, porque os animais não chegam ter o entendimento do ser humano. Por isso há necessidade de uma operação, de uma atitude voltada direta para o ser humano, para que o ser humano possa ter a consciência que o animal precisa dele para resolver essa questão.

Eu vinha propondo aqui no meu coração, diante dos dados, diante dessa oportunidade e da fala da nossa amiga aqui, a Promotora que esteve falando aqui por último a respeito da Lei. Nós vamos continuar com os brechós, com os movimentos, com as nossas necessidades, com o nosso clamor das ONGs, não vai parar porque isso é uma forma de manifestação passiva, uma manifestação da necessidade do problema. Agora para mudar, nós temos, precisamos, que nós temos aqui uma pessoa que está se disponibilizando e vai continuar, que é a mudança na Lei e a ampliação na Lei, porque

sem alterar a lei nós não temos como mandar nem mais recurso lá pra Zoonose, o Governo, o Município, porque a lei só está priorizando aquilo ali para eles. Então, tem que mudar a Lei, tem que acrescentar alguma coisa, estudar essas Leis que têm para abrihntar mais elas, porque vai começar, tem uma oportunidade através dessa Audiência Pública, porque é um registro oficial que representa a comunidade, as necessidades. Então, essa Audiência Pública ela tem o poder muito grande para levar essa discussão para alteração das Leis. Eu tenho uma proposta aqui para os nossos amigos, inclusive Clotilde a sua Associação tem utilidade pública né, municipal. Nós estamos através da UPAs já organizando as documentações das Associações, o nosso padrinho o Deputado Jesuíno, o ano que vem vai ter bastante trabalho aí para pedir para fazer utilidade pública, e nós temos que regularizar as Associações. Hoje no Governo tem um milhão para assistência social, projeto lá no SEAE, aqui no Palácio, que nós recebemos algumas associações do nosso grupo, o e-mail da SISPAP, e o que acontece? Cada projeto destina ali para você trinta mil reais para todo o Estado, o Projeto de Assistência Social para você entrar, Clotilde tem que ter um atendimento contínuo, tipo uma capacitação para ser assistência social, porque se você faz uma ação social, tipo você vai castrar um animal, através vamos dizer da Polícia Rodoviária que prende aí das pessoas aí, dos traficantes essas coisas, vários automóveis, você consegue um automóvel ali através da associação, porque até através de uma discussão dessa você pode ir lá fazer um pedido, que eu acredito que lá se tiver disponibilidade na Polícia Rodoviária, que eles prendem aqueles automóveis para ajudar as associações, é um passo que pode ser dado, nós temos uma amiga aqui para representar, que realmente tem a necessidade, então já é um passo que nós podemos dar. De repente nós temos um castra móvel. Para nós conseguirmos que nem está agora no edital, agora na lei o Estado tem que fazer os editais para as associações ir lá e colocar seus projetos, tem agora esse um milhão e até hoje tem levar o projeto. O engraçado é que venho agora no último dia que está acabando o prazo para colocar o projeto lá, que é hoje o último dia, que chegam os e-mails, mas poderia a sua associação com utilidade pública, nós temos os nossos contadores, nosso advogado, nós temos psicólogo e assistente social. Antes de vim para reunião eu consultei esse grupo das UPAs e eles falaram que há condição nesse edital se você fizer da seguinte forma, como a nossa amiga frisou aqui a respeito de ir as entidades escolares, nas escolas, para levar essa informação. Mas, se você levar uma informação tipo assim, nós vamos chegar ao bairro Tancredo Neves, aonde eu sou Secretario da Associação de moradores do bairro Tancredo Neves, lá tem espaço, tem cinco salas, tem uma cozinha, tem banheiro, tem uma área esportiva aonde nós podemos fazer um projeto ali de dois meses, vamos fazer uma capacitação para comunidade, a gente faz um evento, faz a inscrição para a comunidade fazer um curso, aí vem os profissionais que trabalham na área que é os veterinários né, as pessoas capacitadas para dar um curso para comunidade, que seja um curso que vai dar um certificado, vai além de estar trazendo uma informação, você vai estar fazendo uma assistência social, que é uma assistência contínua, que é um curso profissionalizante, entendeu? Então, essa proposta ela pode entrar para vocês arrecadar recursos na associação, tipo esses

trinta mil que tem desse um milhão, porque para cada projeto é trinta mil, se você tiver um projeto e aí você coloca no projeto. Eu quero aqui, não somente que fique nas palavras, mas como uma pessoa que já fez bastante projeto e eu tenho um pouco de noção de projeto e no nosso grupo tem um projetista profissional, propor para você Clotilde, juntamente, porque Shelly a Clotilde ela é mais antiga, assim em temos de documentação. Não, mas só alguma coisa eu já consegui pela UPAs, depois nós vamos conversar sobre isso né Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Inclusive eu fui o relator da situação, faltou documentação, foi por isso que não foi. Eu era o relator e o Deputado Jean que apresentou a proposição, e esta Casa reiterou, existe falta de certificação, porque para Declaração de Utilidade Pública tem uma série de documentações para serem juntadas, se não for juntada, se o Estatuto não tiver, ou seja, em condições não vai, não passa. Então, a gente tem que... O projeto está aqui, foi arquivado, pode pedir o desarquivamento o ano que vem, entra com as documentações, entrega, isso rapidamente aprova isso aí.

O SR. EZEQUIEL SILVA - Eu me comprometo dona Clotilde, a gente propõe depois de conversar, inclusive há muito tempo eu queria, mas a gente vai, eu me comprometo com a senhora, depois a gente conversa a respeito disso daí. Então continuando aqui essa seria uma proposta eu pude notar aqui para que pudéssemos sair um pouco desse vermelho aqui, por que o Estado, o município ele tem recurso orçado para a saúde, para assistência social, mas para poder obter esses recursos tem que ter essa situação que nós vamos ver agora, que é o credenciamento na SISPAR e no Conselho de Assistência Social, onde eu tive uma reunião essa semana ainda com eles. Então essa é a minha obrigação diante dessa Audiência Pública e nós trazemos deputado, continuar pedindo. E quero aqui parabenizar em nome da UPAS, porque consideramos o senhor como padrinho da UPAS que todas as Audiências que o senhor fez para as Associações, elas tiveram resultado, algumas estão datadas para ter o resultado, ano que vem nós vamos trazer uma nova Audiência Pública da UPAS, se cumpriram com aquilo que foi falado aqui nós vamos estar agradecendo, se não nós vamos pedir para o senhor de novo esta cobrando. E aí nós vamos já juntamente com essa discussão aqui, voltando porque hoje a discussão aqui é a respeito dos animais. É essa que seria no caso a minha proposta de fazer esse comprometimento com vocês também e noutros que não puderam vir de poder estar junto, unir e fazer a diferença, porque eu tenho certeza que as Associações de bairros é o lugar ideal para começar a trabalhar em parceria com o Poder Público, com as ONGs e com as Associações. Só através da União nós podemos mostrar a diferença, porque se nós vivermos divididos não há como fazer a diferença. Eu gostaria que ficasse registrado deputado, uma proposta que seria também muito assim no meu entendimento, precisa nesse momento as autoridades, nossos amigos que estão presentes, propor que as políticas públicas discutidas nas Conferências tenham temas voltados aos animais. Ontem teve, por exemplo, a conferência dos Idosos, hoje a Conferência da Consciência Negra, teve a Conferência dos Jovens, teve a Conferência das Mulheres, então tem Conferência de todas as formas que discute as políticas públicas. Nós

gostaríamos de pedir para essa Casa que quando fosse discutir na plenária o nosso deputado pudesse representar através dessa Audiência Pública, qual seria o meio de inserir temas que pode ser que tenha, mas só que às vezes não tem toda aquela publicidade para ser cometida, só vai se as associações estiverem presentes. Por que as associações como organização não governamental elas podem participar de qualquer Conferência, para nós levarmos nas políticas públicas nas Conferências Municipais, Estadual a respeito dos animais. Os temas, aí nós levamos os movimentos, leva as propostas para a Conferência da Mulher, do Idoso porque para mexer com animais, nós temos que mexer com os seres humanos. Então nós temos que participar efetivamente das políticas públicas. Então é essa proposta deputado que eu peço que o senhor.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Ezequiel assim tu falas muito em proposta fica um pouco confuso, qual é a proposta, pontua para mim? A proposta é essa, porque ficou tu falando proposta, proposta faz uma pontuação bem clara, até porque a doutora falou criação do código, as UPAS através do Ezequiel propõe o que? Aí eu vou perguntar depois para a SEMUSA, tem duas falas ainda para finalizar. Então qual é a proposta hoje da UPAS para ficar bem claro, até para a gente consignar no termo de compromisso e ficar consagrado. O que você está propondo de forma direta. Qual é a proposta?

O SR. EZEQUIEL SILVA – Vou repetir aqui deputado, proponha que as políticas públicas discutidas nas conferências tenham temas voltados aos animais, certo? E a minha outra proposta foi direta para as Associações, que é ali dona Clotilde e depois a gente. No mais eu quero agradecer a todos pela oportunidade e que Deus continue abençoando. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado Ezequiel. A proposta do Ezequiel e a questão das conferências terem também um dispositivo no caso, um tema maus tratos dos animais, não é isso? E eu entendi como proposta também que você como Presidente das UPAS irá abrir o diálogo dentro com os Presidentes das associações de bairros e aí eu ouvi a fala do Cristian falando sobre a questão de conscientização levar essa cultura também, abrir esse diálogo junto com a, enfim, para dentro da sociedade, no caso das comunidades a qual existe presidente, pode ser também uma discussão.

Então vou passar a palavra agora para Maquézia Furtado, voluntária e para finalizar a Ana Valesca, protetora de animais.

A SRA. MAQUÉZIA FURTADO – Obrigada. Bom dia. Bom dia, Deputado. Meu nome é Maquézia e eu sou voluntária da equipe 'Protetores Voluntários'. Então, eu gostaria aqui de dar algumas respostas, porque o Deputado falou da questão de outras cidades e tal. E quando nós fizemos a primeira reunião na qual resultou nesta Audiência, nós já havíamos falado que algumas cidades no Brasil são exemplos. E eu fiquei me perguntando, por que Porto Velho também não poderia ser um exemplo? E eu andei pesquisando e algumas cidades, como por exemplo, Florianópolis, Deputado, tem um SAMUR para retirar animais de rua, animais que foram atropelados. E lá em Florianópolis, por exemplo, o SAMUVET, como é chamado,

é custeada a base de doações. Porém, dos cofres públicos saiu R\$ 853,00 apenas. E o carro que é utilizado para fazer esses resgates foi retirado de um ferro velho, de um local lá e a Prefeitura custeou esse carro, arrumou, colocou os equipamentos e o carro anda 24 horas por dia, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil, elas são chamadas para fazer esses resgates, dos animais atropelados, entendeu? Por quê? Porque a maioria desses animais atropelados são animais de rua, são animais que não têm dono. Então a responsabilidade, nesses casos, é de quem?

Outra coisa que eu andei pesquisando, é que outras cidades também já fazem o trabalho de castração, que é o trabalho que os Protetores Voluntários fazem. Em São Luiz do Maranhão, existe um Projeto chamado Felinos urbanos, na qual eles castram os gatos. E tudo com apoio dos voluntários. O que nós queremos aqui, não é que o governo ou a Prefeitura faça tudo, até porque o trabalho que nós fazemos, nós fazemos sim com gosto. É difícil? É, mas nós fazemos apenas por amor. Quando eu vejo um animal no qual eu retirei da rua, que eu fiz um tratamento e ele está apto a ser doado, eu fico muito satisfeita. Então, Deputado, outras cidades, como Araquari, em São Paulo, foi sancionada uma lei na qual eles reduzem o IPTU das pessoas que adotam os animais abandonados, adotam esses animais em feiras de adoções, entendeu? Em São Carlos, São Paulo também, a Prefeitura fez uma parceria com clínicas privadas, na qual o Secretário de Agricultura Municipal retirou uma verba, parte da verba para disponibilizar kits cirúrgicos, que custa R\$ 35,00 o kit, para médicos veterinários fazerem essas castrações para a população a baixo custo. Não é apenas para animais de rua, é para pessoas mesmo. Então assim, existem muitos outros projetos e desde 2002, lá em São Carlos, já foram realizadas 3.500 castrações. Lá em Uberlândia, a gente falou aqui, acho que foi a Promotora, falou sobre a questão do hospital veterinário. Em Uberlândia, o hospital veterinário da Universidade Federal de Uberlândia, disponibiliza o atendimento a um baixo custo. Então assim, nós entendemos que é tudo força, é questão de força de vontade, de querer fazer e é por isso que nós estamos aqui.

E também, o que a gente gostaria, não só na questão das castrações, de continuar o nosso trabalho, mas de alguma forma de obter o apoio para nós irmos a escolas. Porque nós temos essa vontade de continuar com o trabalho e de ir às escolas, focar realmente nesse ponto, como o colega falou do Centro de Zoonoses, falou sobre a questão da educação. Por quê? Porque não adianta eu fazer esse trabalho, só eu e a minha equipe, e continuar as pessoas a maltratar animais, a não entender, porque todos os dias eu recebo ligações de pessoas dizendo 'ah, você recolhe animais'? Não, eu não recolho animais. 'Ah, mas é porque meu animal está com a pata desse jeito, está com ferida, está com bicheira', e aí fala assim: 'mas você não é protetora? Você tem obrigação de recolher esses animais'. Então, isso é muito complicado. Então, hoje, inclusive, hoje à tarde nós iremos começar a fazer uma, é parte desse processo de educação. Nós iremos a Escola hoje Osvaldo Piana, levar, fazer uma palestra sobre questões de maus tratos e cuidados com os animais domésticos que as próprias pessoas têm em casa, não só questão de animais de ruas.

Então assim, o que nós queremos também é um apoio, como viabilizar esse apoio? Eu ainda não sei, eu sou leiga

nesse assunto, como é que eu posso chegar a uma escola e pedir para fazer uma palestra entendeu? Então, nesse sentido eu acho que isso aqui está sendo muito bom é um dia histórico e é o que nós queremos. Então, com relação ao que o Deputado Jesuíno perguntou, existem sim muitos Projetos em andamento no Brasil, inclusive, nós temos, no Brasil mesmo tem um Deputado de São Paulo, um Vereador, desculpa, chamado Roberto Tripoli e ele apresenta vários Projetos de Leis para ajudar os animais. Existe o Projeto de Lei que proíbe a utilização de cães usados para vigilância de empresas. Esse Projeto está correndo processo.

Existe outro Projeto de Lei que declara Utilidade Pública para fins de desapropriação o terreno situado entre umas ruas, duas ruas que existe em São Paulo que faz margem com, vizinhas de repressas, onde as pessoas colocam esses animais lá. Então assim, tudo isso é um Vereador, é uma pessoa que tem uma consciência e faz. Então, porque é que nós não podemos fazer aqui também? Os Deputados podem apresentar Projetos de Leis e eu acho que tem que ser feito isso. Então parte não só de nós protetores dos Médicos Veterinários, dos representantes do CCZ, mas também das autoridades. Então é isso que nós queremos.

Então, eu queria deixar essas respostas para o Deputado para dizer que existem sim cidades modelos no Brasil na qual apresentam projetos que realmente funcionam e o que nós queremos não é dinheiro da Prefeitura, do Governo, nós queremos apoio, um trabalho que nós já fazemos é isso.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Como bem disse a Maquécia Furtado, isso sim, ela apresentou uma série de projetos de outros Estados que poderá ser discutido, no caso, dessa formação dessa Comissão. Comissão que a gente fala desse Grupo de Trabalho que vai discutir o Código, que vai discutir essas Leis, que vai pontuar a Fundação. Foi entregue aqui pela Presidente a Shelly, que uma Coordenadoria, mas eu entendi você faz a leitura como é uma espécie de Projeto, podemos pontuar o que diz esse Projeto explicativo junto com todas as autoridades municipal, estadual, que aqui eu quero salutar a presença de vocês foi importante, é importante a questão do município nessas discussões, pessoas realmente que apresentaram, não discordaram a questão da castração, mas levantaram algo que realmente pode se perguntar: “é somente a castração que vai acabar com a questão dos animais? Não”. Então tem muitas questões que deve se discutir e aqui foi o início, a abertura dessa discussão, dessa Audiência Pública, é algo que será levado para o Estado de Rondônia, para as autoridades, para todas as pessoas que realmente tenham realmente interesse e são responsáveis para dar suporte às ações que possam garantir essa efetivação do direito dos animais.

Então, eu vou passar a palavra para, deixa eu falar que é a última a senhora Ana Valeska, Protetora dos Animais.

A SRA. ANA VALESKA – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui a Mesa em nome do Deputado Jesuíno; cumprimentar aqui também os protetores presentes e simpatizantes pela causa animal, em nome da Protetora Valéria fico muito feliz Deputado Jesuíno de retornar a esta Casa de Leis agora, participando desta Audiência Pública de iniciativa

de Vossa Excelência, parablenizo essa iniciativa de se preocupar com políticas públicas voltadas para os animais. E foi falado aqui sobre várias minutas de leis, projetos de leis, políticas públicas, adotadas em outros lugares do Brasil, eu, inclusive, ia pontuar, vou pontuar brevemente, eu tenho também alguns projetos de leis, inclusive, eu visitei o ano passado a Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal onde eu pude pegar por completo o Projeto de Lei sobre o Castra Móvel, inclusive, na ocasião que eu estive lá que é a Secretaria do Meio Ambiente junto com o Instituto do Meio Ambiente, eles lá também me apresentaram que existe também alguns lugares do Brasil, que tem essa Política de Castração onde também eles utilizam de containers, que inclusive o preço de um container é mais em conta até do que de um Castramóvel e eu peguei até o telefone da fábrica que vende esse container, também é uma proposta, eu acho que a ser estudada por esta Comissão. Eu ia até mencionar, propor já, a criação dessa Comissão, mas já foi falado aqui onde participa outros atores em prol dessa política como o Ministério Público, as ONGs, a Assembleia Legislativa, o veterinário, essa Comissão deve ser uma Comissão bem mista para a gente trabalhar esses projetos. Quero propor aqui Deputado, que seja, eu tenho essa minuta de lei, essa proposta, que seja instituído o Dia do Protetor dos Animais, do Protetor e do Voluntário, que isso já existe em outros lugares do Brasil. Instituir também a Semana do Bem-Estar Animal, trago como proposta aqui. E que nessa mesma lei também, seja, futura, instituir também lei, a proposta, como a Dra. Aidee falou, de colocar nas grades curriculares a questão da educação ambiental para a gente fazer trabalhos através de cartilha, sobre educação para as nossas crianças em prol e proteção dos animais. E existem também modelos de várias cartilhas nesse sentido. Eu acho que pode ser instituído através de lei, fazer uma parceria com a SEMED e a SEDUC, porque, como foi dito aqui pela Dra. Aidee, nós precisamos trabalhar a educação ambiental. Se a nossa população não cuida nem dos lixos, o que dirá dos animais. Todos os dias acontecem abandono de animais. E é o descarte, é na porta da Associação, é na porta lá do canil, então a gente precisa trabalhar a educação ambiental também, além de instituir vários projetos de lei sobre o castra-móvel, sobre também o SAMUR, como alguns lugares do Brasil adotam. Agora, tem outra questão que eu acho interessante, Deputado. É uma proposta que eu trago aqui, um desafio. Instituir a possibilidade de criar-se a Delegacia Especializada de Crime Contra os Animais. Se eu não me engano, no Estado do Rio de Janeiro e São Paulo já existe, e aí sim poderemos inclusive ter suportes para acompanhar esses casos de maus tratos e ter suporte também da Polícia. Então, trago como proposta aqui para ser estudada por esta Casa de Leis. E, no geral, foi pontuada aqui pela Dra. Aidee, várias coisas já dentro desse código que poderá ser criado e agradeço aqui este espaço, esta oportunidade e parablenizo a todos. E esperamos que os órgãos públicos se preocupem com as políticas públicas em prol dos animais, que é uma questão de saúde, embora em alguns lugares do Brasil sejam Secretarias do Meio Ambiente que abraçam. Se forem definir leis, competências e atribuições, Secretaria 'a' ou 'b', que sejam definidas. Se não é da Saúde ou se é do Meio Ambiente, mas que sejam definidas, que sejam revistas, porque inclusive existe uma Portaria do Ministério da Saúde que tem lá recursos disponíveis para investir nessa área

também de castração dos animais. Existe, eu não me lembro agora, eu não recorro o número da Portaria, é uma Portaria recente. Existe também uma Resolução do Conselho de Medicina Veterinária recente que fala dessa questão também, da exposição dos animais nas lojas, a forma como colocam lá a venda dos animais. Eu não lembro agora, não recorro o número da Resolução.

Então assim, agradeço este espaço e são essas propostas, somando-se as que já foram todas apresentadas aqui. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado, Ana. Bem direta, bem didática a fala da Ana. Alguém mais? Eu vou passar agora para a questão das considerações finais. Acrescentar alguns dispositivos, o assessor está fazendo o Termo de Compromisso e aí eu encabeço o Termo de Compromisso. A Dra. Aidee também vai assinar, eu vou pedir para ela assinar, que tudo que foi discutido aqui para colocarmos datas dessas, a formação dessa Comissão, e aí vou pedir para vocês. A Mesa que está composta aqui, as autoridades que estavam presentes para a gente já iniciar. Convidar também a SEDAM, o Idaron, os órgãos de Meio Ambiente, para a própria Polícia Ambiental, a SESDEC para participar dessa Comissão para a gente discutir uma coisa bem abrangente. Vou convidar também o Presidente, como eu disse aqui, da Comissão do Meio Ambiente desta Casa, Deputado Jean, para participar também. E podem ter certeza de uma coisa, vai caminhar sim. Todos os desafios que foram falados aqui nós temos que abraçar realmente e caminhar.

Vou passar a palavra para o Cristian, para ele fazer as considerações também.

O SR. RUDOLF CRISTIAN – Ok. Mais uns pontos importantes foram levantados aqui e é muito pertinente esta questão de estabelecer a quem pertence o filho feio. Em alguns outros lugares, a maioria dos outros lugares é da Secretaria do Meio Ambiente, porque realmente bem-estar, controle populacional de animais está dentro das atribuições da Secretaria de Meio Ambiente, não é? Nós temos, por exemplo, questões relacionadas ao social. Nós não temos nenhuma Secretaria ligada a esta parte do social? Temos. Por que não atribuir o que cabe, a quem cabe? Temos Secretarias da parte social, atribuir a eles. Ah, mobilidade urbana, porque animais soltos em vias públicas atrapalham e podem causar acidentes nessa questão. Então atribuir a quem cabe à mobilidade urbana. Ah, limpeza urbana, animais mortos em vias públicas, porque não atribuir a eles também essa parte? Então, cada questão já existe órgãos abertos e responsáveis por isso. Por que não exigirmos que eles realmente assumam as suas responsabilidades e atribuir isso dentro de uma lei, dentro de algo que realmente feche essa questão, e que não fique tanto aberto. O Departamento de Controle Zoonose, como a Doutora Aidee, como outros falaram aqui, realmente ele é bombardeado por todas as questões. Falou uma coisa em animais, o Departamento de Controle Zoonose, sendo que não está dentro do nosso escopo trabalhar com determinadas circunstâncias. E aí somos responsabilizados, somos condenados e como também já foi dito, se caso destinarmos algum recurso para determinada ação podemos até responder por isso. Então,

ótimo, então é ótimo que tudo isso foi levantado aqui. Então vamos realmente montar essa Comissão, a gente se coloca à disposição para nós determinarmos, conseguirmos fechar essa questão e atribuir a quem de direito, de dever cabe o que couber.

Eu agradeço, agradeço nos terem chamado, nos terem convidado para participar e espero ter também contribuído um pouquinho para explicar qual é a real atribuição, de momento, que cabe ao Departamento de Controle Zoonose. Não estamos negando, de repente, se caso algo mais nos for atribuído, de fazer, desde que tenhamos todos os recursos necessários para isso, estrutura, mão de obra, apoio técnico, equipamentos. Podendo fazer, a gente faz, a questão e que nós temos as nossas mãos e nossos pés limitados por algumas questões. Eu agradeço, obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou passar a palavra para o Alexandre, agora fazer suas considerações.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO – Gostaria de falar sobre a questão da educação e saúde primeiramente. Existe uma divisão dentro da Secretaria Municipal de Saúde que se chama NIEMSUS, que é Núcleo Interinstitucional de Educação e Saúde, e que pode ser procurado para se traçar parcerias no intuito de se promover educação e saúde e também na questão da posse responsável de animais, que traduz indiretamente à saúde pública, eles podem ser procurados dentro da Secretaria. Se eu não me engano, a responsável pelo setor é uma médica veterinária também, a senhora Maria do Socorro. Maria do Socorro, não, é a senhora Maria do Carmo, conhecida como Carminha, médica veterinária responsável por essa área. Então pode ser procurada para verificar se há possibilidade de traçar uma parceria nesse sentido da educação, da população frente à posse responsável de animais.

Outro fator que talvez não tenhamos falado é sobre a questão do Departamento de Controle Zoonose abrir espaço para tratamento de animais e também recolhimento de animais que não são de interesse da saúde pública. Existe uma Portaria, Portaria nº 1.138 do Ministério da Saúde, que diz especificamente qual é o papel dos Departamentos de Controle Zoonoses, e que tange a seguinte sugestão: que não existam mais Departamentos de Controle de Zoonoses, e sim de Unidades de Vigilância em Zoonose, está especificamente nesta Portaria. O que é uma Unidade de Vigilância em Zoonose? Ela diz respeito tão somente a identificar as enfermidades que são transmitidas por animais, que tem um caráter de relevância para a saúde pública. Ou seja, alto caráter de transmissibilidade. Hoje a orientação do Ministério é que o Departamento não venha a intervir em zoonose de caráter particular, onde só o proprietário do animal adquire a doença, e sim que tenha grande abrangência dentro da saúde pública, especificamente, pouquíssima zoonose, como a raiva, uma leishmaniose, uma leptospirose e outros, poucas. Então, o Departamento fica vedado a receber animais e tratar desses animais. A partir do momento que o Departamento de Controle Zoonose recebe um animal, ele tem a responsabilidade de tratar da saúde desse animal pela Lei da Posse Responsável, tem a responsabilidade de receber, tratar, castrar, vacinar e doar. E como eu disse, não existe verba pública do Governo Federal voltada para essa destinação e nem legislação dentro do orçamento público

municipal, também voltado para isso. Teria que ser criado para que possa valer. Não há nenhum empecilho que não possa ser criado, mas tem que ser aprovado. Mas lembro, uma vez criada uma Lei que coloca um determinado gasto para a Prefeitura, provavelmente vai ser feito um elemento de arrecadação também, e tem que ser verificado que impacto isso geraria para a população. Mas, tudo é viável de se trabalhar, de se examinar. Muito Grato.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passo a palavra para Gisele, suas considerações.

A SRA. GISELE HORN – Gostaria apenas de agradecer a atenção do Deputado por todos nós estarmos aqui hoje, se não fosse por ele ter nos oportunizado, não estaríamos aqui discutindo esse assunto tão importante, tão relevante que precisamos mudar em nossa cidade, nosso Estado e em nosso País. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Senhora Clotilde, suas considerações.

A SRA. CLOTILDE BRITO – Primeiramente eu quero agradecer a Deus, por ele permitir que nós estivéssemos aqui reunidos por uma causa, que eu sinto assim que é uma missão que Deus me ordenou, foi cuidar dos animais, proteger e até pedir socorro como a gente já tem os nomes das meninas, socorristas. Então, eu gostaria Deputado de agradecer a presença de todos e que realmente a gente continue essas discussões, e que não fique só nas discussões, mas que a gente consiga ajudar melhor os animais e principalmente diminuir essa população, essa educação que foi tão discutida aqui da população de abandonar seus animais. E acho que foi o Alexandre, o outro veterinário, eu esqueci o nome, ele disse que enquanto tiver abrigo, vai ter gente querendo deixar animais, então, é muito importante também que a gente crie também uma lei para que essas pessoas assumam essa responsabilidade, castrar seus animais, que nós não temos hotéis para animais, eu já falei isso antes e volto a repetir, não têm abrigo que aguarde, não tem Zoonose que suporte, socorrista. Agora, tem uma coisa que não dá para a gente escapar, socorrer os animais na rua precisando, isso aí nós temos realmente socorrer, porque é injusto você passa pelos animais caídos na rua e você passar e fingir que ele não existe, ele sente dor, sente fome, sente sede. Então, se a gente trabalhar todos nós trabalhar por essa educação da população, que não é fácil, não é uma tarefa fácil, a gente pode conseguir mudar e amenizar essas coisas na rua, cachorro parindo no meio da rua, doente, sabe, com se eles não fossem nada, como se eles não fossem seres vivos. Então, o desrespeito é muito grande, o ser humano, não é todos, mas costumam não respeitar os animais. E uma coisa, Deputado, que a Dra. Aídee falou aqui, é importante o senhor como Deputado, não sei como fazer isso, essa crueldade, de maneira violenta como estão abatendo os animais, também não precisa ser cruel. Então, se a gente não verificar essas coisas, continuam eles já são de consumo, mas também não precisa judiar e maltratar o animal. Eu quero agradecer a todos que estão aqui e vamos se unir para que a gente muda à situação, porque essa missão é nossa e foi Deus que nós ordenou. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Agora Shelly Nóbrega.

A SRA. SHELLY NÓBREGA – Eu gostaria de deixar claro só alguns pontos em relação ao que foi dito pelo seu Christian e pelo Dr. Alexandre, principalmente pelos dois, a gente não está aqui querendo atacar ninguém, nem querer transferir responsabilidade a quem não é de direito. Eu, sempre falei em relação ao Centro de Zoonose e as meninas estão aqui, que não me deixam mentir, quais eram as reais atribuições do Centro de Zoonose. A minha pergunta em relação ao Centro de Zoonose foi à imunização dos animais de rua em relação à raiva. Eu conheço pessoalmente o Dr. Alexandre é o veterinário da minha cadela, enfim, eu tenho uma admiração ímpar por ele, sei do amor que ele tem pelos animais também, e também concordo de que a população é responsável por uma grande parte do abandono, só que tem que se levar em consideração que a grande maioria dos animais abandonados quiçá todos, são abandonados por pessoas que não tem condições financeiras de se manter, que dirá manter um animal, então ela se vê obrigada a deixar o animal. A primeira providência que ela faz é procurar o Centro de Zoonose, procurar um protetor, é entrar em contato com as associações, porque ela não quer simplesmente se desfazer do animal e nem jogá-lo na rua. E eu acho que foi tudo muito válido, eu apresentei aqui, falei sobre a criação da Coordenadoria, também acho válido tudo o que a Dra. Aídee pontuou no sentido de que a população ela precisa adquirir mais conhecimento né? Todas as coisas acontecem a partir do momento em que você não conhece e elas passam a agir diferente quando você toma para si o conhecimento aí você é dono da verdade do que você conhece. E gostaria que tudo isso que foi falado aqui fosse registrado e que todas as pessoas responsáveis nesse sentido para fazer a coisa andar se comprometessem. Enfim é isso, eu gostaria só de pontuar e esclarecer em relação ao que foi dito aqui. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A Indira agora.

A SRA. INDIRA JARA – Só para finalizar, agradecer aqui a presença da nossa equipe se fazendo em grande volume como sempre. Agradecer a oportunidade. Desculpa para o Dr. Alexandre e o Cristian porque às vezes a gente chega aqui e a nossa entonação aparenta está criticando, e até porque a gente conhece o trabalho do Alexandre que se dependesse do dinheiro do consultório ele passaria fome mesmo. Então assim, o que está faltando aqui em Porto velho não são pessoas para correrem atrás e se força de vontade. Em São Paulo, como a Maquézia, a gente fez um levantamento rápido para responder o deputado, a gente fez um levantamento bem rápido conseguir as cidades, e as estatísticas como ele queria e a Maquézia apresentou perfeitamente. Então assim o que está faltando aqui em Porto Velho são pessoas que busquem, que se interessem pela causa. Tantas cidades, Florianópolis a gente citou pelo menos cinco cidades, pelo menos quatro deputados, entendeu? A gente citou deputados de Cuiabá, São Paulo, Rio de Janeiro que buscam e procuram, acho que o que está faltando aqui mesmo são deputados que prezem pela causa. Enfim, muito obrigada pela oportunidade, que sempre a gente possa estar somando aí e que não fique apenas no papel, que a gente saia daqui com diretas. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Alguém mais quer fazer considerações finais? Não? Então eu vou fazer a minha até para finalizar, é meio dia e tem ainda um coquetel, que na verdade é um pré-almoço, fica no salão Nobre para todos os presentes. Mas dizer que isso não, assim como já houve diversas Audiências Públicas e eu sempre faço uma comparativa com todas, não vou fazer uma comparativa com as demais Legislativas que ocorreu nesta Casa. Então as Audiências Públicas propostas por mim e muitos deputados tiveram encaminhamentos, tiveram soluções, inclusive eu posso citar a questão do bairro Universitário, Tiradentes, Figura A, e aí nós podemos encampar outras, a questão da Escola Bilíngue também que trata sobre a questão dos surdos, já apresentei o projeto de lei, já foi aprovado esse projeto de lei, está para sanção do governo do Estado de Rondônia, se ele vai sancionar ou vai vetar. E se ele vetar nós iremos se Deus quiser derrubar o veto, que trata sobre a questão da Escola Bilíngue. Então o caso de vocês não será diferente, eu como sempre digo na minha fala eu quando pego uma causa eu vou até o final, e o final Deus queira que seja o positivo, porque eu sou um dos 24 e não cabe a Assembleia Legislativa muitas atribuições, assim como bem falou a questão dos veterinários responsáveis pelo controle de zoonoses no âmbito municipal. Cada um no seu quadrado, nós vivemos num estado democrático de direito sim, então tem que se respeitar a democracia, tem respeitar as leis que regem e também atribuir aqueles que são os responsáveis, quem é o chefe realmente dos cofres é o Executivo tanto municipal como estadual. Se ele realmente através dessas reuniões que hoje teve aqui, Audiência Pública que não vai ficar só nessa Audiência Pública. Iremos traçar e encaminhar a questão de seminários ou outras reuniões para que possamos ao final fazer um código, seja uma lei, com tudo, criando fundo, apontando atribuições, vai ser uma coisa bem pensada. Não adianta também fazer uma coisa na pressa e não trazer realmente respostas e condições aquilo que vocês estão pleiteando, que ficou muito na questão de castramóvel para mim não é só castramóvel não, tem muita coisa que tem que ser discutida. O que ficou claro aqui; saúde, questão do castramóvel falou, falou que a questão de conscientização das pessoas. Então algo que deva ser realmente levantado, e esta Casa vai sim, através desse mandato e deste deputado que vos fala começar a dá uma nova ideia para as pessoas e conscientizar realmente as pessoas quanto ao abandono e os maus tratos a esses animais. E com certeza muitos irão entender, irão realmente abraçar esta causa.

Eu vou fazer o termo à leitura do Termo de Compromisso que ficou consignado e a vocês, nós podemos marcar uma reunião já, junto com a Dra. Aídee e junto com todas as pessoas, eu peço já que vocês estão representando a SEDAM, eu falo, peça para o Coronel Vilson, não é? Que vocês possam participar também, para trazer ideia, que você é veterinário, todos aqui presentes para a gente discutir esse código, essa lei, tudo. Até a questão do município que falou aqui, a questão do IPTU, não é? Mas renúncia de receita não cabe a esta Assembleia, gente. Renúncia de receita nem tanto a Assembleia Legislativa, aí cabe ao Poder Executivo Municipal, ele elaborar um projeto de lei e incentivar essas pessoas. Então tem tudo, isso aqui vai movimentar. Garanto para vocês, vai fazer um movimento, vai começar a conscientizar as autoridades que às vezes, por ter muitas demandas, vocês podem ter certeza disso, são muitas demandas que nós temos

nesta Casa e vocês estão trazendo para dentro hoje essa discussão, que são os maus tratos são os animais hoje, que são domésticos, não é? Tem o silvestre também. E aqueles animais que estão lá na BR que são mortos, não têm nenhum tipo de auxílio. Então tem muita coisa que tem que ser debatida aqui. Então, vai iniciar e podem acreditar que não ficará só em conversa. Até porque como eu sempre digo, eu não vou, numa manhã de sexta-feira ou qualquer dia ficar jogando conversa fora. Isso aqui não existe comigo não, gente. E nem, isso é uma falta de respeito com todos os projetos, a minha assessoria vai a campo, eu busco acompanhar para ver o que está acontecendo. Tem que trazer resposta para aqueles que tiveram, que são as pessoas interessadas, que são vocês. E a própria sociedade começar a analisar de uma forma, porque às vezes impacta, eu vou castrar o animal, eu vou maltratar o animal. Isso aí, quando você começa a explicar os motivos, como bem disse a Gisele aqui, ela explicou a questão técnica também, os veterinários, as demais pessoas, que isso é necessário nesse exato momento. Nesse exato momento é o motivo para castrar, porque ainda não tem uma política séria, voltada para essa situação, isso é fato. Eu vou até fazer o levantamento, pedir para a assessoria se existem leis, alguma coisa que... Eu não estou falando lei federal não, estou falando estadual, algum Fundo foi criado, nada foi criado, não tem... Se alguém puder me responder se tem alguma Fundação ou alguma instituição dentro do Estado ou do município que possa abarcar, que possa realmente garantir o direito dos animais, que me prove. Não tem. Senão vocês não estariam aqui, voluntárias, associações, e a falta de política pública realmente. Mas não é só com os animais não, é com tudo, gente, isso é fato. Hoje falta moradia, falta segurança, falta saúde, falta tudo. É muito imposto que se cobra e não existe uma distribuição correta como deveria ser aplicado. E quando aplica, aplica de forma errada. Compra algo que fica parado e não tem pessoa capacitada para movimentar. Então é isso. Falta, chegará o dia, como eu sempre digo que isso vai mudar. Eu acredito, e é por isso que eu estou aqui. É por isso que eu estou aqui. Eu não vim, eu não nasci na política não. Eu sou um ex-servidor público militar, que lutou por direitos daqueles que são os policiais e bombeiros militares do Estado de Rondônia, através de uma Associação, e aqui eu fica o exemplo para vocês, uma Associação, e através dessa Associação, direitos de policiais e bombeiros militares foram respeitados e hoje estão sendo até reconhecidos e valorizados. Mas para isso eu tive que perder a minha farda. Tive que puxar uma cadeia, responder processo e hoje estou anistiado. Então eu volto até para vocês conhecerem um pouco da história desse Deputado, que no início era 'quem é esse Deputado?'. Não conhece quem é o Jesuíno. Agora, quem vive realmente no meio militar sabe, conhece o nome, 'ah, aquele louco que foi preso na época da greve da PM'. E não é loucura não, gente. É porque os militares, infelizmente não têm essa liberdade ainda, que o servidor civil ou o próprio cidadão tem, até de manifestar o pensamento dele, ele está passivo de ser preso e expulso. Imagina que aberração é essa. Nós estamos discutindo animais. Vocês estão discutindo direito de animais. Imagina hoje o servidor não poder falar que eu estou falando aqui. Se ele usar a palavra dele aqui, o Comandante já pode até prendê-lo. Imagina que aberração é essa! Já pensou? E é por isso que hoje eu represento essa categoria dentro desta Casa. E não só a categoria, não só a categoria, já ficou claro, o Deputado Jesuíno

é só para Polícia e para o Bombeiro? Não, todos os temas, animais, a questão fundiária, tudo. É porque é o dever do deputado, que eu represento o povo do Estado de Rondônia e o voto que me foi dado, foi para isso, representar o povo que hoje está cansado da política. É muito realmente, sabe, denúncia de corrupção. E não é isso que nós esperamos e eu espero fazer um mandato de 04 anos e quando estiver nesses 04 anos aqui nesta Casa, fazer o diferente, mostrar realmente que têm pessoas compromissadas com o povo, que pensam diferente.

Eu quero agradecer novamente. Eu vou finalizar esta Audiência Pública fazendo só o resumo da ata, Termo de Acordo, não é? Na verdade, fiquem tranquilos que o Termo de Acordo é só, até para não causar qualquer problema. Termo de Compromisso, na verdade. "Às quinze horas e cinco minutos." Vamos fazer, vou logo passar para o. "Ficou proposto e firmado o compromisso de ser elaborado um dispositivo" Aí eu falo: o código, o projeto de lei, tratando de proteção dos animais silvestres ou domésticos, disciplinando regras a ser o tratamento, alimentação, saúde, abrigo, o abate, reprodução e castração do animal e higiene dos animais.

Elaborar por todos os dispositivos legais o dia do bem estar ao animal e o Dia do Protetor Voluntário Animal; a criação da Delegacia de Proteção aos Animais e a proposta de criação Políticas Públicas a serem discutidas em conferências sobre o bem estar dos animais. O Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, propõe também a Criação de uma Comissão composta pelos integrantes desta Mesa com a participação dos membros do Poder Executivo Estadual, Municipal, Ministério Público, Associações voltadas ao bem estar dos animais e as ONGs para discutir sobre o tema, aí o tema que eu falo que foi discutido hoje, não vou falar bem estar, tudo, o tema.

Segue assinado pelos integrantes da Mesa, convidados e participantes da Audiência, então, todos assinam, e através dessa reunião, essa pré-reunião nós iremos agendar data. Eu quero também deixar com a Dona Clotilde, eu estou com o Projeto da senhora a que eu já conversei o meu compromisso, vou falar com o Deputado Jean também, a senhora em ajustando que faltou algumas certidões eu já me proponho, já declarar a apresentar a declaração de Utilidade Pública da Associação Amigos de Patas.

Era isso que eu tinha para falar, eu vou encerrar a Audiência Pública, receber também da Shelly a questão desse documento eu vou pedir para juntar na Audiência Pública essa documentação para ser debatido e dizer para vocês também tudo o que foi falado, eu esqueci o nome, a Maquézia, se você tiver como imprimir e apresentar também para juntar nessa propositura aqui da Audiência Pública essas Leis. Espero que vocês, para a gente ir nessa discussão que vai ter nessa reunião já com tudo para debater no final sobre essa Legislação.

Então, invocando a proteção de Deus declaro encerrada, no caso, a Audiência Pública, que teve como tema: "A discussão dos Maus Tratos dos Animais". Quero convidar a todos para um coffee break que será disponibilizado no Salão Nobre desta Casa. Muito obrigado a todos e tenham uma boa tarde.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12h22 min).

**ATA DA 59ª AUDIÊNCIA
PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE QUESTÕES
REFERENTES AO BAIRRO NOVO.**

Em 23 de novembro de 2015

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 09 horas e 43 minutos é aberta a audiência)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir e analisar sobre a demanda de equipamentos públicos e privados aos moradores do empreendimento Bairro Novo. Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Exmº Sr. Deputado Jesuíno Boabaid proponente desta Audiência Pública; convidamos também o Sr. Fabrício Bensiman, Secretário-Adjunto da SEMUR; convidamos o Sr. Rodrigo Vieira, representante dos Correios; convidamos também o Sr. Xeno Fontes, Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Novo Porto Velho - AABN; convidamos e agradecemos a presença dos socioeducadores, dos senhores moradores do Bairro Novo, e do Sr. Alexandre Martins, Síndico do Condomínio Margarida, do Bairro Novo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Eu vou abrir a Audiência Pública quebrando o protocolo que é a questão do hino pela questão do horário, 09h44min. foi dado tempo razoável para todas as pessoas convidadas do município e do Estado se manifestarem, estou com todos documentos aqui referente as notificações e eu vou, nós iremos dar encaminhamento com as pessoas que se encontram presentes, lavrar aqui uma ata e posteriormente se for necessário já demandar ações que forem em cabimento tanto pela associação e até pela própria Casa, ações políticas e judiciais. Aqui representa o município, mas no que tange a questão de terra no caso, a regularização fundiária, o Fabrício. Eu vou pedir se você quiserem adentrar, podem adentrar, o espaço está aberto para vocês. Em primeiro lugar eu quero cumprimentar a todos, dar um bom dia, vou abrir a audiência. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública tendo como objetivo discutir e analisar sobre a demanda de equipamentos públicos e privados aos moradores do empreendimento Bairro Novo. Tem um vídeo, eu vou pedir agora que passe esse vídeo.

(Exibição do vídeo)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem um representante do Bairro Novo aqui? É o André, não é? Se ele quiser fazer parte aqui da Mesa até para explicar tudo o que está sendo falado aqui, ter a sua posição do Bairro Novo, por qual motivo que ainda não foram implantados esses equipamentos públicos, então é o momento para a gente se manifestar como vai se implantar, qual é a participação do Bairro Novo e se isso só depende só agora do poder público. Eu vou passar a palavra agora para o Presidente do bairro da Associação, é o Xeno Fontes, Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Novo, fazer uso da palavra.

O SR. XENO FONTES – Bom dia. Gostaria de agradecer a oportunidade que nosso Deputado aí vem apoiando a gente, e abriu esse espaço para a gente estar colocando as nossas demandas lá do bairro, na pessoa da qual eu cumprimento todos os representantes aqui. Sei que ele fez o encaminhamento aí convidando os outros membros, mas, eu não sei qual motivo eles não compareceram, no caso aí o Estado, o DNIT, que são algumas demandas que nós temos aqui e eles não vieram. Está a Prefeitura e os Correios aí. Então agradecer a oportunidade e o Deputado que através de alguns moradores que tem lá, que apóiam lá que é o senhor Luiz ali também. Agradecer a ele que fez essa ponte aí com o Deputado para poder a gentes estar com esse espaço aqui hoje. Então eu quero agradecer ao senhor Luiz e dizer que as nossas demandas hoje lá, no Bairro, são todas; que hoje nós não temos nada lá. No caso das demandas públicas, nós não temos Escola, não temos no caso segurança, não tem lá Posto de Saúde. Então a gente vem através desta Audiência reclamar todos esses itens. A gente já fez alguns contatos com a Prefeitura e a gente tem algumas conversas em andamento, mas, a gente vai começar aqui com a questão do Bairro Novo, o empreendimento.

Quando começa a vender as unidades ali para os moradores, nesses vídeos que foram passados aí, os vídeos que o Douglas fez lá no Bairro, ele coloca ali o sonho, acho que é o sonho de todas as pessoas de baixa renda, como as de renda mais alta, é o sonho de ter uma casa própria. Lógico que é o sonho de todos, todo mundo quer ter a sua casa e morar em um lugar tranquilo. Então no início ali quando se começa a fazer exposição para chamar o povo para comprar as unidades ele coloca ali que vai ser um empreendimento que vai ter toda uma estrutura, planejada, no caso centro comercial completo, e tudo com alguns atrativos para que a gente vá e compre as nossas unidades porque no futuro próximo nós vamos ter os itens lá nos atendendo. O que acontece é que já tem 04 anos, no meu caso, que já moro ali no Bairro há quase 05 e até hoje a gente não tem essa área planejada, no caso do comercial, a gente não tem ainda escolas, que está na propaganda eles, escolas, farmácia. Agora recentemente eles estão prestes a entregar um posto de gasolina. Dizem que vai contemplar farmácia e panificadora, que era um dos itens ali da promessa de propaganda. Então a gente espera que realmente tenha essa padaria e essa farmácia, mas, que ainda vai ficar faltando as Escolas que está na propaganda e o supermercado. Eles falam que tem essa área comercial completa, só que essa área comercial enquanto tiver com eles, se eles não comercializarem, para nós não vai ter sentido nenhum.

Então se eles têm essa área que eles façam a venda dessa área para poder entregar e os empresários que comprem aí, fazer os investimentos. No caso das escolas, o que é que a gente entende? E isso a gente já questionou até Deputado, no Ministério Público, tem uma Ação Civil Pública correndo por lá e o entendimento do Bairro Novo na época era de que algumas promessas no caso, tipo segurança e escola, eles alegam assim, que eles colocaram nas propagandas deles, mas, que eram os órgãos públicos que iam dar para nós. Então assim, a gente questionou na época lá com a Procuradora que como o empreendimento faz uma promessa de algo que o Estado vai dar? Não tem uma ligação, como no nosso pensamento lá, nós como síndico e como representante agora da Associação a gente entende que se eles oferecem escolas,

a gente entende que eles iam vender alguma área particular para que escolas particulares se instalassem lá, se futuramente os órgãos públicos iam ou não oferecer escolas isso é por conta do Estado e segurança também por conta do Estado. Como que eles vão fazer propaganda de uma coisa que o Estado vai oferecer? Então, essa é uma das nossas discussões que a gente tem lá. Tipo hoje tem um condomínio ali antes de chegar ao nosso ali, que ainda não tem nenhuma casa construída, mas, que eles tem segurança lá, lá tem câmeras, tem uns 5 ou 6 seguranças na portaria, essa semana eu estive lá em um evento de um amigo que fez uma festa de aniversário lá, então assim, eles falam que vai ter segurança e eles dão segurança que é segurança particular. Então a gente entende assim, se eles falam que vai ter segurança, eles tinham que dá a segurança, não esperar o Estado dá segurança para nós, não é?

Hoje já tivemos vários assaltos lá nos nossos condomínios, pulando o muro, alguns já foram rendidos lá, a nossa sorte é que tem muitos policiais lá que compraram residência e aqui e acolá eles mesmos atuam por ali, chamam os colegas e fazem essas apreensões como já fizeram várias apreensões de meliantes lá nas nossas áreas. Então o que a gente cobra, no caso, do empreendimento que eu estou falando do empreendimento aqui, é que ele dê uma resposta nessa questão da segurança e das escolas e o supermercado também, porque como que eles ofereceram isso aí esperando que os órgãos públicos nos oferecessem, que a gente sabe que é difícil. Nessa Audiência Pública a gente convidou, nessa Audiência Pública lá com o Ministério Público foram convidados, no caso, a SEMUR, foi convidada também a Polícia Militar e a Secretaria de Educação e na época foi em 2014, dezembro de 2014, eles alegaram que no caso da saúde que eles não tinham condições, não tinham recursos financeiros para fazer um Posto de Saúde lá no bairro. A Secretaria de Educação também falou que não tinha condições de colocar uma creche lá no bairro e a Polícia Militar também não tinha efetivo, isso tudo foi registrado na ata da reunião lá com o Ministério Público.

Então assim, o que o Bairro Novo prometeu esperando que os órgãos públicos fossem nos oferecer, nem os órgãos públicos tem condições de oferecer. Então, a gente vai ficar mais uma vez a mercê dessa situação, o Bairro Novo prometeu e o órgão público também não tem condições de nos oferecer, isso foi o ano passado em 2014.

No caso aqui, Deputado, a gente vai fazer alguns encaminhamentos, no caso dos convites que o senhor enviou no Ofício lá colocamos que a gente solicitava que estaria presente aqui, foi encaminhado um convite para a Câmara Municipal não é Deputado? E no caso da Câmara, a gente queria que colocasse em pauta lá e isso eu queria que também o senhor visse a possibilidade de a gente colocar em pauta aqui na Assembleia também, colocar a nossa Associação para se tornar uma Utilidade Pública Municipal, a gente já falou lá com o Presidente da Câmara, ele vai está avaliando, o Prefeito também vai está avaliando essa situação para a gente tornar Utilidade Pública na Prefeitura e aqui na Assembleia para a gente estar podendo receber auxílios tanto do Estado quanto do município.

No caso do DNIT, eu solicitei que o senhor convocasse o DNIT para está participando da nossa reunião aqui, a nossa solicitação com o DNIT, é o quê? A iluminação da BR. Hoje, quando nós nos locomovemos para as nossas unidades residenciais no período noturno, a gente segue na escuridão,

a gente segue na escuridão ali do Trevo do Roque até o Bairro Novo, alguns trechos são iluminados, mas, a maior parte é escuridão, e os postes estão lá, tem postes, tem luz, tem a lâmpada no caso, relé, tem toda estrutura, o que falta é só fazer a ligação. Eles alegam que o pessoal furtava os fios ali, inclusive, até uma época eles colocaram segurança para estarem cuidando desses fios, mas, a gente questionou o seguinte: se por baixo não está dando certo, o pessoal estão furtando, porque é que não colocam esses fios por cima? Os fios por baixo ali, têm essa fragilidade de estarem sendo furtados, mas que se coloque por cima e faça a ligação o que não dá é a gente ficar nessa escuridão até Bairro Novo, muitos moradores já foram seguidos por bandidos, no caso, já várias informações sobre esse tipo de situação de estar sendo seguido ali naquele trecho. Então está muito escuro para nós, do Trevo do Roque até o Bairro Novo.

E outra demanda que a gente tem também com o DNIT, que a gente vê essa possibilidade se estivesse aqui presente para responder, era a possibilidade de construir em frente ao Bairro Novo uma passarela, tendo em vista que todo dia de manhã tem centenas de crianças que aguardam o ônibus para irem para as escolas, no caso ali as Irmãs, mais perto, e eles atravessam aquela BR de um lado para o outro, correndo esse risco para as mães e para as crianças, para os seus filhos. Então essa era uma demanda do DNIT, que a gente tinha aqui para encaminhar para o DNIT.

No caso do Correio, que a gente convidou os Correios aqui, o nosso problema lá com o Correio é só o CEP. Nós não temos CEP. Já tem 04 anos que a gente vem pagando, todos os condomínios, eu creio que deve ter uma caixa postal lá no Correio hoje. Nós já estamos com 04 anos pagando essa caixa postal porque a gente não tem CEP. O Correio não nos atende lá no Bairro. Em conversa com a Prefeitura, essa semana, eles falaram que falta só a nomeação na rua, a nossa avenida lá ainda não tem nome. O Bairro Novo alega que já tem nome, mas eu fui à Câmara lá atrás desse projeto que nomeou a rua e eles não encontraram. Então o Prefeito solicitou que a gente apresentasse o nome da rua para que seja feito a aprovação do projeto.

No caso do governo do Estado, a gente convidou também, no ofício lá, que o senhor convidasse o Governo do Estado era para a possibilidade de ver a segurança pública, no caso, através da Polícia Militar, se houvesse alguma possibilidade deles colocarem um posto comunitário, nem que fosse durante o dia, que eu acho que a maior demanda nossa ali, a preocupação é durante o dia, que é o horário que a maioria dos moradores deixa suas casas para irem trabalhar e as casas ficam vazias. Então, se colocasse, pelo menos, durante o dia, Deputado, uma base comunitária da PM ali, já nos ajudaria muito. E também, através do Governo do Estado, a possibilidade de construir ali no Bairro Novo, uma escola de ensino médio. Essas eram as nossas demandas para o Governo do Estado. A Procuradoria, a gente mandou também, orientou convidar o MP, Ministério Público, eu não sei se foi enviado também convite só para eles acompanharem também, o Ministério Público e o PROCON. A gente abriu também para convidar o Ministério Público e o PROCON só para acompanhar também todas essas promessas que foram oferecidas e até o presente momento nada nos foi entregue ainda.

Deputado, a gente vem correndo, a gente assumiu agora a Associação, tem dois meses, mais menos dois meses que a gente assumiu a Associação do Bairro e a gente já está correndo

nos órgãos públicos. A gente, essa semana, antes de marcar esta Audiência Pública aqui, eu já tinha marcado uma reunião com a Prefeitura, lá com o Prefeito, e nessa reunião lá com o Prefeito foram feitos vários compromissos. O Prefeito fez o compromisso com a gente lá em vários assuntos. No caso, eu vou citar alguns que foram feitos lá, eu acho que o Fabrício, Secretário, estava lá, vai confirmar tudo o que eu for falando aqui. No caso da educação, o Prefeito nos informou, através da Secretária da SEMED, dona Chaguinha, que já está em andamento um projeto lá para a construção de uma creche já no Bairro Novo e que eles estão levantando ainda o Fundo junto ao FNDE. Então, ela falou para nós que já passou, para eu tratar direto com ela, com a Secretária, para estar acompanhando o projeto, quando vai ficar pronto o projeto e o tempo que vai demorar, para levantar esse recurso aí no FNDE, que eu gostaria de, neste caso, pedir esse apoio do Deputado para a gente estar cobrando essa posição lá da Secretaria, ver se a gente consegue esse Fundo aí para fazer essa creche lá, através da Prefeitura.

No caso da saúde, Deputado, do posto de saúde, eu até conversei com o representante do Bairro Novo que está aqui. A gente conversou com o Prefeito e o Prefeito se dispôs, lá tem o espaço que foi cedido para a Associação, que é o stand de vendas, onde o Bairro Novo fazia as vendas das suas unidades. É um espaço até razoável, não é um espaço que atende ainda um posto de saúde da demanda que a Prefeitura constrói, que a gente sabe que a Prefeitura constrói uns postos maiores, mas que o Prefeito se comprometeu com a gente, de falar com o Secretário da Saúde e ver a possibilidade de se instalar ali um stand de vendas, um posto de pequeno porte, já de imediato. A gente já até conversou com o representante do Bairro Novo que está presente, e ele aguarda Fabrício, no caso aí, um ofício da Secretaria de Saúde solicitando o stand de vendas, solicitando aquele espaço. Ele vai ficar aguardando esse ofício lá, a gente até encaminhar com o Secretário de Saúde para que faça esse ofício solicitando aquele espaço lá para ver a possibilidade de se instalar ali um posto de saúde.

No caso dos serviços básicos, hoje, depois que o Bairro Novo passou a Associação para os moradores, eles deixaram de fazer os serviços básicos, no caso, roçagem e limpeza da avenida principal. Então o mato tomou conta da avenida principal do bairro. Em contato lá com o Secretário do serviço básico, a SEMUSB, o Itamar, ele nos confirmou que até terça-feira, no caso amanhã, ele já estaria fazendo esse serviço de limpeza lá do Bairro, da Avenida Principal. Então, a gente guarda também, Fabrício, que no caso amanhã, ele já esteja nos atendendo lá com esse serviço de limpeza e podagem das árvores. Esporte e lazer, a gente cobrou da Prefeitura a possibilidade de se instalar ali no nosso bairro, a gente sabe que em todos os condomínios tem quadra de salão, no caso futebol de salão, mas, a gente cobrou deles a possibilidade de se construir ali no bairro um campo, um campo de gramado com iluminação, e o Prefeito ficou de analisar essa proposta com o Secretário de Esporte e Lazer, mas, que ia nos dar essa resposta se tinha possibilidade de construir esse campo, gramado ali ou não. A gente também cobrou, é um compromisso aí, eu acho que até foi anunciado essa semana no site a questão dos ambulantes lá do bairro que foi feita uma promessa há um dois meses, deles doarem um terreno para eles poderem sair daquela localização ali de onde eles estão, repassar o terreno para eles poderem se instalar nesse terreno, e parece que já, saiu no site, parece que já foi feito termo, não sei como está aí, o Douglas, pode

depois abrir a palavra para ele, para ele falar como está essa situação aí, mas, foi noticiado que já está quase concluído. Então, a gente cobrou também da Prefeitura informações sobre como é que estaria essa situação, se já foi doado, se não foi, e se ainda não foi, que esse processo seja acelerado até porque hoje, hoje às vezes a gente vai ali, eu sempre frequento lá o local, e às vezes a gente vai comer uma pizza lá, o próprio comerciante, ele não nos oferece para a gente comer no local porque não tem como ele lavar os pratos depois, não tem água, não tem para onde escoar essa água, então, ele estando num local mais apropriado, eles podem está aí, vai ter que disponibilizar lá esgoto para eles também, para fazer a limpeza, lavagem. Então, a gente queria ver como esta situação aí Fabrício, desse terreno, se vai ser, como está o pé dessa doação aí, cedência no caso que seja. No caso da iluminação, a gente cobrou a questão da iluminação lá, Deputado, e com a Prefeitura também tudo isso foi discutido lá com o Prefeito, e ele nos passou o contato direto lá com o diretor lá da EMDUR, e a gente vai levar os pontos que estão em dificuldade, que eu acho que são mais de cinquenta pontos, que estão no escuro lá, e ele vai fazer essa troca para nós lá. A gente também está com problema lá que o Fabrício está vendo para nós, que é a questão de uma casa vaga que o Bairro Novo está doando para associação que está numa área de APP, ele está vendo essa possibilidade lá da metragem se vai está fora ou não, para poder fazer esse repasse para a Associação. A gente também cobrou, Deputado, acho que esse aqui é o último item, deu um vendaval lá recentemente, a parada de ônibus lá voou, mas, o Secretário também da SEMTRAN, já está reformando a parada de ônibus e nos próximos dez dias, vai estar entregando a parada de ônibus para nós. Então, no mais Deputado, nossos encaminhamentos são esses, infelizmente, fico triste dos convidados dos órgãos não estarem presente aqui, para estarem podendo responder para a gente as nossas demandas. Eu queria agradecer a presença de todos os moradores que puderam se estar presentes tendo em vista que é uma segunda-feira, e muitos estão trabalhando, deixaram de estar nos seus trabalhos para estarem aqui nos representando. E convidar, Deputado, ali se for possível, se eles quiserem também se pronunciar o pessoal do Bairro Novo que está presente, se o senhor puder intermediar, se eles quiserem também dar as palavras deles referente essas demandas que são encaminhadas aí. No mais agradecer a oportunidade da gente está aqui nessa Assembleia, trazendo nossos questionamentos, e dizer que eu agradeço o apoio. Eu queria ver com senhor como, Deputado, que a Assembleia vai estar nos ajudando nessa demanda? Como vai ser a sua efetividade em nos ajudar nisso daí, tendo em vista que a gente já fez denúncias no PROCON e nada foi resolvido; a gente fez denúncia no Ministério Público, e nada foi resolvido. E quando o senhor me convidou aqui, eu falei: “Deputado, a gente já vem fazendo essas denúncias no PRONCON, no Ministério Público, e não são resolvidas”. E eu perguntei para o senhor: “Como que a Assembleia vai nos ajudar efetivamente para que esses problemas sejam resolvidos?”. Então, eu encerro as minhas palavras com esse questionamento, de que forma efetivamente essa resposta pode ser dada através da Assembleia Legislativa? Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Bem, em primeiro lugar você já teve praticamente suas demandas atendidas, houve a propositura da demanda da Audiência Pública, você

já sentou com o Prefeito, o Prefeito já te deu todo indicativo para fazer tudo praticamente, isso já foi falado aqui, o que eu ouvi foi isso, praticamente, foi isso. A efetivação da Assembleia é isso aqui, quando a Assembleia se manifesta, aí o Fabrício, não vai poder falar de forma mais, ele tem uma posição, todas as demandas que nós trouxemos aqui através das audiências, foram encaminhadas, inclusive, ele é bem atuante lá na SEMUR, ele é o Subsecretário e todas as demandas. Então, a Assembleia Legislativa, estará fiscalizando dentro do seu bojo, dentro do seu papel, eu fiz algumas anotações aqui, questão do Estado, tem a questão do posto policial e aí tem que ver quem vai efetivar a questão do posto, eu vou expedir uma recomendação legislativa para a Secretaria de Segurança Pública, para cumprir o policiamento, não tem o posto ainda, vocês já fizeram o posto? Não, não tem o posto. Então o policiamento, para cobrir o policiamento lá através da Força Tática e o Estado vai se adequar. Então, eu vou expedir uma recomendação legislativa através da Comissão de Segurança, o qual eu sou o Presidente. Eu via questão do DNIT, âmbito federal, mas, a gente tem também boas relações lá com o Presidente para discutir a situação da passarela que você falou e a iluminação. O cumprimento também das vendas, eu sou muito estudioso na questão das atuações das Comissões e nesta Casa existe a Comissão do Direito do Consumidor, e, pasmem, para a minha, eu não tinha ainda visto, mas ela tem legitimidade postulatória para demandar ação representando o consumidor. Então eu vou através dessa, se for necessário, necessário, eu vou encaminhar para o Presidente, que é o Deputado Adelino Follador que ingresse com uma demanda judicial para cumprir também através de uma ação civil pública, aí com outras situações que forem in loco buscar, que não estão cumprindo para fortalecer também o dispositivo. Outra questão que você falou do ensino médio, eu já pedi para ligar para Secretária de Educação, a Fátima Gavioli, que a questão de Estado pode ter certeza que aí é comigo, Estado, eu vou buscar intermediar aplicação ou a efetivação dessa situação das escolas de ensino médio; fundamental é com o município. Então, o que for de Estado e que for de município, também estaremos aqui cobrando, cobrando de forma efetiva todas as ações. Lembrando, eu queria ouvir do representante do Bairro Novo, eu acho que ele já ouviu as demandas; o quê que o Bairro Novo ainda pode, qual é ainda o seu papel perante Estado e município? O quê que ele deve ainda fazer dentro do Bairro Novo? Qual vai ser a entrega, isso eu queria ouvir da parte do Bairro Novo. Mas, eu vou oficializar a ele também, ele pode informar de forma material. Então, eu vou passar para o nosso companheiro aqui, o Fabrício, ele fez algumas anotações, para ele poder explanar a questão dos lotes lá, aí depois a gente entra, passo a palavra para todo mundo para falar.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Bom dia Deputado. Mais uma vez obrigado pelo convite, é sempre uma honra estar presente aqui nesta Casa de Leis. Quero dar bom dia a todos os moradores do Bairro Novo e demais servidores desta Casa de Leis. Bem, o Presidente lá, ele fez um resumo do que ocorre no Bairro Novo, cerca de 60 dias, eu acompanhei uma vistoria a pedido dos feirantes que ali estão ocupando uma via, Deputado, e que gostariam de ficar lá, ou de serem locomovidos para outra área. Prontamente o Prefeito determinou que fosse cedida uma área, na qual eles escolheram, nós chegamos a um entendimento comum que é uma área que fica, se o projeto do Bairro Novo for terminado ficará bem central, bem no meio

do condomínio, é uma área de 35 mil metros quadrados, uma área de equipamento comunitário e só te corrigindo, Presidente, a gente não pode doar área, nós vamos fazer aqui uma permissão, uma permissão de uso para que os feirantes ali possam construir seu mercado, já acordado, já estão até tratando com o Secretário Geral SEMDESTUR, ele me falou que está bem avançado, vocês então ficaram de apresentar o projeto para ele, para ele então emitir as permissões. Correto? Então, está bom, isso me traz tranquilidade. A Secretária Chaguinha da Educação, falou que já está nos trâmites finais uma creche do FNDE, porque uma creche do FNDE e não uma creche de recurso próprio? Porque a creche do FNDE, ela vem com servidores, vem com custeios dos servidores e o grande problema hoje do município em implementar novos equipamentos públicos, é o custeio dos servidores. É o mesmo caso do posto de saúde. O município, o Domingos Sávio que é o Secretário de Saúde municipal falou que não tem problema nenhum em colocar o Posto de Saúde lá, desde que seja contratado médico, não adianta a gente colocar o equipamento lá e não ter funcionário, não ter o médico, não ter o pediatra que é padrão hoje em todo Posto de Saúde ter o pediatra, o médico e as enfermeiras, você só ter a estrutura. Então, ele vai providenciar a construção e nesse ínterim, ver como vai fazer para contratar esses médicos e enfermeiras. Outra questão é a praça que você nos cobrou. Eu estive lá de novo fazendo aquela vistoria, tem a praça. Aí o quê que acontece? Você me falou que ela fica no meio de uma avenida, isso não tem problema, você pega o Espaço Alternativo hoje, ele é todo desenhado para ficar entre duas avenidas. O que nós podemos fazer? Eu pedi para SEMTRAN ir lá e fazer uma sinalização com faixa de pedestre aquela vermelha com branco, não é declive, mas, sim tipo um quebra-mola com uma sinaleira com botão. Então, vai ficar bem destacada aquela praça, então as crianças vão poder antes de atravessar, aberta, atravessa e o carro não vai poder vir em alta velocidade senão ele quebra todo o carro ali. Então, isso já foi uma demanda de quinta para cá, isso a gente já está trabalhando. Outra demanda que você me passou, é da ocupação da associação em duas casas que tem lá. Infelizmente uma daquelas casas foi construída dentro de uma área de preservação permanente, uma APP, e eu estive em vistoria lá e lá está menos de 15 metros ela está, para ser exato 14.30 dentro da área de APP, mas eu vou conversar com o Secretário Edjales, ainda não tive essa oportunidade para ver como nós faremos, para aquela casa não ser demolida, por que é uma área do município, foi construída uma casa dentro de uma área de APP para atender, não me recordo o que, de verdade; a própria construtora construiu e agora falou que vai derrubar por que está dentro de uma área do Município. Então em conversa alguns dias atrás, meses eu acho, um mês atrás o Anderson lá do Bairro Novo me falou que estava em negociação com o Supermercado em frente essa área que nós vamos ceder para vocês, para os comerciantes, vocês lembram disso? Ele foi lá, nos acompanhou e falou que estava em negociação, só não falou quem era o interessado, mas eu acredito aí é uma questão particular entre o Bairro Novo vender uma área dela e a pessoa que esta interessada em construir aceitar aquele preço. O município se aparecer algum comprador legítimo quem queria vir conversar com o Município para intermediar negociação de valores com o Bairro Novo vocês podem ter certeza em favor da comunidade nós não vamos negar isso, nós vamos chamar esse empresário, vamos chamar o Bairro Novo nós temos um relacionamento muito bom com o

Bairro Novo e vamos tentar intermediar, se a questão for o preço a gente tenta fazer esses valores baixar. Agora uma solução imediata que o Domingos achou foi vocês, o Bairro Novo, a gente não é dono da estrutura do stand, nós somos donos da área onde está instalado. Então se o Bairro Novo consentir e não quiser demolir aquele stand e o município vai solicitar que isso seja feito, nós vamos sim utilizar aquilo lá para atendimento médico semanal, que foi aquilo que o Domingos acordou com você, que ele tem que deslocar de outra equipe para colocar lá, quando eu já disse o município infelizmente não tem condição orçamentária hoje por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal de contratar mais funcionários. Eu vi o Posto de gasolina, a minha preocupação somente são os valores que esse posto de gasolina vai implementar, mas isso está fora, isso aí é lei da oferta e da procura, a gente não tem controle sobre isso, os órgãos reguladores tem que regular, o PROCON tem que ir lá e vê o que está acontecendo, isso quando ele for inaugurado, se estiver exorbitando os valores. Quanto ao correio o que acontece? Houve uma demanda sempre muito grande nos procurando para resolver a questão do Correio: "olha a gente não recebe carta lá". E aí eu fui estudar por que que vocês não recebem carta, o bairro Novo estava além, ele estava na beira da expansão urbana, Deputado, na beira da expansão urbana de Porto Velho já quase ultrapassando e dependia dessa criação de um bairro, chamar aquela localidade de um bairro, por que aquilo não é um condomínio, aquilo é um loteamento aberto, um condomínio são aquelas partes, tanto que tem ruas públicas passando no meio dele. Então, prontamente o gabinete do Prefeito criou a lei do Bairro Novo, inclusive, ela foi rejeitada em primeira votação, por que entendeu-se que estava se favorecendo somente a uma população estrita de um condomínio fechado. Eu tive que pegar esse processo e ir lá para a Câmara, conversar com os vereadores para eles entenderem que aqueles condomínios estão no meio de áreas públicas. Então deveria sim, ser criado um bairro, agora depende da Associação dá nome às ruas, sem o nome das ruas os Correios não vão poder passar lá, e nós recebemos um ofício não tem nem dez dias sobre isso, falando que só está aguardando nomear as ruas, o que precisa? Vocês irem a Câmara e dá nome as ruas, vocês conversando com o Vereador lá, juntando e chamar, são três ruas não precisa inventar muita coisa. Façam uma votação entre vocês lá e nomeie, coloca peixe, mar, alguma coisa, flor já que o condomínio é todo de flor e coloca nomenclatura dessas ruas. Aprovou, encaminha para os órgãos necessários que eles vão, não sei como é o trâmite do Correio, o representante dos Correios vai falar aqui para a gente melhor. Mas essa questão da entrega eu acho que é a mais simples de todas. Quanto a iluminação pública eu estava presente, eu posso até ultrapassando até as limites da minha Secretaria, mas o que o Gerardo nos falou e você ouviu é que os pontos de luz lá são de 80 watts com lâmpada comum e que o município não trabalha com esses pontos de 80 watts e sim 150 watts de vapor de sódio. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que não é só chegar lá e trocar a lâmpada ou trocar um relé, isso quer dizer que tem que trocar toda a estrutura, toda a fiação de todos os postes nas vias públicas, quero deixar claro para todos aqui que lá são condomínios independentes do portão para dentro, cada condomínio deve ter seu síndico e deve zelar pelas vias lá de dentro, as vias que o município pode cuidar são as públicas, onde passa o ônibus, onde está instalada a feirinha de vocês,

aquela que não tem saída e outra que eu nem sabia que existia que o Xeno Fontes me falou, que fica do lado do stand não é isso? Eu até procurei essa via lá, não vi essa via, de verdade, mas ele falou que era uma futura expansão do Bairro Novo. Então, Deputado, a SEMUR já ofereceu as áreas para todos os órgãos, colocamos aqui à disposição nós temos áreas muito grandes, inclusive, houve um estudo por parte do Governo do Estado implementar a Rodoviária Estadual na frente do Bairro Novo, por que nós temos uma área bem grande lá, mas decidiu-se por outra área por que achou-se longe e assim, se a Polícia Militar precisar de uma localidade para instalar o Posto de Segurança lá, se a SEDUC precisar de uma área para instalar a Escola, qualquer outro órgão que for necessário, o senhor pode ter certeza que a área estará disponível, é só solicitar através da CGP que a gente faz a doação imediata, ok? Isso que eu tenho para vocês. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Eu vou passar a palavra para o representante dos Correios agora.

O SR. RODRIGO VIEIRA - Bom dia a todos. Eu sou Rodrigo, eu trabalho na área de qualidade dos Correios, trabalho também na codificação postal da cidade em todo Estado de Rondônia. A questão do Bairro Novo é um caso antigo, o que necessariamente a gente precisa para realizar as entregas de vocês lá, a gente segue a Portaria 567 do Ministério das Comunicações, tem que existir uma lei de criação dos logradouros, como já foi falado aqui, já foi regularizada a questão junto a SEMUR, a questão da criação do Bairro Novo, a questão do processo de criação é muito simples, não é difícil não, mandando a lei para a gente, cadastra, depois do cadastro em 30 dias já vai para a publicação no site dos Correios oficial, porém, a questão da entrega não é muito simples, por ser um órgão público a gente tem que fazer todo levantamento de demandas, se vai precisar de tantos carteiros, quantas motos, quantas bicicletas, então esse processo de entrega não é imediato, ele vai passar por uma contagem, por uma unidade de distribuição, o Governo Federal manda o recurso para o Correio de Rondônia e mediante a gente faz implantação da entrega, mas, a questão de cadastro de órgãos oficiais já fica divulgado no site dos Correios a questão da regularização do CEP. Então para os Correios só depende dessa lei, criando a lei manda para a gente, o cadastro é imediato. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Vou passar a palavra para o Alexandre para fazer uso da palavra.

O SR. ALEXANDRE - Bom dia a todos. Só queria reforçar o que o nosso Presidente disse aqui na questão da segurança, nós lá do Condomínio Margarida temos passado dias difíceis, muitos assaltos dentro do condomínio, então a gente só queria mesmo pedir um pouco de agilidade do poder público referente a segurança porque nossas casas estão sendo invadidas e sofremos com isso. Só isso mesmo, muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Assalto ou furto? Assalto à mão armada? Ou é furto?

O SR. ALEXANDRE - Furto.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Furto.

O SR. DOUGLAS PINHEIRO - Bom dia a todos. Meu nome é Douglas, eu sou representante da área comercial dos ambulantes ali do Bairro Novo, que nós estamos trabalhando já há algum tempo ali. Quero só esclarecer, Sr. Presidente, a prefeitura está com parceria conosco desde o começo do ano através do Secretário-Adjunto, se eu não me engano, da Defesa Civil, Nãnan que antes dele ser Secretário já estava nos apoiando ali, ele nos aproximou da prefeitura e nos fez esta ponte para estar conversando diretamente com a prefeitura e com as Secretarias que ali respondiam. Nós tivemos algumas reuniões dentro dos condomínios, uma dessas reuniões foi dentro do Condomínio Bromélia, nós fizemos uma solicitação e entregamos para a antiga diretoria dessa associação que seria do Sr. Camata, nessa reunião nós reunimos Secretaria de Saúde, Segurança e iluminação pública e o Prefeito estava presente, a associação não mandou nenhum representante, até o presente momento, espero que esta atual administração igual estou vendo agora venha estar nos ajudando cada vez mais, porque a administração anterior não tinha nenhum interesse de correr atrás de qualquer coisa para os moradores. Eu estou falando aqui como associado a essa associação porque sou morador, a partir do momento que a associação cobra uma taxa e eu pago, eu tenho total poder e direito de estar cobrando os seus presidentes ou diretoria e falo aqui em relação a área comercial. Essa área comercial através dessa parceria que nós firmamos, não com dois meses igual o senhor afirmou, mas, já desde começo do ano com a prefeitura ela nos disponibilizou essa área, que essa área nós iremos trabalhar nela com apoio, se a atual presidência da Associação quiser nos apoiar, nós iremos estar trabalhando nela. A questão que levantou sobre essa área comercial, eu posso falar sobre a área comercial porque estamos ali desde o começo, nós estamos numa via pública, cabe ao município. O município já mandou os seus Secretários junto com a sua coordenação para fiscalizar, para olhar o que a gente pode em curto prazo se adequar, para a gente não vir, para a gente não trabalhar fora da legalidade, porque todos ali são ambulantes. A princípio, tudo o que a gente começa a fazer com um pouco de esforço é um pouco bagunçado no início, igual ali no início estava bagunçado. Nós estamos formalizando até o final do mês já sai o nosso CNPJ dessa Associação Comercial. Porque nós iremos correr atrás do interesse de todos os comerciantes ali e só para frisar, os comerciantes que estão ali naquela via, todos são moradores do Bairro Novo, não existe um comerciante que não esteja morando ali, que não seja morador. E queria agradecer novamente ao Secretário Fabrício, que está nos apoiando desde o começo junto com parceria, junto com a Prefeitura, isso eu quero deixar bem frisado, porque muita gente acha que a Prefeitura nos abandonou ali. Negativo, nós estamos com essa parceria desde o início, não só cobrando essa área comercial, e sim cobrando tudo: iluminação, transporte. O próprio Secretário de Transporte, ele compareceu, ele falou que infelizmente pelo o que estava ocorrendo na época de retirar esse transporte atual e colocar outro, não poderia no momento atender as nossas solicitações. Mas, de antemão, ele se propões estar correndo atrás de algo para nos ajudar. Nas últimas duas, três semanas o Secretário da SEMDESTUR, o Geraldo, esteve na última sexta-feira, esteve conosco vendo a área que nós iremos nos deslocar dali da rua para o espaço, está precisando só de alguns detalhes que já estão sendo finalizados para poder começar a trabalhar ali, dentro da legalidade, porque a burocracia, infelizmente,

algumas burocracias tem que ser cumpridas. E a gente está tentando trabalhar ali de maneira que não venha atrapalhar ninguém, a gente pede aqui nesta Casa, se a Presidência da Associação Comercial do bairro Novo, a Associação dos Amigos do Bairro Novo vier nos ajudar para a gente juntar força juntamente com o Deputado, a gente vai ficar muito agradecido nisso. Eu agradeço a oportunidade e agradeço a todos do Bairro Novo que compareceram. Infelizmente o representante do Bairro Novo; não sei se ele está presente, não o conheço, só que eu acho que não vai se pronunciar, porque seria muito importante a gente ouvir palavras dessa gerência que aí está. Só lembrando outras coisas que eu acho, senhor Presidente, que essa Associação ela deveria nos informar mais como moradores do Bairro Novo, ela deveria nos informar. Da mesma forma que teve essa Audiência aqui, ela informou dentro de todos os Condomínios. Por que nós não ficamos sabendo da eleição dessa Associação, essa eleição dessa Diretoria, eu falo por mim, como morador que há quase três anos ali estou, vendo as dificuldades que o Bairro Novo apresenta. E peço, senhor Presidente, vamos ter esse diálogo, vamos ter essa conversa, que seria de muito importância não só para mim, mas, eu acho que para todos ali, porque nós temos uma comunidade, nós atendemos naquela Praça de Alimentação, todos, e eu tenho certeza que 50% dos moradores ou mais, de todos os condomínios, nem sabem quem é essa atual diretoria dessa Associação. Então eu peço por gentileza ao senhor: vamos nos comunicar, vamos nos informar, que nós bem informados, às vezes acaba falando coisas que não deve. Muito obrigado e agradeço a oportunidade.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado. Alguém mais quer falar? Manifestar? Algum morador?

A SRA. HELENA CRUZ – Bom dia a todos. Meu nome é Helena, sou moradora de um dos Condomínios, aliás, o último Condomínio do Empreendimento. Eu tenho algumas, eu ouvi tudo o que o Presidente falou, ouvi o que o Douglas disse, tem alguns fatos que eu faço questão de frisar. Primeiro: o ônibus que nós temos instalado lá. Ele não tem horário assíduo, então eu tenho o pessoal que troca turno no Hospital de Base às sete horas da manhã tem que se deslocar cinco, cinco e meia da manhã até a BR são dois quilômetros, 490 metros para poder pegar o Candeias, o Ulisses, porque o ônibus não está lá. Sábado já virou piada, é praxe, ele nunca está no horário. Então você coloca, eles colocam, a SEMTRAN coloca, eu já tive brigas numéricas com o Gutenberg, porque eles fazem uma tabela, você, os moradores saem, nós temos mais de 12.000 pessoas ali no Empreendimento todo, pessoas com crianças. Fui obrigada a tomar uma atitude que eu não tinha condições. Eu fui fazer uma dívida para comprar um carrinho usadinho para não depender mais de ônibus que eu não tinha para trabalhar e eu tenho horário para chegar ao local de trabalho. Eu tenho filhos se formando na Faculdade que desciam as onze, onze e meia da noite na BR. Meu filho chegou em casa só com a roupa do corpo, levaram tudo, porque o pessoal se desloca dos bairros do outro lado da BR e vão e fazem a festa, uma escuridão total. Ou então eu tenho que marcar agora: Filho quando você chegar na BR, está entrando na BR, você avisa assim: “mãe, eu estou no Ulisses, tal ônibus, eu estou no Candeias, estou no Santa Marcelina”, e eu tenho que me deslocar às onze, onze e meia da noite para buscá-lo lá na BR para não passar mais por isso.

Segundo, você citou muito sobre a poda das árvores da grama, você esqueceu outro detalhe, não temos lixeira espalhadas nos espaços alternativos, nós não temos, o que mais tem ali se você pegar do Margarida até o Girassol, você só vai encontrar resíduos de cachorros. Então você não tem onde jogar uma latinha de um refrigerante, uma garrafinha de água, você não tem onde desovar uma sacolinha, o povo tem que ser instruído sobre isso também, porque você tem crianças passeando naquelas áreas a minha praça a frente do Margarida não foi reposta, uma única árvore que queimou com a seca porque o caminhão-tanque que ia abastecer, jogar água nas praças ele ia até as laterais do Lírio e não passava para outra praça, que é a última praça.

Então, tudo isso é muito bonito só que na prática não está funcionando. Outra coisa, a CAERD. Quem autorizou a Bairro Novo, a Construtora Bairro Novo a pegar toda a minha documentação com o meu nome, com o meu CPF entregar para a CAERD para ela emitir uma conta para mim? Eu não assinei nada. E eu recebi uma notificação essa semana, eu falei: "vocês está me notificando de quê?". Porque quando eu comprei, eu comprei com o poço artesiano e com estação de tratamento de água. Eu não comprei nada da CAERD". A CAERD está me notificando para que eu vá lá apresentar minha escritura de compra e venda. Eu não sou obrigada a fazer isso, eu sei que a água é da União, eu sei que a água, mesmo que eu faça um poço artesiano na minha casa eu vou ter que pagar do mesmo jeito a taxa, eles simplesmente foram na minha casa, colocaram um relógio, com o meu nome, com o meu CPF, eu não assinei nada, que autorização tinha a Construtora Bairro Novo para fazer isso? Ela não tinha. Eu tenho brigas homéricas com o Sr. Camata e nunca tive uma solução, eu assisti os meus vizinhos em 15 dias, três casas foram literalmente limpas, levaram tudo, até o tapete da frente da entrada escrito: "well come" foi levado. Chegou em casa não tinha uma escova, não tinha um copo para beber água.

O condomínio é responsável! É responsável por quê? Porque quando eu comprei tinha segurança, tinha um muro adequado para não entrarem. O meu condomínio tinha um muro pequeno que eu com 60 anos eu pulava, imagina um garoto de 15, 16 anos. Eu cheguei para trabalhar ao meio dia e o meu cachorro, eu tenho três cachorros porque eu comprei uma área muito grande para justamente ter essa liberdade, o meu cachorro entrou correndo em casa com as orelhas em pé eu falei: "tem bicho no quintal ou tem alguém". Eu chego dois, não eram menininhos de 13, 14 anos eram dois homens com um pé de cabra desse tamanho, outro com uma chave de roda que já tinham limpado a casa do vizinho, já quebrando a do outro. Aí quando eu gritei, eles voaram que nem gato por cima do muro. Cadê a cerca elétrica que ia ter, que a Construtora disse que iria colocar, um muro decente com uma cerca elétrica? Não. Nós temos que nos desfazer de cosias, assumir dívidas para nós fazermos. Eu estou lá um ano e meio, nós temos ônibus lá hoje Bairro Novo? Tem. E uma das pessoas que o Bairro Novo deve é a mim porque fui eu que briguei. Eu fazia denúncias, eu trabalho num veículo de comunicação, eu fazia denúncia todas as semanas.

A parte de cima do Lírio para frente só era limpa aquela praça e rastelada e cortada a grama porque eu denunciava, aí no dia seguinte a Construtora mandava o caminhão e estava lá os caras roçando tudo, aí eu tinha que fazer nova denúncia no jornal para o caminhão passar para recolher, porque o vento estava espalhando a grama toda, porque a chuva estava levando

toda aquela grama cortada para dentro dos bueiros que ia entupir tudo, aí eles apareciam os caminhões para recolher. Então é assim que estava funcionando. Então eu espero, Presidente, que realmente você está assumindo isso agora, eu vou ser uma pedra no sapato, porque eu sou uma moradora, eu lutei muito para ter minha casa só que eu estou chegando à conclusão, eu anotei tudo o que está aqui, tudo o que vocês falaram porque eu vou fazer questão de cobrar e eu vou usar o veículo que eu trabalho e vou cobrar porque eu não comprei uma casa para ter um pesadelo, eu saía quando entrava no Bairro Novo eu entrava da portaria até lá embaixo na minha casa rezando para chegar e minha casa não está arrombada. Eu fui obrigada a me enjaular, a gastar o que eu não podia eu meti grade em toda a minha casa por quê? Porque você simplesmente, agora nós já descobrimos que dois vizinhos meus, dos meus lados, o cara tirou a borracha todinha dos vidros das janelas, porque a grade foi chumbada tão rente que não tinha espaço do cara enfiar uma serra, ele simplesmente tirou a borracha todinha do vidro, isso serve para todos que moram no Bairro Novo, eles estão tirando a borracha do vidro aí descem o vidro sem barulho, colocam na grama no chão, para poder serrar a grade. Só que a moradora estava lá dentro dormindo com uma nenê, ela gritou, saiu para rua gritando todo mundo foi e aí fomos atrás, eles voam por cima do muro, entram na mata, ninguém pega.

Então, é esse o nosso sonho de consumo uma casa própria? Não foi. Tudo o que o bairro prometeu até agora não foi cumprido. Ele não mantém iluminação, o prédio eles queriam, exigiram que fosse construído um terminal para ônibus, ótimo. Muito bonitinho. Eu fui uma que me interessei em alugar aquele espaço pequeno lá para fazer uma lanchonete para poder dar um começo para os meus dois rapazes. Vocês têm ideia de quanto que me falaram daquele espaço pequenininho que tem ali de 2/3 para fazer uma lanchonete que nem grade não tem, nem segurança não tem, que virou um ponto de noiados, R\$ 2.000,00. Gente, para com isso. Eu morava na Farquar antes de conseguir comprar minha casa eu pagava R\$ 700,00 numa casa que ficava ao lado do Perea's, central. O cara estava falando em R\$ 2.000,00 por um espaço daquele, isso não existe. Entregaram o prédio, só que o prédio não tinha iluminação, os motoristas dos ônibus vão lá para baixo para a praça de alimentação para se alimentarem, para beberem uma água gelada, ou então eles compram por conta própria pacotes de gelos e garrafas de água para poder se abastecerem porque não tem, não tem uma luz para eles usarem o banheiro, quando eles chegam às dez horas da noite. Você acha que eles vão encarar de ficar ali parados com o ônibus às 11 horas noite, que é o último balão às 11:40 horas, com a parte de trás assim de noiado consumindo, eu denunciei muitas vezes, eu liguei para a Polícia. Sabe o que ela falou para mim? "Não tenho efetivo". Então, quer dizer, eu tenho dois filhos que descem na BR e sobem a pé. Então, quer dizer, eu só conseguia dormir às 11 horas, 11h30min da noite quando eles entravam em casa, eu: "obrigada, meu Deus"; eles entravam e eu ia dormir. Isso não é vida, gente. Eu não comprei uma casa num condomínio para viver dessa forma. Então, quer dizer, você vai pegar uma carga muito pesada, senhor Presidente, porque tudo isso aqui que você falou ali, tudo é muito bonito, eu quero ver na prática se realmente vai funcionar. Porque até agora, Deputado, nada que a Construtora prometeu, quando eu comprei, foi feito, nada. Não tem limpeza, você anda pisando por resíduos de cachorro, as árvores que

morreram não foram repostas, o que foi feito, é porque foi cobrado. Eu publiquei, eu já não sei nem qual é o número de reportagens que eu fiz. Eu não sou jornalista, mas eu trabalho num veículo de comunicação e sei escrever e sei cobrar e eu fiz isso muitas vezes. Aí, dois dias depois aparecia, coincidência, não é? Porque foi denunciado, porque vocês recebem nosso jornal. Todos os nossos órgãos aqui em Porto Velho recebem o nosso jornal, então eu denunciava para todo mundo. Então, vamos cobrar? Vamos. Eu estou chegando ao ponto de simplesmente alugar, botar outra pessoa ou então eu vender e ir embora. Eu perdi, eu não tenho gosto mais. A pessoa me liga: “escuta, vamos passar dois dias, vamos conhecer um município diferente?”. Não, eu não vou, porque eu não sei se quando eu voltar minha casa está lá. É uma conquista minha? É. Só que virou um pesadelo. O nosso condomínio vive em pesadelo. Nós chegamos ao ponto, para vocês terem noção, Deputado, só para vocês terem noção, para não ficarem as casas sem os moradores, então, se saem 04 carros, sai o marido dirigindo, a mulher escondida no banco de trás para quem está saindo se tocar que tem alguém dentro de casa. Isso é vida? Isso não é vida para ninguém. E é isso que está acontecendo com a gente. Se eu saio, eu dirigindo, meu filho que é um homem, vai escondido no banco de trás, tipo assim: “tem alguém lá dentro”. Eu não sei como, mas eles sabem. Eles sabem os horários que a gente sai para ir para um banho, eles sabem a hora que a gente volta, a hora que a gente sai para trabalhar e a hora que volta. Isso não tem condições. Estão tentando vender as últimas casas, se depender de nós não vão vender nunca. Porque ninguém, desde que eu moro, há 01 ano e 04 meses lá no nosso condomínio, muita gente foi embora, alugou e foi embora. O síndico está aí, ele sabe. Porque simplesmente a gente não tem mais, não tem segurança nenhuma mais. Então, tem uma Associação? Então se prepara, você vai ter uma carga muito grande e é o que ele falou, teve eleição, eu ouvi assim um ti, ti, ti: “vai ter uma eleição”. Não notificaram não. Por que é que botaram, não sei se foi Deputado, ou quem foi, não vem ao caso, que botou os cartazes desse tamanho em todos os condomínios para que todo mundo tomasse ciência? Eu estou aqui, eu estou no meu horário de trabalho, eu vou ser cobrada por causa disso, mas eu larguei tudo lá para vir porque eu vou começar a cobrar. Até agora eu fiz só via veículo de comunicação. Agora, abertas as portas para nós, então é aqui que a gente via reclamar e é ao senhor que a gente vai cobrar, porque realmente dessa forma não dá para a gente viver mais. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Agradeço realmente, e só fazendo, rapidamente passar para o Presidente, no momento de debate. Registrar a presença do senhor Antônio Sena, Coordenador de Habitação da SEAS, agora neste exato momento, representando a SEAS, quero agradecer. Eu pedi para a chefe de gabinete do Presidente Maurão entrar em contato com a Secretária de Educação, Fátima Gavioli, todas as informações que eu tive, todos os representantes se encontram em reunião e também com a questão da SESDEC. Mas mesmo assim eu vou convocar, se for necessário eles aqui, para a gente discutir isso. Porque nesta Casa, infelizmente, quando a gente faz o convite de forma informal, eles têm todo tipo de reunião. Mas quando convoca, eles têm que vir, aí fica até magoadinho depois: “O Deputado vem convocar”. Por que se não vier, vão responder crime. Só para deixar a senhora também, concordo com a senhora. Infelizmente, neste Estado

a coisa só funciona quando é denunciada, quando é dada a devida publicidade ou quando tem realmente alguém com o poder para estar realmente cobrando. Eu citei, eu elenquei para vocês ficarem tranquilos... Vou dar um exemplo, eu estava na rádio, eu vi alguém reclamando quanto à questão da RO-005, aquela da Estrada da Penal. Aí eu fiz o compromisso com aquelas pessoas em fazer uma Audiência Pública. Lembrando que não tinha o mínimo de condições de trafegar, na época que eu fui lá. Fui fazer uma fiscalização *in loco*, me deparei com uma situação totalmente adversa mesmo. Aí chamei o Coronel Caetano, que hoje é o Diretor do DER, demais autoridades, fomos lá presentes. Hoje a abertura, a BR, no caso a RO, está encascalhada, está devidamente sinalizada, abriram o contorno Norte, hoje, que tem o contorno para a questão das carretas para os dois postos, no caso de graneleiros que vai ter lá, posto de coleta de grãos. Então, a questão do bairro Universitário, a questão do bairro Tiradentes, Figura A, eu posso elencar diversos. Então, nesta Casa, graças a Deus, as audiências Públicas que foram propostas de minha autoria, todas tiveram encaminhamentos. Presidente, eu quero deixar claro aqui, que eu como presidente, eu tenho uma experiência como presidente de associação, infelizmente você é barrado, você tem limite como presidente de associação. Ao ponto, certa feita, eu estava no Palácio do Governo, e aí o Secretário da Casa Civil falou, “Jesuino,...” eu vi três Deputados passando, toda hora passavam, adentravam e eu peguei um chá de banco de duas horas, duas horas. E na conversa eu falei: “rapaz, por que é que há uma diferença aqui discrepante, aonde o cidadão tem que passar duas horas, e Deputado?”. Ele falou: “o Deputado tem prioridade, tem agenda e tem mandato”. E pediu para me organizar politicamente e hoje, eu tenho mandato. Eu posso falar para vocês, eu represento os senhores, as demandas de vocês tanto Município quanto o Estado vai ter que ser atendido, eu tenho algo que muitos e os senhores não têm que é esta tribuna, esta tribuna aqui quando alguém fala é o momento de eleição, reeleição, então tudo isso é uma série de fatores que tende a questão de encaminhamento. Quanto à questão do Bairro Novo, eu vou pedir que o Presidente encaminhe para esta Casa, todas as documentações que tiver da associação, quanto à questão dos contratos, para encaminhar para a assessoria jurídica, a Procuradoria analisar tanto a minha quanto a da própria Assembleia para analisar a questão dos contratos, o que foi que o Bairro Novo prometeu que está dentro do contrato, o que é que é realmente de interesse que foi firmado pelo Estado e pelo Município para a gente cobrar de forma conjunta. Eu não sou o dono da verdade, eu também não sou bom sozinho, agora com a união de todos com certeza chegaremos ao atendimento, ou seja, os pleitos de vocês serão atendidos, isso não é uma fala que fica aqui. Agora não adianta a gente discutir hoje, ninguém me traz demanda, a coisa fica só na credibilidade, falar, falar, falar e para mim estava tudo certo, recentemente pensei que estava tudo certo: “não Deputado, está ainda numa situação”. Eu falei: porque não trouxe a situação para mim? E aí quando eu estou acompanhando, eu oficializo, e tomo as medidas que aqui me cabe também, dentro das minhas prerrogativas. Então, vou passar a palavra, como é seu nome? Gerdiane, depois para o Presidente. Pode falar.

A SRA. GERDIANE MARQUES – Eu sou moradora do Bairro Novo, do Condomínio Margarida, somos também comerciantes, estamos no Bairro Novo há dois anos morando, e algumas

coisas que têm acontecido lá, tem nos deixando preocupado. Uma das situações que é muito complicada é a situação da iluminação pública como aqui já foi citado, você entra na área do Bairro Novo, e você que não tem carro, você começa a ficar preocupado porque são vias escuras, você vê pessoas que vem da zona leste ou de outras localidades da cidade, e aparentemente você percebe que não são moradores e que não vem com boa intenção. E como foi colocado, muito bem aqui pela dona Helena, referente aos nossos filhos, a gente tem uma preocupação muito grande quando eles tentam caminhar dentro do próprio condomínio e a gente vê a instabilidade de insegurança, a gente observa que o nosso, principalmente é o último, lá tem o muro baixo, lá não tem cerca elétrica e ainda por cima, a gente começa a observar algumas coisas que acontecem em volta, ao nosso redor, que a gente fica se perguntando: “valeu a pena o investimento alto?”. Eu estou morando dentro de um condomínio, a minha casa fica próximo da portaria, mas, mesmo assim eu tive que fazer seguro de tudo que tem dentro da minha casa, porque, eu comecei a ver o que está acontecendo em volta com os meus vizinhos, e é muito triste quando a gente liga para a Polícia Militar, para o 190, como já aconteceu de ligar e eles dizerem assim: “vocês, são condomínio particular, paguem segurança particular”. Então, nós somos cidadãos, pagamos impostos e ainda pagamos condomínio, e aonde a gente liga para um órgão que deveria nos gerar segurança, e diz: “vocês, são condomínio particular, paguem segurança particular”. A gente está bem em frente a uma praça onde tem área de esporte, mas não tem iluminação, é uma meia iluminação, e a gente começa a observar que a gente até para para o carro enquanto abre o portão eletrônico, que é a portaria, a gente fica olhando em volta com medo de sermos abordados. Então, onde está o Bairro Novo agora para nos dar um posicionamento? E eu quero também aqui ressaltar uma coisa, onde estão os outros síndicos que não estão aqui? Onde estão? São tão ágeis para cobrar dos moradores, são tão ágeis para notificar, e onde estão eles agora? Somos doze condomínios, se tem mais algum síndico, aqui eu não estou vendo, só estou vendo o nosso síndico, quer dizer, vamos ficar atentos a isso. Nós estamos numa via pública, onde estão os containeres, lá é 30% de iluminação pública, Secretário, e onde está o restante dessas iluminações? Os postes não estão funcionando. A gente observa que quando chove inunda uma parte lá de água, e você passa com o seu carro, e você sente o mau cheiro, onde está? O Bairro Novo, quando nos ofereceram os imóveis para nós comprarmos era quase um pedaço do céu, e hoje o pedaço do céu está virando um pedaço do inferno, essa é a verdade. Outra situação também, que o Douglas, acho que esqueceu de colocar aqui, a Prefeitura, está entrando com a concessão do terreno, nós precisamos desta Casa, de uma contrapartida, vê se é possível liberar algum recurso Deputado, para que esses quiosques possam ser construídos, por que a Prefeitura, ela não nos garantiu a construção, ela nos garantiu a concessão da área. Então, tudo isso está em avaliação, tudo isso está numa corda bamba e a gente precisa dessa contrapartida do órgão público, porque hoje lá se tirar esses ambulantes como aqui foi citado, ambulante não tem CNPJ, eu tenho CNPJ, eu tenho empresa, eles estão lá e a comunidade vai perecer, porque ou pega o carro e vai até a zona leste, ou pega o carro e vai no supermercado mais próximo, porque nada se tem, entendeu? E quem não tem carro ou vai de ônibus, ou vai ter que trazer; pensar no que pode faltar em casa para poder fazer a sua

compra do mês, entendeu? Então, tudo isso temos passado, tudo isso está acontecendo e parece que o Bairro Novo nem é Porto Velho e nem é Rondônia, e é Candeias. Então, nós, comunidade, estamos sentindo isso na pele e muita gente está de braços cruzados, como se a gente não existisse. Mas, existimos na hora da CAERD colocar um relógio lá para nos cobrar, existimos quando é na hora da CERON ir lá tirar, a Eletrobras ir lá e tirar a leitura da luz. Mas, na hora que você pede um telefone fixo para tua casa, não tem caixa, na hora que você pede o Correio não tem como resolver e pagamos muitas vezes as nossas contas atrasadas com juros, porque não chega o cartão de crédito lá, não chegam às faturas lá e só nós estamos no prejuízo. Aí eu pergunto; cadê o Bairro Novo? Cadê a assistência que foi prometida para gente? É dessa maneira que iriam respeitar os moradores do Bairro Novo, é dessa maneira? É dessa maneira que você sai de casa e você não sabe como você vai encontrar tua casa quando você voltar? É desse jeito? É muito fácil cobrar, temos taxa de condomínio, temos taxa de iluminação pública, a partir do ano que vem vai ser cobrada taxa de esgoto e aí? Eu quero agradecer aqui por vocês poderem nos ouvir, o desabafo e acredito que esta Casa, na sua pessoa Deputado, tome providências. Muito obrigada.

O SR. XENO FONTES – Queria agradecer a presença de vocês aí de Margarida, dizer para o sindicato lá, a Dona Helena que está aí presente, eles são Deputado, o último condomínio lá do nosso Bairro e eles sofreram muito com assalto, com furtos lá e no caso teve também algumas tentativas até mesmo de roubo lá também e vale todo esse questionamento dela, dizer para ela que a Associação, no caso lá, Deputado, a gente, eles estão questionando, teve dois questionamentos sobre a eleição de como foi feita a eleição lá da Associação; dizer para eles que a associação foi criada em 2010 e desde lá para cá, o Bairro Novo vinha presidindo a Associação, que eles poderiam ter ficado mais 02 anos, nos caso eles terminaram de vender as unidades agora e pelo Estatuto que foi criado da Associação na época, eles poderiam permanecer mais 02 anos depois de vendida a última unidade, ou seja, e a gente ainda poderia ficar com o Bairro Novo comandando a Associação mais 02 anos ainda a partir de novembro agora desse ano, eles anteciparam a entrega da Associação para nós porque eles já estão indo embora, já venderam todas as casas e não vão ficar mais aí, então eles anteciparam essa entrega para nós. Dizer que eu assumi agora, no caso houve um questionamento aí como foi feito a eleição. Porque foi feita dessa forma? Porque consta no Estatuto que foi criado por eles mesmo que a representação no caso, o voto lá na eleição da Associação, isso consta no Estatuto, se o senhor quiser pegar a cópia do Estatuto, a gente fornece para vocês a cópia do Estatuto. Consta que quem tem voto é o síndico e o conselheiro de sustentabilidade, no caso, a pessoa que é eleita por cada condomínio, cada condomínio tem seu síndico e seu conselheiro de sustentabilidade, são as pessoas que tem voto na Associação. Então, são 12 condomínios, cada condomínio tem direito a um voto, essas são as pessoas que representam a Associação, no caso a votação lá na Associação. Já estamos discutindo isso com os membros da Associação, a gente vai está fazendo uma reunião nesses próximos dias que a gente vai convocar lá, vai colocar isso em pauta, que é a questão da gente retirar esse artigo de só os membros votarem e a gente abrir para todos os moradores, isso é uma questão que a

gente já está vendo e a gente assumiu a Associação porque a gente tinha que assumir a Associação, não dava para deixa o Bairro Novo continuar e todas nossas demandas ficarem guardadas na gaveta igual vinham sendo guardadas, o que acontece? A gente tem essa denúncia do MP que era para ter sido a Associação intervir a nosso favor, quando a associação estava barganhando com o Bairro Novo, dizendo que estava tudo ok, que não tinha nenhum problema não, por quê? Porque a Promotora de Justiça na época nos colocou: “você têm associação?”. A gente tem associação, mas eu falei para Promotora que quem representava a associação era o Bairro Novo, ou seja, então como que o Bairro Novo vai ser contra os interesses deles mesmos. Não vai. Então, a gente começou agora e aqui eu já falei, já tinha, conversei com o Douglas, expliquei essas coisas para ele, se vocês quiserem disponibilizar, a gente disponibiliza o Estatuto e a gente está já com interesse de mudar esse artigo, isso aí já é interesse nosso mesmo, que a gente quer abrir para os moradores terem essa oportunidade de escolher os seus representantes. E a questão da Dona Helena ali, Fabrício, que ela comentou, é sobre o terminal de ônibus, o terminal de ônibus foi entregue, foi entregue para, no caso você falou que não sabe quem recebeu ou não o terminal de ônibus, que ela falou no caso de alugar lá para colocar uma lanchonete ali no terminal de ônibus. Então no caso ele falou que não tem aluguel, é um termo de cedência e que ele não sabe se foi entregue ou não essa parada de ônibus para a Prefeitura. E aquele local realmente eu mesmo pude ver algumas pessoas usando drogas ali, então está muito escuro e tem mesmo esse pessoal usando lá e quero dizer para a senhora que a gente está aberto, a gente quer pessoas como a senhora participativa para nos apoiar lá na associação daqui para frente, se a senhora tiver alguma demanda pode nos procurar, a gente fica ali no Alfazema e está em tempo de instalar ali, a gente não tem sede ainda por que o Bairro Novo não nos passou ainda o prédio, está em termo de entrega, entregaram um prédio lá, mas, que o prédio está nesse problema de estar aqui num APP, então a gente não vai fazer investimento num prédio tipo pintar, colocar segurança num prédio que a gente está numa área de APP que pode ser derrubada. Então a gente não tem sede ainda, alguns moradores perguntam: “onde que vocês estão?”. Eu moro no Alfazema, se alguém quiser me procurar tem o Alfazema, mas a associação não tem sede ainda que possa estar atendendo os moradores, mas, é um problema que a gente está tentando resolver com o Bairro Novo. O que que vai ser feito? Se vai entregar os prédios, adiantar a entrega do prédio, que segundo o Mengatti que está presente aí na plenária, eles ainda vão permanecer até janeiro e em janeiro para ser passado para nós o stand de vendas e aquela casa azul, que é a casa modelo. Aquelas duas unidades vão ser da associação, então eles vão repassar para a associação. A partir do momento que eles entregarem, a gente vai ter a nossa sede, até o presente momento a associação não tem sede. Então nós estamos buscando menos de dois meses, a gente já conseguiu essa reunião, já conseguimos reunião com o Prefeito. Então nós estamos buscando todas as nossas demandas com a Prefeitura e com o apoio do Deputado agora. Então nós estamos abertos lá, se a senhora quiser apoiar, se quiser trazer ideias, quiser trazer também o seu apoio para a gente, a gente está aberto. A gente vai está aceitando conversar, a senhora pode ir lá a hora que a senhora quiser, pode comparecer lá com a gente e a gente vai está conversando essas demandas aí.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Passar a palavra aí para o Fabrício.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Deputado o senhor me permite? Como é o nome da senhora? Dona Helena a senhora foi cobrada dois mil reais para alugar o ponto pelo município de Porto Velho? É por que eu não sei, por que isso não seria entregue para a SEMUR, isso não é entregue para a SEMUR, é entregue para a SEMTRAN, se houve a entrega não pode ser alugado, isso tem uma licitação, isso é como se fosse um Box na rodoviária que a senhora tivesse tentando alugar um Box lá, em uma praça lá que tenha comércio. Então essa licitação é uma concessão, eu vou tentar me informar e vou passar essa informação para o Xeno Fontes. O que eu vejo Deputado, assim uma análise extrapolando aqui um pouco, é que foi vendido o Bairro Novo até como advogado falo, consumerista que sou, o Bairro Novo foi vendido como um condomínio fechado, se o representante quiser depois me contraditar aqui, o Bairro Novo pelo que você vê e eu acreditava nisso até há sessenta dias, que eu não conhecia o Bairro Novo, eu acreditava que tinha um portão lá na frente que toda aquela via era um condomínio fechado. E quando eu estive lá a pedido do Douglas para verificar essa questão dessa área para a gente colocar os equipamentos lá, que eu descobri que a via principal e aquela outra via que corta que ela não tem saída, mas é mitigação para os próximos condomínios são públicas. E o secretário Itamar me falou uma coisa que me deixou bastante assustado, não fui informado, a SEMUSB que é a que cuida da limpeza pública, que passaria ser de responsabilidade dela a partir do dia X cuidar da limpeza pública daquelas vias. Então nós fomos surpreendidos na reunião onde foi demandado que a SEMUSB passasse a cuidar da limpeza pública, por que quando eu estive lá estava limpo, estava limpo. Aí nós questionamos; quem é que faz a limpeza? Não, é o próprio Bairro Novo que faz. Isso tem sessenta dias, aí reclamaram só da limpeza na área onde ficam os box, aí vocês se comprometeram a manter sempre limpo, etc, as lixeiras vou levar essa demanda, a senhora pode ficar tranquila que eu vou levar essa demanda ao Secretário, porque ele prometeu para amanhã estar lá com a equipe para poder fazer a limpeza, vou cobrá-lo, a hora que eu sair daqui vou falar: “olha, teve uma audiência pública, você vai ter que ir lá fazer a limpeza”. E ver como é que vai ficar essa questão rotineira porque é distante, mas, o Ulisses Guimarães está bem ali, de repente a gente desloca a equipe, eu não sei, nós temos que ver, isso é uma questão dele, ele vai ter que analisar como vai fazer com essas equipes para poder mandar para lá e com que frequência. O ônibus foi falado, todo mundo sabe, é público e notório, a prefeitura de Porto Velho está passando por um embate judicial, administrativo com as empresas de ônibus, nós já estamos com 70 unidades no pátio aqui já para trocar, as empresas assumirem, novas, hoje você exigir que as empresas que estão aqui façam qualquer coisa, elas falam: “vou fazer”. E não faz porque ela não tem mais contrato com o município, está caduco e foi reconhecido no STJ sexta-feira isso. Então eu acredito que nos próximos dias essa questão dos ônibus vai ser resolvida, porque o Secretário Gutenberg é muito firme nisso e o Coordenador Kemper também é muito firme com essa questão dos ônibus e essas empresas estão aí para melhorar a qualidade do transporte público de vocês. Agora essas vias escuras no meio, deveriam ter sido entregues para o município: “olha, estou te entregando tudo iluminadinho, agora toca”. O município pode falar: “não, não vou receber”. Por que

o município ia falar que não ia receber? Porque está fora do padrão. Como é que o município vai fazer uma compra, isso eu já estou falando e você ouviu naquela reunião, como é que o município vai fazer uma compra de lâmpadas de 80 watts comum, que não é padrão do município? Nós usamos 150 watts de vapor de sódio, isso tudo muda o transformador, isso muda relê, isso muda o braço, isso muda aquela partezinha que cobre a lâmpada, isso muda o bocal, isso muda tudo, olha o custo. Aí o Secretário Geral falou que você tinha que marcar os pontos para ele poder ir lá ver o que tinha que ser implantado, o que tinha que ser dada manutenção, e tem que ver também o que nós temos planejado, o Bairro Novo não estava no nosso planejamento, não estava no nosso planejamento. Porque quando você, não só eu, muitas pessoas acreditam que o Bairro Novo é um condomínio fechado, ele é uma série de condomínios fechados à beira de uma via pública, mas, as pessoas pensam que tem uma porteira lá na frente que ninguém entra, só entra com autorização, quando eu entrei lá eu me assustei, eu falei: “opa, isso aqui é uma via pública, então qualquer pessoa pode transitar”. Então realmente a questão de segurança tem que ser conversado. Eu tenho certeza que o Deputado, homem atuante que é, vai cobrar da Secretaria de Segurança Pública que seja feito patrulhamento naquela localidade; com as demais Secretarias eu vou ter uma conversa com eles, eu pedi até que o Nãnan, o Nãnan esteve lá com vocês no SEMPEDEC viesse, eu não sei se ele vai conseguir chegar que ele está em outra agenda, mas ficou de tentar vir, mas vocês podem ter certeza que o município de Porto Velho vai implementar o que ele prometeu, agora vocês ficaram de entregar um projeto para o município amanhã, o Geraldo está ansioso para receber esse projeto, por que ele quer realmente implementar aquela praça porque ele precisa, porque o Gutenberg está pressionando ele para tirar vocês da via, então tudo isso gera um desconforto, então apresentem, que a área já foi cedida naquele mesmo dia, inclusive, eu cedi a área necessária, eu estava falando aqui para o Deputado dá para colocar tudo junto numa área só e nós temos outras áreas ainda. Tem uma área que o Bairro Novo tem que terminar a segunda fase dela porque ela fica lá no fundo, nós estamos aguardando a entrega dessa área que é um pouco depois dessa área que nós estamos entregando que já estava em construção, a gente não consegue nem ter acesso a ela, e, eu preciso ter acesso; senão eles vão ter que me ceder a área dentro do Bairro Novo, eles vão ter que mitigar comigo, eles vão ter que me dá casa lá dentro para o município porque tem uma área no fundo, eu sempre faço um mapinha, é a segunda vez já que eu desenho esse mapinha no Bairro Novo. Aqui é a área que nós indicamos, não sei se dá para os senhores verem, aqui é a área que nós indicamos para ficar tudo, posto de saúde, a escola, a praça lá onde vai ficar os permissionários e se a educação estadual quiser também um pedaço, se a segurança pública quiser um pedaço no caso, são 35 mil metros quadrados, é bem grande a área, então aqui pelo menos há 60 dias estava parado aqui e aqui estava sendo aberto ainda e aqui no final nós temos uma área que foi dada ao município de Porto Velho, se eu não tiver acesso a esta área no prazo que o Bairro Novo falar assim: “nós terminamos”; eu vou ter que mitigar e a Procuradoria do Município vai buscar resolver isso na Justiça para conseguir outras áreas. Mas vocês podem ter certeza que o município é atuante. Se houver interesse de algum empresário em ocupar aquela área lá que é a área comercial bem em frente à área que nós vamos ceder, vocês podem ter certeza nós vamos intermediar para que não

seja feito nada de forma exorbitante para poder favorecer a população. Quantas pessoas moram lá? Nove mil pessoas, é uma cidade, é uma cidade, e eu fico bastante preocupado, tem uma creche particular lá?

A SRA. HELENA CRUZ - Só uma observação, com relação ao ônibus vale ressaltar que nós temos dois agora circulando, tiraram o Bairro Novo e ficaram só duas linhas, o pessoal só não pode esquecer que lá nós temos cadeirantes também e o que está acontecendo, um cadeirante, por exemplo, que não tem meio de transporte está alugando um táxi, que os dias que ele tem consulta ele é obrigado a pagar do bolso dele, porque ele não tem como subir no ônibus, e quando ele não tem situação financeira para isso, tem um rapaz que é um outro condômino que o carrega, coloca dentro do ônibus e dobra a cadeira, coloca dentro do ônibus para ele poder se locomover. Gente isso é um absurdo! É um absurdo porque a gente não mora no meio do mato, a gente mora dentro de Porto Velho. Ele simplesmente carregou o rapaz no colo, colocou no banco da frente, outro dobrou a cadeira e colocou na frente ao lado do motorista para ele poder chegar a uma clínica. Já que tem dois, pelo menos um que tenha esse, a Rio Madeira, Três Marias, ou uma empresa que vai assumir agora disponibilizar, porque eles falaram, quando o cara da Rovema deu entrevista na televisão, ele disse que vai ter, inclusive, Vans para atender. Agora essas Vans não podem esquecer que o Bairro Novo também faz parte de Porto Velho.

O SR. FABRÍCIO BRESIMAN – Sim, essas Vans...

A SRA. HELENA CRUZ – Porque nós temos cadeirantes lá, a maior dificuldade é deles.

O SR. FABRÍCIO BRESIMAN – Todos os ônibus novos são com acessibilidade, todos eles, 100%. As Vans, elas vão ser por horário marcado, o pessoal vai ligar, eu não sei qual a Secretaria que vai cuidar disso, se vai ser a de Ação Social ou a SEMTRAN, eu não sei dizer, mas são quatro ou cinco Vans que vão ficar disponíveis para poder fazer. É, criar roteiros e vai ficar agendados, eu não sei como será a logística disso, mas, a senhora pode saber que 100% dos ônibus são com acessibilidade. Ok? Obrigado, gente.

O SR. DOUGLAS PINHEIRO – Só direito a palavra, fazer um esclarecimento com o Presidente da Associação. Se as áreas de gramas, a iluminação pública vai ser cedida ao Município, aonde é que a Associação vai trabalhar? Porque as vias de ação pública se você agora com as suas palavras, vai ser cedida, vai pedir para a Prefeitura já tomar conta de tudo, o recurso que a Associação vai captar com as taxas dos condomínios vai ser empregada em quê? Só para esclarecer essa dúvida.

O SR. XENO FONTES – A gente pode construir projetos, pode pintar. Por exemplo, na ausência da Prefeitura, vocês sabem que muitas são as demandas, a gente pode agir também. Então, assim, o recurso da Associação além de a gente poder estar sempre representando, sempre nos locomovendo, porque o Presidente tem sempre que se locomover. Tem outras demandas no caso à rotatória, se ele só limpar, se a gente quiser construir algum parquinho, um projeto de pintura, alguma outra coisa que a gente pode demandar também com os membros lá e eles quiserem implantar, a gente tem esse

recurso para estar implantando. Do mesmo jeito que os condomínios hoje implantam dentro dos seus condomínios, dos seus espaços ali uma pintura de um parquinho, uma recuperação, por exemplo, aquela academia a céu aberto lá, já me reclamaram que tem vários aparelhos que não estão funcionando. Eu não sei se a Prefeitura vai demandar, quanto tempo eles vão demorar, para irem atender essa demanda aí. A gente pode já atuar de imediato com os nossos recursos próprios em cima desses implementos, ali atrás da própria parada de ônibus tem vários equipamentos de brinquedos, a gente pode estar fazendo essa manutenção. Então o recurso da Associação foi mandado justamente para essas demandas que a Prefeitura possa demorar em nos atender. Então não só a limpeza que a gente tem, a gente tem do mesmo jeito que tem as demandas dentro dos condomínios, tem naquela avenida principal também. Então esse recurso vai ser sempre para estar direcionando nesse sentido e se tiver uma demanda que os moradores também queiram, a gente também pode abrir e aprovar alguma solicitação dos moradores que quiserem, no caso, até mesmo depois que vocês se instalarem ali e houver alguma demanda que a gente possa também apoiar, um parquinho, alguma coisa, ou uma limpeza, um lixeiro, igual ela cobrou ali, a gente pode estar também destinando esse recurso para esse tipo de situação aí.

O SR. DOUGLAS PINHEIRO – Ok, senhor Presidente, só para mais uma pergunta para finalizar. Ontem nós nos reunimos com a Prefeitura e o representante que o senhor Camata compareceu aonde o senhor era o vice dele, ele se comprometeu no tratamento de esgotos a ETA, de recuperar. Ele nos explicou que ali foi feito um mau serviço que realmente aquele esgoto, iria ser solucionado o problema. Onde não aconteceu porque se você é morador do Bairro Novo, todos que são moradores vão saber que ali existem dois tratamentos de esgotos, um grande mau cheiro. Já que a gente está em uma Audiência Pública para a gente deixar as coisas claras. Quando que a CAERD, se assumiu já, quando é que ela vai tomar a responsabilidade para si? E para a gente parar de sofrer tanto? Que a gente já vem sofrendo há muito tempo ali.

O SR. XENO FONTES - Deputado esse é um problema antigo, já, lá do Bairro acho que desde a implantação foi feito mal elaborado, eu não sei, esse problema do esgoto, aí. O nosso condomínio mesmo, esse morador que acabou de entrar aí, o Carlos, já vem sofrendo muito que o esgoto vinha estourando perto da casa dele ali várias vezes. Então eles passaram questão de quase dois anos sofrendo com o problema do esgoto lá, acho que ele já tem processo judicial contra o Bairro Novo. O que aconteceu foi o seguinte: o Bairro Novo foi tentar entregar agora a rede de esgoto para a CAERD e a CAERD identificou um problema na rede. O Bairro Novo acabou investindo, fez um investimento de mais cinco milhões para arrumar esse problema que tinha na rede, trocaram todas as ETE e eles alegaram para nós, na época, que em 60 dias no máximo, 90, não haveria mais cheiro algum daquelas ETES ali. E essa semana, um morador, eu acho que não está presente, ali do Bromélia, mandou uma mensagem para mim dizendo que estava exalando um cheiro muito forte, eu falei: mas eu acho que não era mais para está exalando esse cheiro porque as ETES foram todas trocadas, é material de primeira que eles instalaram aí gastaram mais de milhões para recuperar esse sistema de esgoto e está exalando um cheiro. Eu mesmo fui in

loco lá a noite já quando ele me ligou, passei no local estava fedendo, exalando um cheiro muito forte ali para os condomínios que ficam próximos ali que é o Bromélia e o Dália, aí eu liguei, mandei uma mensagem para o rapaz da CAERD, que é o responsável da CAERD, que a CAERD já está controlando já a rede de esgoto, já estão no processo de cedência, já foi cedido toda a rede para eles e já estão atuando, de imediato o rapaz da CAERD ligou lá para ver o que tinha acontecido com o pessoal do Bairro Novo, segundo informações do Bairro Novo, do engenheiro, o pessoal da CAERD fez uma operação errada lá e houve o vazamento de material e por isso que estava exalando esse cheiro nesse dia, no caso desse dia, mas eu passei por lá ontem, no caso, domingo, eu passei por lá e o cheiro continuava, eu falei: então tem alguma coisa de errado. E eu não entrei em contato ainda com o representante da CAERD, lá do Bairro Novo porque hoje tinha essa Audiência, mas, a gente já vai entrar em contato com ele de novo e com o engenheiro também do Bairro Novo, porque se foi trocado todo o sistema, não era para está exalando mais cheiro, Deputado, inclusive a gente está pensando já em buscar aí uns órgãos, no caso ambiental, para vê o que está acontecendo lá, porque se foi feito toda a troca, material todo de primeira linha e continua esse cheiro sendo exalado lá do esgoto, o que está acontecendo? Se vai ser passado para a CAERD, eles vão começar a operar o sistema do jeito que está com essa falha desse cheiro que está exalando lá, a gente está correndo atrás disso aí, Douglas, é uma demanda nossa antiga também essa questão do esgoto, lá no meu condomínio a gente sofreu muito com isso aí, os moradores próximos lá demandaram ação judicial, eram cobranças nossas antigas também lá do nosso Condomínio que foi o nosso e o Amarílis que sofreu muito nessa época com a questão daquela ETE antiga que vinha dando vários entupimentos ali no nosso condomínio, eu não sei se o Sr. Carlos vai querer falar aí sobre esse assunto, mas a gente está correndo atrás dessa questão daquele cheiro ali pode ter certeza.

O SR. CARLOS ALBERTO – Bom dia Senhores! Bom, eu queria só uma informação primeiramente. A estrutura realizada desse tratamento de esgoto está sendo realizada pela própria CAERD ou é pelo Bairro Novo?

O SR. XENO FONTES – Pela CAERD.

O SR. CARLOS ALBERTO – Sim. Mas essa estrutura nova que foi realizada lá foi um trabalho realizado da CAERD?

O SR. XENO FONTES – Recursos do Bairro Novo.

O SR. CARLOS ALBERTO – Recursos do Bairro Novo?

O SR. XENO FONTES – É, o Bairro Novo que bancou toda a recuperação.

O SR. CARLOS ALBERTO – Isso é muito interessante, porque veja bem, analisa comigo, eu construo uma casa, deixo ela toda preparada, e pago para alguém morar dentro dela. Você viu qual é o trabalho que nós estamos fazendo? A estrutura o Empreendimento Bairro Novo construiu todo o saneamento básico todo, completo, ela com recurso de quem? Nosso. Que nós compramos as casas, quer dizer, que o Empreendimento Bairro Novo é nosso. Então, se a CAERD não gastou nada, não teve nenhum empreendimento dela lá, e porque é que ela está

cobrando agora as taxas para a gente? Então, é o que eu estou falando. Eu construo uma casa, deixo toda preparada e pago para alguém morar lá dentro. Bonito não é, para a minha cara. Vou pagar por um empreendimento que é meu, para colocar a CAERD para tomar de conta que não está dando conta de cuidar nem de Porto Velho, nem de Rondônia, a água é um lixo, e ela manda na hora que ela quer, e lá é poço artesiano, poço artesiano, e na propaganda ela entregava água para a gente. Me diga quantos condomínios nós temos lá? Doze condomínios. Será que nós moradores não temos condições de nós mesmos arcarmos com nossas responsabilidades? Simples meu amigo, que seja cinquenta, sessenta, setenta reais para cada casa independente, estando aberta ou estando fechada, vem junto na conta de condomínio, todo mundo paga e nós pagamos uma empresa independente para tratar nossa água e o nosso esgoto que agora nós vamos pagar a água, setenta conto de água e mais o tratamento de esgoto por um produto que é nosso, agora enfiaram essa porcaria de CAERD de goela abaixo na gente ali que foi um documento assinado com o Bairro Novo, foi com o Bairro Novo que ele assinou e nós compramos o Bairro Novo, nós não somos obrigados a aceitar essa porcaria de CAERD não.

Peço desculpa da minha exaltação porque eu passei foi mais de 01 ano, perfume de esgoto na minha cara. Eu não podia abrir uma janela dentro de casa e ligava para Bairro Novo: “não, nós vamos dar um jeito, nós vamos dar um jeito”. Gente, eles fizeram pouco caso com a nossa cara, eles já receberam o dinheiro deles já, o Bairro Novo pegou o dinheirinho deles, já enfiou no bolso e tchau para vocês, tchau para nós, seus palhaços. Agora, nós moradores, nós que somos do empreendimento Bairro Novo, nós temos que entrar junto, ficar junto, entrar com ação na Justiça contra esse tal Bairro Novo, porque eles têm que tomar vergonha, que eles estão mexendo com gente, não é com bicho não. Cadê, há 04 anos que eu moro lá, não vi um mercado lá dentro, não vi um posto de saúde, não vi nada: “mas isso é algo que o governo tem que resolver”. Então vocês falassem isso aí antes, na hora de vender. Nem CEP lá nós não temos até hoje. Por que é que essa porcaria de Bairro Novo não providenciou tudo antes? Vender um empreendimento é fácil. Eu tenho um sítio, vou lotear aquilo ali e vou vender. Agora, quem pegar lá é que se vire. Nós estamos cansados, gente. A única coisa, nós estamos cansados. A gente comprar um negócio, um empreendimento desses aí, uma propaganda que eles fizeram, poxa! Todo mundo quer melhorar, não quer? Pelo menos sair da situação que nós vivíamos, que eu fui assaltado três vezes dentro de Porto Velho, na porta de casa. Sai de lá para procurar uma melhoria. Melhoria, o Bairro Novo é bom sim, eu gosto, eu gosto de morar no Bairro Novo. Um lugar tranquilo, não tem poluição, não tem nada, não tem barulho. Aqui na cidade, final de semana eu não sabia qual era o estilo de música que eu escutava. Um vizinho botava funk, o outro não sei o que, e o Bairro Novo não tem essas palhaçadas, graças a Deus. E os nossos condomínios só vão piorar, só vai ficar ruim se nós quisermos. Se cada um fizer a sua parte, o benefício, a gente faz reunião de condomínio só aparecem uns três, quatro, um gatinho e um cachorro, para arrumar confusão, que nem eu, eu só vou lá para falar bastante coisa. A única coisa que eu quero é o seguinte: nós compramos um empreendimento e queremos a responsabilidade desse tal

Bairro Novo se tiver ainda alguma responsabilidade bem, se não tiver também que desapareça de uma vez.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Até para colaborar, como já foi falado, eu ouvi na reunião, 11h30min, eu já ouvi todo mundo, estou ouvindo, deixando que vocês desabafem, têm que falar mesmo, tem representante, peço, se alguém quiser se manifestar quanto ao que foi falado aqui, que ele tem a oportunidade de se manifestar. Eu acho que a oportunidade é essa, até para discutir isso de uma forma democrática. Ninguém está aqui ofendendo, ninguém quer ofender nada, ninguém.

Eu estava ouvindo a situação da CAERD. Eu estava até falando com o Fabrício aqui, nada impede a Associação, os síndicos discutirem isso em assembleia, através da Associação, e buscarem uma informação para rever esse contrato com a CAERD, entendeu? Para ficar uma questão privatizada. Agora vou falar, alertando para vocês, se depender também só de um morador, o senhor pode ter certeza que vai acabar o Bairro Novo. Pode ter certeza disso. Pode passar nesses empreendimentos aí Minha Casa Minha Vida, que não tem síndico, não tem nada, ninguém paga nada, já está tudo sendo deteriorado. Isso é fato.

Então vocês têm que ter alguém para administrar. O senhor mesmo falou agorinha, no final da sua fala, reúne quatro, dois cachorros e um gato. Então, ninguém está interessado nisso não. Então é mais fácil vocês se reunirem, discutir com uma empresa privada: “olha, eu vou passar essa situação para essa empresa”. Faz aí a Associação, tem legitimidade, não vi o estatuto ainda, se você quiser encaminhar o estatuto para a gente analisar também, é importante para a gente também poder ajudar. Eu quero fazer o compromisso também aqui em declarar entidade pública no âmbito do Estado, é de minha propositura, eu vou propor essa ação. Vou pedir para a assessoria passar quais são as certidões, que é necessário.

Dizer também que foi falado sobre a questão da emenda, foi falado de emenda. Aí eu não vou poder adentrar nesse mérito. Aí tem que me informar o município, o Estado porque é empreendimento, vão criar lá tipos de quiosques lá, e vai ter uma renda, as pessoas vão utilizar daquilo para renda. Eu não sei até que ponto vai à legitimidade do Estado para efetivar emenda parlamentar para subsidiar isso. Eu não sei. Eu não vou também ser leviano e falar que não pode ou também que pode. Então tem que buscar a questão técnica e jurídica para ver essa situação de concessão.

Foi falado também dos valores. Aí tem prestação de contas. Aí o Presidente vai ter que prestar conta. O estatuto diz quando é a prestação de contas e vocês podem avaliar e ele já está dando essa abertura de que vocês discutam. Aí discute aonde vai ser implementadas as demandas, os recursos financeiros para melhorias do Bairro Novo.

A questão do transporte coletivo. É sabido de todos que esta essa brincadeira aí, essa discussão, vai contratar, não contrata. Aí o Fabrício hoje está me informando que tem setenta ônibus, a previsão é de cento e oitenta, espero a Deus, que seja realmente efetivado isso aí, que haja uma solução para essa problemática e aí poderemos cobrar também do município a efetivação do transporte coletivo para os senhores, que ali também como diz: ali não é o Peru não, lá não é a Bolívia, lá

é Porto Velho, é Rondônia, então, tem que ser respeitado. Bairro Novo, eu sei até que ponto o Bairro Novo ainda tem ainda, não sei a legitimidade deles, se já foi entregue tudo, como ele já passou para o município, eu acredito que o empreendimento não é mais, olha aqui a peteca: o que é do Prefeito, é Prefeito, o que é Estado, é Estado, e o que é dos moradores é dos moradores, já que ele vendeu tudo, eu não sei como é que vai funcionar Presidente, você pode me responder isso, como é que funciona, se já passou tudo, à responsabilidade dele é por quantos anos, tem que ver isso tudo no contrato. Alguém já fez uma leitura no contrato, pergunto para os moradores?

O SR. CARLOS ALBERTO - Eu.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Já fez?

O SR. CARLOS ALBERTO - Já, o contrato, está legivelmente dizendo que: cinco anos a garantia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Cinco anos.

O SR. CARLOS ALBERTO – Cinco anos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Após a entrega?

O SR. CARLOS ALBERTO – Após a entrega da chave.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Garantia de tudo?

O SR. CARLOS ALBERTO – Não, existem algumas ressalvas principalmente a parte elétrica, a parte elétrica não.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, não tem ainda?

O SR. CARLOS ALBERTO – A estrutura, como se diz: sólida, a parte hidráulica e a de alvenaria. Só a parte elétrica que não inclui, fora isso aí, é parede trincar, telha, alguma coisa assim, até a caixa d'água já fizeram substituição de algumas que deram algum problema. Mas só que, veja bem, enquanto tivesse uma única casa para vender, que venderam agora, então, eles teriam que ficar mais cinco anos com a estrutura dele aqui, para dar manutenção nessas casas, mas cadê?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Foram vendidas?

O SR. CARLOS ALBERTO – Está dizendo que vendeu, está dizendo que vendeu. Mas aí é o seguinte: está em processo não é?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eram trinta que faltava salvo engano. A questão do condomínio existe no Código Processual Civil, e Código Civil também, que disciplina vários artigos o que é o condomínio. É uma situação que, inclusive, o Doutor pode até, eu sou acadêmico de Direito, finalizando o curso, lá é taxativo, o que o condomínio deve fazer, o condômino, vocês estão sob a égide do condomínio, lá dentro lá até para adentrar, eu tenho pessoas que residem lá, cada um tem uma forma de ação dentro do condomínio como vai ser aplicado, a questão da segurança interna, isso lá ninguém

pode, nem o poder público pode interferir sobre isso não, que fique bem claro isso aqui. Vocês podem falar: não, quero que hoje a partir do momento tem que ser, é carteira de identidade, tudo. Cada um faz o procedimento que, os dois lá que discutem a forma de cada um, existe amparo legal para isso. A questão pública, é a outra discussão, que a gente tem que discutir os aparelhos públicos, como vai ser efetivados, isso nós iremos buscar. A questão da segurança pública, também eu vou buscar também essa solução através dos órgãos competentes, SESDEC, Polícia Militar, e aí nós iremos buscar isso também. O Fabrício, já deixou claro aqui, a questão da, não vai ser cessão de uso, já está consignado. Então, todas as demandas aí, ele está pegando uma carga, ele está representando o município aqui, então todas as demandas, estou vendo-o pontuar. Vou encaminhar uma ata também do que foi acordado aqui, para ele: “olha mande para os seus Secretariados, foi acordado isso, foi falado isso”. E estarei cobrando efetivamente dentro desta Casa, porque aqui, nós temos um líder do Prefeito, que é o Deputado Cleiton Roque, que ele também leve essas demandas para o Prefeito através do Fabrício também, que acordo tem que ser cumprindo. Mas, a gente também não pode pegar uma faca e colocar aqui também no pescoço do Prefeito, também do Estado, eu não sei nem como está essa situação, foi entregue, não foi entregue, então a responsabilidade de cada um. Senhores, lembrando, tudo que foi falado aqui, eu entendi, nós pontuamos cada um aqui, fique bem claro, eu vou falei a situação da segurança, falou a questão da educação, tudo, tudo vai ser, é gravado aqui, é falado, e é feito uma ata, essa ata vou pedir para encaminhar para o Presidente, do Bairro, e o Bairro também vai me encaminhar as documentações pertinentes, que fique aqui consignado isso. Então, tudo, eu vou precisar de vocês também para dispor dessas demandas, como está sendo a aplicação e a efetivação dessas demandas. Pode falar.

O SR. DOUGLAS PINHEIRO - Lembrando que cadastro está sendo feito através da prefeitura, estão fazendo esses cadastros através da associação comercial.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAM - É importante salientar, complementando sua fala, Douglas, que somente os moradores do Bairro que poderão ter cadastro junto a SINDESTUR, não adianta vir de outro Bairro, apresentar comprovante de residência em outra localidade que não vai ser cedido, só para quem reside lá, porque senão é um belo de comércio não é? 9.000 mil pessoas aglomeradas numa localidade que você não tem acesso a nada, se você abrir vai ter centenas de pessoas. Então, isso foi definido já bem certo que somente os moradores de lá que podem ter comércio, vão ter essa permissão, a não ser, lógico, aquela área que o Bairro Novo tem para vender que é do supermercado e que a gente não sabe quem vai comprar; como vai ser a negociação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, fica assim. Correios, o Fabrício falou que a Lei já está em minúscula de ser encaminhada para Câmara Municipal, não é isso? É só dar o nome lá do bairro, vou acompanhar através do Presidente lá da Câmara, o Bengala, quando Projeto de Lei, pedir para ele vote de forma célere, até o final do ano acredito regulamentar, os Correios já fez o compromisso aqui que em chegando essa

matéria para eles, vão efetivar, vão buscar informar a União para garantir a questão do CEP para vocês. A iluminação o DNIT, vou marcar uma reunião com eles para discutir a iluminação e a situação da passarela, que a passarela é outra discussão e para construir aquela em frente da FARO foi a maior celeuma, imagina a de vocês; mas a gente tem que efetivar também essa busca. Porque dizem: que ninguém sabe o que o calado quer, o que o mudo quer. Então, nós estamos vendo a organização dos senhores, sempre eu digo, é difícil você aglomerar pessoas, é difícil de tanto descrédito, as pessoas não gostam participar, muitos só ficam na expectativa se dar certo deu e aí vem com a bandeirinha: “rapaz eu estava lá, vocês não viram não”. Isso é fato, mas, a gente já sabe, é ciente disso, mas, temos que continuar a militância e se organizando sempre nessa luta. São 11h45min. eu vou pedir para a Assessoria Legislativa encaminhar essa Ata, que é uma Ata resumida que foi falada aqui, viu Fabrício, tudo que foi falado aqui, falado, nós anotamos, pontuamos, está tudo pontuado, então, esses compromissos vão ser seguidos, que for de Estado é Estado, o que for de município é município e o que for também a questão privada é de vocês; segurança, condomínio é de vocês, fiquem pensando nisso lá dentro, a PM também, ela não vai poder adentrar lá se não tiver, se tiver acontecendo um crime, tem que ter uma série de discussões; eu vou propor também questão de segurança, terça-feira, amanhã tem uma reunião da Comissão de Segurança Pública, eu sou Presidente, eu vou propor uma reunião, se for necessário convocar o Secretário de Segurança para está presente para a gente discutir a questão do Bairro Novo e aí eu já faço o convite para o Presidente e vocês vem e participam dessa discussão do Bairro Novo lá, vou chamar, convocar o Comandante da PM e o Secretário de Segurança para a gente efetivar, acredito que não vai ser necessário, eu acho que dentro do diálogo, dentro do que foi falado aqui, ele vai dispor um policiamento para lá, para sanar esse problema de forma precária, falar que já vai garantir um policiamento efetivo, eu não posso falar por eles. Questão das escolas, eu vou falar com a Fátima Gavioli, o município, o município já se dispôs em disponibilizar a área; a questão municipal das creches vai usar um Fundo, o FNDE, já tem esse projeto, então, para mim é mais isso, Presidente e o compromisso que eu tenho com vocês em acompanhar de perto, bem perto mesmo a demanda dos senhores. Assim como está sendo, aí o representante pode falar a questão das 976 casas e aproveitando o ensejo, que é do Orgulho do Madeira, dia 15 já vai ser entregue, 976, o senhor pode me responder se já foi marcado que eu estou acompanhado o Orgulho do Madeira, o senhor podia.

O SR. ANTÔNIO SENA – Bom dia aí. Bom, o que nós estamos agora no aguardo, é do Ministério autorizar a entrega.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Não tem uma agenda com a Presidente ou representante?

O SR. ANTÔNIO SENA – O Ministério deu ok para a entrega de 344 do Porto Madeira III junto a Caixa. Essa agenda, eles marcam porque entrega e fins, porque quem dar o ok final é o Ministério das Cidades e eventualmente pode vir também alguém da Presidência da República. Então, nós estamos aguardando não só o 976, nós temos também o 704..

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Mas, já tinha sido autorizado. Não tinha sido autorizado?

O SR. ANTÔNIO SENA – É. Mas, a agenda de entrega, quem marca são eles.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Ah, ta. Então, está só para agenda de entrega.

O SR. ANTÔNIO SENA – Isso. E situando os 704 que a gente ainda falta assinar os contratos; o 976 que a gente assinou, praticamente tudo tem aquela demanda que a gente estava atrás daqueles que sumiram e a gente está quase 100% disso, colocamos na imprensa, a Assembleia ajudou, colocamos equipe no campo para tentar achar esse povo para assinar o contrato, que a gente não achava eles, enfim, a gente está bastante próximo de entregar os 976. Os 704, esse aí, a gente ainda tem que concluir as assinaturas, que é toda aquela luta que o pessoal faz tudo e de repente na hora do bem bom de assinar, some e a gente fica louco atrás deles. Mas, enfim, já está bem mais, as etapas de toda essa nossa luta aí os 4 anos, desde quando assinamos essa assinatura do empreendimento, agora a gente está bem mais próximo, graças a Deus.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) - Mande um recado para a Secretaria da SEAS, Valdenilce também que vocês estão a par, que estou cobrando, espero em Deus que essas pessoas que foram acordadas em Audiência Pública estejam no dia 25 de dezembro lá para comemorar o seu Natal e o Ano Novo nessas casas, e já virou uma celeuma, 4 anos para marcar, marcar e não vejo, então a gente tem que efetivar isso. Eu tive algumas reuniões, ela falou que já ia cumprir então eu espero que até a data que foi marcada esse ano, se for necessário eu até falei com o Fabrício eu estou indo a Brasília, para ver a situação da Figura A, algumas situações de segurança e aproveito o ensejo para marcar, é só agenda? Se a Dilma não puder vir, que mande um representante, agora o que não pode é essas pessoas ficarem sem os seus lares até Deus dará de uma agenda, vai que essa mulher tem um impeachment, não sei o que acontece com ela, e aí vai marcar outro Governo? Então isso aí é falta até de respeito com o cidadão, mas tudo bem.

O SR. ANTÔNIO SENA – Só lembrando, Deputado, 4 anos a partir do início da obra, então seja a obra foi assinada o seu início em 2012, então são 4 anos da assinatura que teve início a obra, que são 4 mil unidades e a gente lembrando não está se construindo só a casa, a unidade habitacional é praticamente uma cidade inteira aquilo ali, é muito grande.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Mas, a gente espera a Deus que isso aconteça, está tudo lá, não sei o Fabrício foi lá, se alguém tiver interesse de conhecer o empreendimento já está praticamente finalizado, deixar a coisa também depreciar, daqui a pouco não vão entregar, por que esta depreciado, que não tem nem condições de entrar, por que já deixou a coisa destruir, perecer.

Então gente nada a declarar mais, eu vou encerrar a Audiência Pública, vou encaminhar a ata para o Presidente. O

Presidente vai fazer o compromisso de entregar essas atas para os síndicos o que foi falado aqui, tudo que foi falado aqui de forma que tem a resumida e tem a maior ata, eu vou fazer a resumida, o Kid faz a ata resumida, os compromissos que o município, o Correio assumiu e as falas minhas também, a questão se for demandar, eu vou encaminhar também a situação da recomendação legislativa para a parte do Estado para que fique consignado isso, e o acompanhamento por parte desta Casa, do Bairro Novo agora, que a Assembleia Legislativa estará junto com os senhores, a qual eu represento a Assembleia nesse exato momento acompanhando essa situação dos senhores.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a Audiência Pública. Convido a todos para o coffee break que vai ter aqui ao lado, aqui no salão Nobre.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 11h48min).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

De ordem do **SECRETÁRIO GERAL** da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, tornamos público aos interessados que nos termos do art. 24, Inciso II combinado com o art. 23, II, “a”, da Lei nº 8.666/93, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ARRANJOS DE FLORES**, para atender as necessidades da **ALE/RO** em ações realizadas pelo **Departamento de Cerimonial**, conforme **Processo Administrativo nº 00008163/2015-79**, contratará por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a empresa **EURO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **17.497.195/0001-20**, no valor total de **R\$ 45.850,00** (quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais). Publique-se!

MILTON NEVES DE OLIVEIRA

Superintendente de Compras e Licitações – ALE/RO

Ratificamos a DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93. Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho/RO, 21 de janeiro de 2016.

MARIA MARILU DO ROSÁRIO BARROS SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTA/ALE-RO

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 001/2016/CA/ALE/RO

O CORREGEDOR CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37, caput, da Constituição Federal, ao disposto no Art. 181, da LCE de nº 68/1992 e no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18º, parágrafo 2º, inciso III, do Ato 009/2015, por remissão do que dispõe a Lei Complementar nº 730/2013, publicada no DO-ALE n. 057 de 16.04.14 e DO-ALE n. 2311 de 01.10.13, respectivamente;

CONSIDERANDO, o teor do Memorando nº 53/2013/DEPOL, Despacho nº 001/2016/GAB/CA, além da determinação constante na fl. 96, de 11 de janeiro de 2015, oriundo da Presidência;

RESOLVE:

I - **INSTAURAR** Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2016, em face do servidor **Fernando Ferreira da Silva**, Matrícula 100000650, para apurar os fatos que chegaram a conhecimento desta Corregedoria através do Memorando nº 53/2013, oriundo do Departamento de Polícia Legislativa - DEPOL.

II - **DETERMINAR** que a Segunda Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada através da Portaria nº 003/2015/CA/ALE/RO, constituída pelos servidores estáveis, **JOSÉ DE RIBAMAR SILVA**, ocupante do cargo de Assistente Técnico Legislativo, matrícula nº 100004341, Presidente; **JOÃO LENES DOS SANTOS**, matrícula nº 100008624, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, como Segundo Membro e **OSMAR VILHENA DE AMORIM**, Assistente Técnico Legislativo, matrícula nº 100009804, como Terceiro Membro, para que dentro do prazo legal, procedam à apuração da conduta funcional do servidor acima qualificado, por ter, em tese, praticado crime de embriaguez ao volante, previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, em horário que deveria estar trabalhando, e por esta razão teria infringido o artigo 170, inciso V da Lei Complementar 68/1992.

III - O referido Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir o prazo estabelecido no artigo 195, da Lei Complementar 68/92.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da ALE-RO.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 22 de janeiro de 2016.

OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO
Corregedor Chefe